



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro Biomédico
Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro

Liana Santos de Carvalho

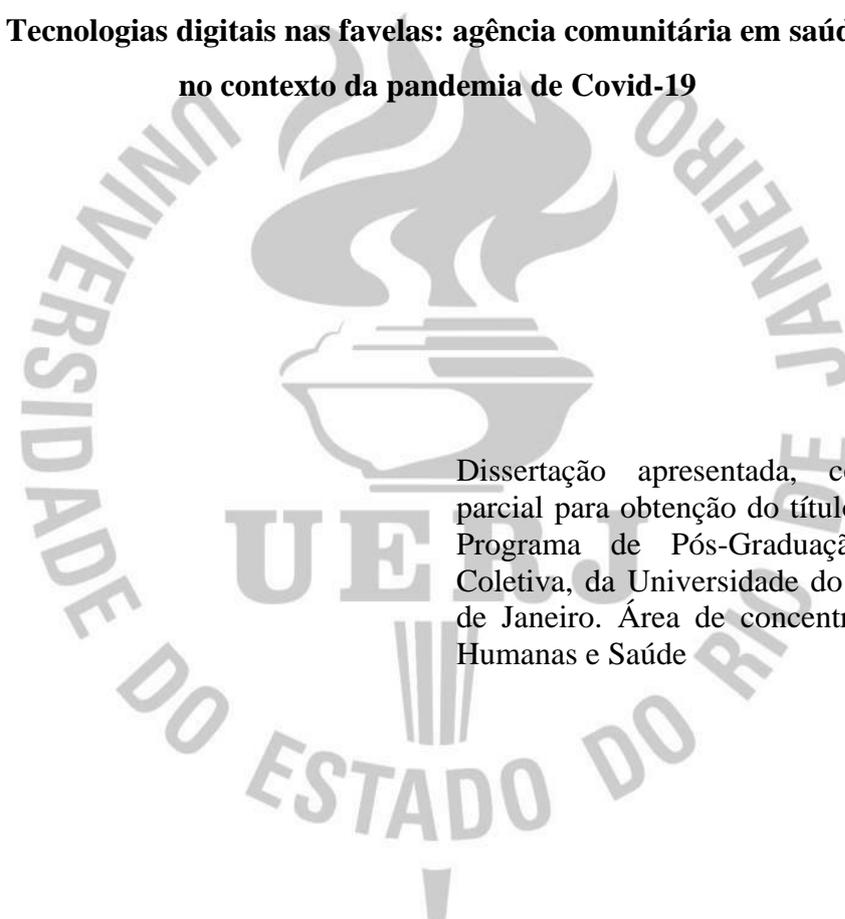
**Tecnologias digitais nas favelas: agência comunitária em saúde
no contexto da pandemia de Covid-19**

Rio de Janeiro

2025

Liana Santos de Carvalho

**Tecnologias digitais nas favelas: agência comunitária em saúde
no contexto da pandemia de Covid-19**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Ciências Humanas e Saúde

Orientadora: Prof.^a Dra. Rosana Castro

Rio de Janeiro

2025

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/ REDE SIRIUS/ CB/C

C331	Carvalho, Liana Santos de Tecnologias digitais nas favelas: agência comunitária em saúde no contexto da pandemia de Covid-19 / Liana Santos de Carvalho – 2025. 127 f. Orientadora: Prof. ^a Dra. Rosana Castro Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro. 1. Comunicação em saúde. 2. Mídias sociais. 3. Promoção da saúde. 4. COVID-19. 5. Desinformação. 6. Áreas de pobreza. 7. Adulto jovem. I. Castro, Rosana. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro. III. Título. CDU 659.2:614
------	---

Bibliotecária: Thais Ferreira Vieira CRB-7/5302

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Liana Santos de Carvalho

**Tecnologias digitais nas favelas: agência comunitária em saúde
no contexto da pandemia de Covid-19**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Ciências Humanas e Saúde

Aprovada em: 18 de fevereiro de 2025

Banca examinadora:

Prof.^a Dra. Rosana Castro (Orientadora)

Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro – UERJ

Prof.^a Dra. Carolina Parreiras

Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Rogério Lopes Azize

Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro – UERJ

Rio de Janeiro

2025

AGRADECIMENTOS

A realização desta dissertação só foi possível devido às pesquisas e aos estágios de que tive o prazer e honra de fazer parte. Essas experiências potencializaram minha formação para além do que era aprendido em sala de aula e me forneceram suporte e orientação na escolha do que pesquisar. Costumo dizer que esta dissertação reflete, de maneira consistente, todos os espaços que tive a honra de ocupar ao longo da graduação, bem como minha trajetória pessoal de vida. Ela carrega muito de mim e, ao mesmo tempo, muito daqueles que foram essenciais para a construção da minha jornada.

Por essa razão, gostaria de expressar gratidão ao professor André Pereira Netto, que coordenou meu estágio no Laboratório de Internet, Saúde e Sociedade (LaISS). A experiência na Fiocruz foi fundamental para que eu direcionasse meu olhar para o campo da comunicação em saúde, influenciando diretamente minha decisão de cursar o mestrado no Instituto de Medicina Social (IMS). Agradeço também à professora Lia Rocha, que me orientou ao longo de quatro anos no Núcleo de Pesquisas Urbanas – CIDADES. Foi por meio da professora Lia que me aproximei dos estudos sobre favelas e, no ambiente do CIDADES, eu me senti profundamente estimulada e encorajada a explorar o universo da pesquisa. Sem dúvida, as orientações e as trocas com esses professores, extremamente competentes, foram cruciais para minha trajetória acadêmica.

Ao ingressar no mestrado em 2023, tive a feliz surpresa de fazer parte de uma turma excepcional, marcada pelo engajamento, pela participação ativa, pelo espírito crítico e pela união. A convivência com esses colegas transcendeu o espaço formal da sala de aula, tornando-se uma experiência profundamente enriquecedora. As discussões, tanto durante as aulas quanto nos encontros informais, foram essenciais para o meu crescimento acadêmico e pessoal ao longo do curso. Essa troca constante de ideias e perspectivas me proporcionou um ambiente acolhedor. Mais do que colegas, essa turma tornou-se uma rede de apoio e inspiração. Duas pessoas da turma merecem um agradecimento especial: Tamara Vicaroni e Nathalia Mazolli. Acredito que, em certos momentos da vida, cruzamos com pessoas que transformam completamente nossas perspectivas, e o encontro com essas duas pode ser descrito exatamente dessa maneira. Tamara e Nathalia não foram apenas colegas de classe, mas grandes amigas da vida, tocando profundamente minha trajetória. Foram parceiras, minha rede de apoio, meu colo nos momentos difíceis. Compartilhamos brigas, reconciliações, confusões e, acima de tudo,

muito amor. Unidas, formamos uma espécie de “entidade”. Tamara e Nathalia, sou extremamente grata por tudo o que construímos e destruímos juntas!

Agradeço também a todos os professores do departamento de Políticas e Instituições de Saúde do IMS que me deram aula. Cada aula foi uma oportunidade singular de aprendizagem, e cada um deles contribuiu de maneira única para a minha formação acadêmica.

Expresso minha profunda gratidão à minha orientadora, Rosana Castro. Cada encontro, seja nas reuniões individuais ou nas discussões coletivas com os demais orientandos, foi uma fonte rica de reflexões e aprendizados que desenvolveram reflexões importantíssimas para a construção desta dissertação. Obrigada, Rosana, por sua orientação atenta e generosa, por aguçar meu olhar sobre o campo, encorajou-me em cada etapa do processo, me ajudando a lapidar as ideias que emergiram, sempre com paciência e sensibilidade. Sua dedicação e rigor acadêmico foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho, sou imensamente grata por sua parceria ao longo dessa jornada.

Gostaria de expressar minha gratidão pela acolhida e receptividade da equipe da BemTV, especialmente à Paula. Agradeço profundamente pela oportunidade de retornar ao espaço que durante a pandemia me marcou tanto e que, ao longo dos anos, tem desenvolvido um trabalho exemplar nas cidades de São Gonçalo e Niterói. A confiança depositada em minha pesquisa é algo que me deixa extremamente grata. Contar outras histórias, mesmo diante das inúmeras precariedades, é uma prática essencial e urgente.

Estendo meus agradecimentos também aos jovens que generosamente contribuíram com suas entrevistas. Agradeço por terem dedicado um tempo tão precioso de suas rotinas agitadas para me apoiar no trabalho. Esta pesquisa só se tornou possível graças a vocês.

Agradeço aos meus irmãos e irmãs da Organização Comunitária Nós por Nós, que criaram o pré-vestibular comunitário no Jardim Catarina, no qual fui aluna, o que me possibilitou ser a primeira pessoa da minha família a ingressar em uma universidade pública. Obrigada: Marcy, Rhuann, Carol, Nelson, Suelen e Alê. Vocês são potência demais e mostram que em nossa favela não existem só ausências.

Agradeço a minha raiz que é feita de mulheres potentes, por todo suporte afetivo e material para que eu seguisse nos estudos sem passar dificuldades. Minha mãe, Luciana Nascimento, que é a pessoa que mais admiro no mundo, minha tia Bia, minha vó Alda e minhas duas irmãs, Leandra Carvalho e Luana Carvalho, vocês são meu abrigo, principais referências, minha força e fraqueza, motivo e inspiração para que eu siga e almeje coisas melhores.

Agradeço também ao meu amado pai, Anderson Carvalho, minha madrasta, Regina, que foi uma das pessoas que sempre pontuou a importância dos estudos e ao meu querido e amado irmão caçula, João Pedro.

Sou muito grata também ao Rhuann Fernandes, que além de ser um sociólogo e pesquisador por quem nutro profunda admiração, foi o meu professor de sociologia no pré-vestibular. Suas aulas me instigaram e influenciaram na escolha pelo curso de Ciências Sociais. Rhuann esteve comigo durante toda minha caminhada acadêmica e de vida, me oferecendo suporte, apoio e orientações. Obrigada por todo cuidado, afeto e parceria e por sempre me fazer acreditar que posso ir além!

Por fim, estendo meus agradecimentos ao Instituto de Medicina Social, especialmente ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva e à secretaria do programa, bem como à CAPES e à FAPERJ pelo apoio essencial ao desenvolvimento desta pesquisa.

RESUMO

CARVALHO, Liana Santos de. **Tecnologias digitais nas favelas**: agência comunitária em saúde no contexto da pandemia de Covid-19. 2025. 127 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025.

Nesta pesquisa, investigo como as tecnologias digitais foram utilizadas nas favelas e periferias para promover a divulgação de informações sobre saúde durante a pandemia de Covid-19. A partir da atuação do projeto *Jovens Comunicadores – Edição Covid-19*, examinamos as estratégias de mobilização comunicacional protagonizadas por jovens de favelas da região metropolitana do Rio de Janeiro, com foco no uso do aplicativo WhatsApp como ferramenta de disseminação de conteúdos informativos em saúde e interação entre os jovens. A pesquisa fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, combinando entrevistas semiestruturadas com participantes do projeto e análise dos materiais produzidos e compartilhados pelos jovens comunicadores. Para compreender as dinâmicas de apropriação tecnológica e os significados atribuídos ao uso do WhatsApp no contexto do projeto, adota-se uma perspectiva sociotécnica, analisando as plataformas digitais como espaços de interação, agência e disputa de narrativas. O estudo concluiu que ações de comunicação como a investigada, empreendidas por e para a população, impactaram de modo significativo a realidade de jovens engajados no projeto e se mostraram importante contraste frente ao contexto de desinformação e precariedade que cercou o período de pandemia.

Palavras-chave: Pandemia. Favelas. WhatsApp. Informação. Juventude.

ABSTRACT

CARVALHO, Liana Santos de Digital technologies in favelas: community health agency in the context of the Covid-19 pandemic. 2025. 126 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025.

In this research, I investigate how digital technologies were used in favelas and peripheral areas to promote the dissemination of health information during the Covid-19 pandemic. Based on the work of the project Jovens Comunicadores – Edição Covid-19 [Young Communicators – Covid-19 Edition], we examine the communication mobilization strategies carried out by young people from favelas in the metropolitan region of Rio de Janeiro, focusing on the use of the WhatsApp application as a tool for disseminating informative health content and interaction among young people. The research is based on a qualitative approach, combining semi-structured interviews with project participants and content analysis of the materials produced and shared by young communicators. To understand the dynamics of technological appropriation and the meanings attributed to the use of WhatsApp in the context of the project, I adopt a sociotechnical perspective, analyzing digital platforms as spaces for interaction, agency, and dispute over narratives. The study concluded that communication actions such as the one investigated, undertaken by and for the population, had a significant impact on reality and proved to be an important contrast in the context of misinformation that surrounded the pandemic period.

Keywords: Pandemic. Favelas. WhatsApp. Information. Youth.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Postagem do Instagram replicada por Jair Bolsonaro.....	46
Figura 2 –	Conteúdo de Bolsonaro com alerta de violação das regras do Twitter....	47
Figura 3 –	Triangulação metodológica do Projeto Jovens Comunicadores – Edição Covid-19.....	72
Figura 4 –	Mapa de atuação do Projeto Jovens Comunicadores – Edição covid-19 no ano de 2020.....	85
Figura 5 –	Registro da tela inicial ao acessar o Google Meet na web.....	88
Figura 6 –	Registro de uma das oficinas do projeto via Google Meet.....	90
Figura 7 –	Registro da tela do Google Sala de Aula acessado pela web.....	93
Figura 8 –	Interface de uma lista de transmissão.....	98
Figura 9 –	Interface de uma lista de transmissão.....	98
Figura 10 –	Conteúdo sobre pandemia e precariedade nas favelas e periferias.....	105
Figura 11 –	Conteúdo com informações sobre o auxílio.....	105
Figura 12 –	Card sobre como checar desinformação.....	107
Figura 13 –	Card sobre como checar desinformação.....	107
Figura 14 –	Conteúdo produzido pelos jovens comunicadores sobre medidas de prevenção contra o coronavírus.....	107
Figura 15 –	Conteúdo produzido pelos jovens comunicadores sobre medidas de prevenção contra o coronavírus.....	107
Figura 16 –	Card – conteúdo sobre produção da vacina de Covid-19.....	108
Figura 17 –	Informação sobre o intervalo entre as vacinas.....	109

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALERJ	Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
Cade	Conselho Administrativo de Defesa Econômica
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
Fiocruz	Fundação Oswaldo Cruz
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IMS	Instituto de Medicina Social
LaISS	Laboratório, Internet, Saúde e Sociedade
MPF	Ministério Público Federal
NTIC	Novas Tecnologias de Informação e Comunicação
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não Governamental
SUS	Sistema Único de Saúde
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFF	Universidade Federal Fluminense
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	11
1	PLATAFORMAS DIGITAIS E DESINFORMAÇÃO NA PANDEMIA DE COVID-19.....	23
1.1	Cidadania biológica, tecnologias digitais e desinformação em saúde.....	23
1.2	“Acabou matéria para o Jornal Nacional”: governo Bolsonaro, Covid-19 e a disputa pela autoridade da verdade.....	33
1.3	O WhatsApp no contexto pandêmico das plataformas digitais.....	41
2	A PANDEMIA NAS FAVELAS: DESIGUALDADES, TECNOLOGIAS DIGITAIS E ESTRATÉGIAS DE DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÃO.....	51
2.1	Enfrentamento das desigualdades nas favelas.....	52
2.2	Desigualdades e descartabilidade: a pandemia em contextos de favelas.....	60
2.3	BemTV e o Projeto Jovens Comunicadores: comunicação comunitária, protagonismo de jovens e combate à desinformação.....	68
2.3.1	<u>A juventude no centro: os jovens comunicadores.....</u>	77
3	ENTRE DADOS, LISTAS E REDES: CONSTRUÇÃO E DINÂMICAS DE FUNCIONAMENTO DO PROJETO JOVENS COMUNICADORES – EDIÇÃO COVID-19.....	84
3.1	A organização do projeto e as oficinas formativas.....	84
3.2	Das listas de transmissão.....	97
3.3	Dos conteúdos.....	103
	CONCLUSÃO.....	112
	REFERÊNCIAS.....	117

INTRODUÇÃO

Introduzir esta pesquisa acadêmica, que intenta discutir temas como agência comunitária, favelas, desigualdade e as formas de resistência, requer discorrer um pouco sobre minha trajetória pessoal e profissional. Enquanto mulher negra, acadêmica, nascida e criada no Jardim Catarina, favela de São Gonçalo, na região metropolitana do Rio de Janeiro, e militante ativa em movimentos sociais, entendo que minha vivência e experiências se entrelaçam ao desenvolvimento deste estudo. Na verdade, esses elementos têm sido fundamentais para direcionar e moldar meus interesses de pesquisa, me fornecendo uma certa sensibilidade acerca de tais temas. Quero dizer que, para além das narrativas predominantes, que frequentemente destacam as ausências e precariedades associadas às favelas e às periferias, considero de extrema importância evidenciar suas potencialidades e as diversas formas de resistência que emergem cotidianamente nesses territórios, desafiando e subvertendo as estruturas de desigualdade existentes.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o censo de 2022 apontou que São Gonçalo tinha aproximadamente 896.744 habitantes, consolidando-se como o segundo município mais populoso do estado, atrás apenas da capital, e o 18º mais populoso do país.¹

Desde a minha infância, ouvia, corriqueiramente, tanto de moradores quanto de não moradores, em tom pejorativo, que São Gonçalo era uma cidade dormitório: “São Gonçalo não tem nada, aqui é só para chegar altas horas da noite, dormir, acordar no dia seguinte e enfrentar o engarrafamento na ponte Rio-Niterói”. Embora a expressão "cidade-dormitório" essencialmente designe a mobilidade pendular, com pessoas se deslocando de seu município para trabalhar em outra cidade, seu uso se estende para caracterizar cidades com diversas funções e tipologias. A imprecisão gera representações difusas que se cristalizam na imagem da cidade. No caso de São Gonçalo, a ideia de "cidade-dormitório" reflete uma convergência de elementos: homogeneidade da pobreza, ausência de centralidade e carência de infraestrutura urbana. Devido à sua aplicação difusa e imprecisa, a expressão frequentemente assume uma conotação universalizante, abrigando representações estereotipadas em vez de servir como mediação precisa entre o vivido e o concebido. Assim se configura o município como um

¹ Para maiores informações ver: SÃO GONÇALO: Rio de Janeiro. In: DICIONÁRIO de Favela Marielle Franco. Rio de Janeiro: WikiFavelas, 2024. Disponível em: https://wikifavelas.com.br/index.php/S%C3%A3o_Gon%C3%A7alo_-_Rio_de_Janeiro. Acesso em: 13 jan. 2024.

simples desdobramento do centro metropolitano, sem questões e produções próprias (NEPOMUCENO, 2023).

Minha insatisfação com o uso pejorativo da expressão para se referir à cidade de São Gonçalo, e conseqüentemente ao Jardim Catarina, como um lugar “só pra dormir”, surgiu antes mesmo de eu ingressar na universidade. O sentimento se intensificou quando me engajei em trabalhos comunitários que, inclusive, influenciaram minha escolha pela graduação em Ciências Sociais, que cursei entre 2018 e 2022, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Minha inserção na *Organização Comunitária Nós por Nós – Por Mais Direitos e Menos Desigualdades*, que atua no Jardim Catarina, foi fundamental nesse processo. Junto com um grupo de jovens, construímos o pré-vestibular comunitário, promovemos ações culturais e realizamos diversas outras atividades. Esse engajamento não só me permitiu conhecer outros movimentos sociais em São Gonçalo, como também me abriu portas para conexões além dos limites da cidade. Através de tais experiências, percebi que muitas iniciativas interessantes e transformadoras são produzidas e fomentadas nas favelas e periferias no Rio de Janeiro, realidade que contrasta com a visão depreciativa frequentemente associada a São Gonçalo e ao Jardim Catarina.

Assim, anos mais tarde, em 2019, buscando adquirir experiência na área de pesquisa, apoio teórico e metodológico para complementar minha formação, candidatei-me e fui aprovada como bolsista na Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), na qual atuei até 2021 como auxiliar de pesquisa no Laboratório Internet, Saúde e Sociedade (LaISS), vinculado ao Centro de Saúde Escola Germano SINVAL Faria, departamento da Escola Nacional de Saúde Pública. O laboratório desenvolve pesquisas na área de saúde, internet e na avaliação de sites de saúde. Além disso, oferece cursos com computadores e celulares, para letramento digital dos usuários do Centro de Saúde.

No ano de 2020, a pandemia de covid-19, que inicialmente preocupou alguns países, tomou proporções surpreendentes e explodiu em uma escala global. Tendo em vista a implementação das medidas de distanciamento físico, elaboramos uma nova abordagem e mantivemos, de forma desafiadora, nossas atividades de alfabetização digital à distância, utilizando o WhatsApp e, posteriormente, plataformas de reunião *on-line*. Os usuários que frequentavam o laboratório e continuaram conosco remotamente durante a pandemia eram, em sua maioria, pessoas acima de 50 anos, moradores do Complexo de Manguinhos, favela da zona norte do Rio de Janeiro, situada em frente à Fiocruz. De modo geral, os participantes do projeto era pessoas sem familiaridade com o uso das novas tecnologias de informação e comunicação (NTIC).

Logo nos primeiros meses da pandemia, quando havia ainda pouca informação sobre o vírus da Covid-19, observamos no grupo do WhatsApp que tínhamos com os usuários do laboratório, quase que diariamente, a circulação e o compartilhamento de inúmeras notícias falsas, causadoras de confusão, temor e intensos debates. Rapidamente, o teor dos conteúdos e a reação dos usuários frente às informações que circularam chamaram minha atenção. Por exemplo, lembro-me de uma situação específica de quando começou a circular no grupo um áudio supostamente gravado por profissionais da saúde, dizendo que a enorme quantidade de óbitos atribuída ao vírus de covid-19 noticiada na imprensa era falsa e que eles estavam sendo obrigados a notificar as mortes como sendo motivadas pelo vírus mesmo sem ser.

Uma das usuárias me encaminhou o áudio no modo privado do WhatsApp, após intensa discussão no grupo, perguntando-me o que achava. Como resposta, encaminhei o link para o site do Ministério da Saúde², que, antes do apagão que causou o sumiço dos dados de mortalidade por covid-19, fornecia os números diários das vítimas da doença. Conversei um pouco com ela e depois levei a situação para a coordenação do estágio. A partir disso, começamos a oferecer aulas sobre como efetuar pesquisas e identificar *fake news* e a promover diálogos sobre a situação do mundo em relação à pandemia.

Paralelamente, a convite de dona Rose, mulher negra, uma das integrantes mais antigas do movimento negro em São Gonçalo e coordenadora geral do Centro Comunitário do Jardim Catarina, participei, junto com a *Organização Comunitária Nós por Nós – Por mais direitos e menos desigualdades nas periferias*, do projeto *Jovens Comunicadores – Edição covid-19*, projeto idealizado e implementado pela Organização Não Governamental BemTV, que atuou de forma conjunta com diversas organizações comunitárias e coletivos. O projeto reuniu informações confiáveis sobre o coronavírus e suas implicações, adequando-as a uma linguagem popular e mais acessível. As adaptações eram realizadas por jovens comunicadores das favelas e periferias de São Gonçalo, que participavam de oficinas sobre comunicação em saúde, elaborando depois conteúdos que eram divulgados por listas de transmissão do WhatsApp.

O contato com o projeto, a partir de participação nas oficinas, foi extremamente enriquecedor e me fez entender algumas dinâmicas que observei no estágio na Fiocruz. Durante esse período, fui dominada por diversos questionamentos referentes ao uso e à relevância das plataformas digitais — especialmente o WhatsApp durante a pandemia — como ferramentas úteis para a realização das ações de promoção à saúde, ativismo comunitário, propagação de

² Ver: BRASIL. Ministério da Saúde. COVID-19 no Brasil. **Ministério da Saúde**, Brasília, DF, 2024. Disponível em: https://infoms.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html. Acesso em: 13 jan. 2024.

informações e a presença central que o aplicativo tem nas formas de organização da vida cotidiana e os diferentes significados e usos que ele pode ter, dependendo dos grupos que o utilizam.

Essas indagações e aspectos sobre a utilização do WhatsApp contrastam com algumas pesquisas feitas durante a pandemia e que discutiam os usos das plataformas digitais. Muitas dessas pesquisas focaram na divulgação de desinformação, destacando o perigo das mídias sociais e seu impacto negativo na saúde pública (PEREIRA NETO; PAOLUCCI, 2014; SILVA, 2020; SOUSA JÚNIOR *et al.*, 2020; VIANNA; MENDONÇA, 2022). Diante da experiência do projeto *Jovens Comunicadores – Edição covid-19* no contexto das favelas, do qual pude fazer parte, essa apropriação tecnológica pode ser vista de outra forma: como estratégia de resistência, em que os moradores não apenas consumiram, mas também produziram e disseminaram conteúdos relativos às suas realidades e necessidades específicas. Isso desafia a percepção predominante de passividade e vulnerabilidade associada a esses grupos, destacando sua capacidade de agência, engajamento e inovação na utilização das plataformas digitais.

Ademais, durante a pandemia de covid-19, as favelas do Rio de Janeiro se organizaram das mais variadas formas, com diversas iniciativas coordenadas por seus moradores, organizações, coletivos e ONGs. Essas ações, além de responderem aos desafios imediatos da crise sanitária, desafiaram e redefiniram os estereótipos históricos que frequentemente marginalizaram as comunidades (FLEURY; MENEZES, 2020). As ações — desde a distribuição de alimentos básicos até a comunicação comunitária via mídias sociais como o WhatsApp, além da produção local de materiais informativos — contribuíram para conter os impactos da pandemia e desafiaram narrativas simplistas sobre esses territórios e os grupos que lá vivem, destacando a complexidade das experiências vividas nas favelas durante aquele período. Tais fatores influenciaram meus interesses de pesquisa.

Desse modo, nesta dissertação, pesquiso como as tecnologias digitais foram utilizadas nos territórios das favelas e periferias para promover divulgação de informações sobre saúde durante a pandemia de Covid-19. Com isso, investigo as estratégias de mobilização comunicacional protagonizadas por jovens de favelas da região metropolitana do Rio de Janeiro durante a pandemia de covid-19, a partir da atuação do projeto *Jovens Comunicadores – Edição Covid-19* pelo aplicativo WhatsApp.

Em julho de 2024, procurei retomar o contato com o projeto, após anos de minha participação como jovem comunicadora. Iniciei o processo por meio do Instagram da BemTV. Enviei uma mensagem explicava a pesquisa e mencionei minha experiência prévia no projeto. Obtive resposta de uma secretária, que, de forma entusiasmada, forneceu-me o e-mail da

coordenadora atual, Paula. Apesar de Paula ter sido uma das responsáveis pela construção do projeto *Jovens Comunicadores – Edição Covid-19*, até aquele momento eu não a conhecia pessoalmente. Paula é uma mulher branca, formada em Psicologia e atua há muitos anos com projetos sociais. Inicialmente, fiquei um pouco apreensiva, pois esse contexto me levou a sair da zona de conforto de uma relação já estabelecida com a coordenação anterior para construir um novo vínculo, do zero.

Enviei um e-mail apresentando a pesquisa e solicitando uma reunião para discutir minha aproximação ao projeto. Após aguardar por seis dias sem resposta, reenviei o e-mail, novamente sem retorno. Com o prazo apertado para submissão do projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Medicina Social (CEP/IMS/UERJ), recorri novamente ao Instagram e expliquei minha dificuldade de contato pelo e-mail indicado. Como resposta, fui informada de que entrariam em contato com Paula. Aguardei. Contudo, depois de dois dias, minha inquietação e ansiedade características me levaram a buscar uma alternativa: visitei o site da BemTV, onde localizei um e-mail geral da organização. Enviei novamente a mensagem e, uma semana depois, recebi uma resposta sucinta de Paula com seu número de WhatsApp, sugerindo que eu a contatasse por lá. Ela expressou sua disposição em contribuir com a pesquisa. Fiquei extremamente aliviada.

Essa experiência reforçou minha percepção sobre a transformação no uso do WhatsApp, que se consolidou como uma ferramenta central de comunicação interpessoal ou mesmo institucional, inclusive em interações tradicionalmente consideradas mais formais. Conforme argumentado por Carolina Parreiras (2024), a pandemia tornou perceptível a centralidade do WhatsApp na organização da vida cotidiana, ampliando sua relevância também em contextos de pesquisa. Nessas situações, o aplicativo tornou-se um recurso fundamental tanto para estabelecer contato com interlocutores quanto para a condução de investigações que o têm como objeto ou mediador central.

Pela plataforma, Paula sugeriu algumas datas para uma reunião no Google Meet, plataforma de videoconferência desenvolvida pelo Google que permite realização de reuniões virtuais em tempo real. Agendamos um encontro, no qual pude apresentar detalhadamente a pesquisa. Durante a conversa, recebi o convite para comparecer à formatura de uma turma de jovens comunicadores, que ocorreria no dia seguinte, no Solar do Jambeiro, em Niterói. Aceitei prontamente.

Ao chegar ao evento, fiquei impressionada com a beleza do espaço e a organização dedicada à formatura. Enquanto admirava o ambiente, fui cumprimentada por Paula, que me apresentou à equipe da BemTV. Fui acolhida calorosamente tanto pela equipe quanto pelos

jovens formandos, majoritariamente mulheres negras, que, como a equipe, evidenciavam a centralidade da representatividade racial no projeto.

A formatura era da turma de jovens comunicadores que focavam na disseminação de informações sobre HIV e tuberculose. Foram exibidos vídeos e cartilhas que ilustravam o processo formativo e os conteúdos criados, que variavam de entrevistas nas ruas a materiais educativos para circulação digital. O evento foi marcado por homenagens emocionantes dos jovens à equipe do projeto e entre os próprios colegas, reforçando um ambiente de forte intimidade, afeto e pertencimento, com reconhecimento do projeto como espaço transformador nas trajetórias individuais e coletivas.

O primeiro contato com a BemTV enquanto objeto de pesquisa foi extremamente revelador. A interação inicial proporcionou uma compreensão mais profunda da BemTV enquanto organização não governamental, permitindo identificar suas dinâmicas institucionais, valores organizacionais e estratégias de atuação. Essa percepção, aliada à inserção no campo — tanto em suas dimensões *online* quanto *offline* — provocou uma reconfiguração significativa nos rumos da minha pesquisa. Tornou-se indispensável revisitar a literatura previamente selecionada e ajustar os referenciais teóricos para alcançar uma compreensão mais apurada do funcionamento do projeto.

Ao longo do processo de análise e sistematização dos dados, percebi que minha concepção inicial sobre o projeto e a atuação dos jovens comunicadores foi completamente reformulada. Nem todos os jovens envolvidos no projeto estavam engajados em causas sociais, tampouco aderiram a ele motivados por um desejo explícito de contribuir com seus territórios no contexto pandêmico. Essas constatações, entre outras questões relevantes, desconstruíram pressupostos que eu carregava inicialmente. O que antes parecia um território familiar, em grande parte devido à minha própria experiência como jovem comunicadora, revelou-se permeado por complexidades, contradições e nuances que então até me escaparam.

Tal abertura permitiu situar o projeto *Jovens Comunicadores – Edição Covid-19* em um cenário mais amplo, inserindo-o no contexto geral dos projetos sociais voltados para a juventude, promovidos por ONGs no Rio de Janeiro. Contudo, é importante salientar que a ampliação do olhar não resultou no abandono das especificidades do projeto; pelo contrário, o trabalho de campo ressaltou a necessidade de equilibrar a análise entre o geral e o particular, abordagem dupla fundamental para compreender, de forma mais contextualizada, o papel desempenhado pelos jovens comunicadores no âmbito do projeto e a própria atuação da BemTV enquanto ONG.

No que se refere aos aspectos metodológicos, considerando que o WhatsApp foi a plataforma escolhida para divulgação dos conteúdos produzidos pelo *Projeto Jovens Comunicadores – Edição covid-19*, caminho com Lalita Kraus, Alan Meira e Matheus Barbosa (2022), que propõem uma análise sociotécnica do WhatsApp, isto é, uma perspectiva sociológica da tecnologia. O objetivo é analisar os elementos e contextos de seus usos e desenvolvimento e evitar a ideia do WhatsApp como simples aplicativo de troca de mensagens, pois, como toda tecnologia, ele é “[...] maleável em sua capacidade de adaptar-se a determinadas condições históricas, materializando as dinâmicas sociais de um determinado momento e definindo processos de apropriação social da tecnologia” (KRAUS; MEIRA; BARBOSA, 2022, p. 59).

Tal perspectiva me auxiliou na compreensão de como essa ferramenta tecnológica foi incorporada e utilizada no contexto específico do projeto *Jovens Comunicadores em Saúde – Edição covid-19*, bem como os significados, interpretações e sentidos que coordenadores e participantes (jovens comunicadores) atribuíram ao seu uso. Além disso, contribuiu para explorar a funcionalidades mais utilizadas (listas de transmissão, mensagens de voz, figurinhas, textos etc.) e como e com quais objetivos certas funcionalidades foram integradas nas estratégias de comunicação.

Além disso, foram combinadas duas técnicas de pesquisa qualitativa: entrevistas semiestruturadas e análise de conteúdo. Em relação à entrevista, trata-se de uma técnica qualitativa para conseguir respostas as quais o pesquisador não conseguiria com outros instrumentos, o que colabora para que entenda a percepção individual dos seus interlocutores sobre variados assuntos em diálogo com o objetivo central da pesquisa (GOLDENBERG, 1997). Assim, realizei entrevistas com roteiro semiestruturado com a coordenadora geral do projeto e com três jovens comunicadores, que eram os responsáveis pelo compartilhamento das informações em saúde em listas de transmissão do WhatsApp.

Para a entrevista com a coordenação geral do projeto, fui até a sede da BemTV, localizada na cidade de Niterói. A coordenadora geral indicou os jovens comunicadores que seriam entrevistados. Após essa indicação, entrei em contato com eles por meio do WhatsApp e fiz as entrevistas utilizando a plataforma de reunião virtual Zoom, previamente confirmada pelos participantes como acessível. As entrevistas permitiram compreender, a partir das concepções dos meus interlocutores, suas percepções, dinâmicas, desafios e implicações relacionadas ao processo de produção de conteúdos e ao compartilhamento de informações sobre saúde no contexto pandêmico.

Nas entrevistas, procurei, a todo momento, pôr em prática alguns ensinamentos de Jean-Claude Kaufmann (2013) sobre a entrevista compreensiva, entendendo as pessoas entrevistadas como depositárias “[...] de um saber importante que deve ser assumido do interior, através do sistema de valores dos indivíduos” (KAUFMANN, 2013, p. 47). Desse modo, busquei não tratar meus interlocutores como meros informantes de uma opinião individual, mas detentores de saberes os quais, por eu ter sido uma jovem comunicadora e atuante em movimentos sociais de São Gonçalo, partilho e compreendo que expressam a complexidade de uma realidade social na qual estão imersos. Kaufmann (2013) argumenta ser necessário se propor a uma postura compreensiva, como em uma conversa, em que o interlocutor se sinta profundamente elevado a um papel central, desfazendo hierarquias prévias entre ele e o pesquisador. Em outros termos, procura-se estabelecer um ambiente em que ambos se colocam como conhecedores, dispostos a compartilhar saberes. Não à toa, Kaufmann (2013) destaca que, para uma boa entrevista, temos que desenvolver a “escutatória”, que não significa ficar preso apenas ao dizer, mas pensar os elementos da entrevista a partir dos informantes, como ficar atento ao que é dito, mas também ao silêncio, pois a quietude frente a certos aspectos pode dizer muito.

Já a análise de conteúdo é um dos recursos mais utilizados para analisar os dados coletados em uma pesquisa qualitativa (CAMPOS, 2004). Trata-se de “[...] um conjunto de técnicas de pesquisa cujo objetivo é a busca do sentido ou dos sentidos de um documento” (CAMPOS, 2004, p. 611). Com essa técnica, pode-se analisar, classificar, descrever e interpretar o conteúdo exposto em uma comunicação, seja em textos, imagens ou em falas, sem deixar de considerar a subjetividade do sujeito da pesquisa. Nessa direção, de acordo com Ricardo Bezerra Cavalcante, Pedro Calixto e Marta Macedo Kerr Pinheiro (2014), é possível realizar inferência de conhecimento sobre o conteúdo a ser analisado, isto é, o pesquisador pode criar “[...] abordagens, revisão e criação de novos conceitos e categorias durante a investigação” (CAVALCANTE; CALIXTO; PINHEIRO, 2014, p. 14).

Quando iniciei o processo de pesquisa, minha intenção era analisar somente a primeira turma do projeto, ou seja, os conteúdos produzidos, as interações, a organização e as dinâmicas de funcionamento do ano de 2020. Dois motivos significativos impulsionaram meu interesse: primeiro, porque foi o ano em que a pandemia surgiu. Não tínhamos muitas informações sobre o que era a covid-19 de fato, e a incerteza das informações e o medo instaurado propiciaram o surgimento de muita desinformação sobre o tema. Além disso, a edição de 2020 foi a turma de que participei como jovem comunicadora e testemunhei o percurso do projeto.

Entretanto, em uma conversa informal após a entrevista, Paula, a coordenadora da BemTV, sugeriu que eu também considerasse os materiais das turmas de 2021, que, segundo

ela, eram mais bem organizados e tinham uma metodologia mais consolidada em comparação à primeira edição. Ela explicou que isso poderia facilitar minha pesquisa e oferecer *insights* mais estruturados sobre o desenvolvimento do projeto. Assim, Paula compartilhou comigo, via Google Drive³, duas pastas contendo os materiais produzidos pelo projeto *Jovens Comunicadores – Edição Covid-19*, nos anos de 2020 e 2021.

Como ela e sua equipe haviam me antecipado, a pasta referente ao ano de 2020 apresentava diversas dificuldades organizacionais. Algumas subpastas estavam vazias, arquivos apresentavam problemas técnicos para serem abertos e, em outros casos, os documentos continham apenas frases incompletas. Apesar dessas limitações, foi possível identificar materiais importantes, como planos de aulas para as oficinas, mapas dos territórios em que o projeto atuava, uma planilha com os nomes de coordenadores de área, movimentos sociais engajados no projeto, *cards* de apresentação dos professores e suas respectivas oficinas e alguns conteúdos produzidos pelos jovens comunicadores. Além disso, também acessei vídeos e materiais das oficinas para preparação de material para as listas — sobre o que falarei com mais detalhe adiante — ministradas no decorrer do projeto no ano de 2020.

Em contraste, na pasta de 2021, havia mais dados quantitativos referentes ao perfil socioeconômico dos jovens comunicadores. Estavam organizados em *slides* com o título “Dados e Monitoria – mês de referência”. Embora bem mais organizada, não continha registros estruturais e organizacionais do projeto, como os nomes dos monitores, das organizações sociais e os territórios. Assim como na pasta de 2020, nessa pasta também continham *prints* das listas de transmissão, dos grupos dos jovens comunicadores em que eram realizadas discussões sobre temas a serem transformados em conteúdos e algumas interações das pessoas que recebiam o material produzido.

Confesso que, num primeiro momento, e ao longo dos desdobramentos subsequentes, senti-me profundamente desafiada diante da tarefa de conduzir a pesquisa a partir da análise dos conteúdos, devido ao material que me foi confiado. Contudo, ao adotar um olhar atento e cuidadoso para as entrevistas feitas, oficinas e o material compartilhado, fui gradualmente construindo um percurso de caráter quase artesanal. O processo exigiu uma certa paciência e sensibilidade para “catar” fragmentos, costurá-los e integrá-los para uma melhor compreensão do funcionamento do projeto e da participação dos jovens.

³ O Google Drive é uma plataforma de armazenamento em nuvem oferecida pelo Google. Ele permite que os usuários armazenem, organizem e compartilhem arquivos e pastas de maneira segura, acessando-os de qualquer lugar com conexão à internet. Além de servir como um espaço para salvar arquivos, o Google Drive também oferece ferramentas integradas para edição e colaboração em tempo real. Para mais informações, ver: <https://workspace.google.com/intl/pt-BR/products/drive/>

O processo de organização e análise dos conteúdos produzidos e materiais organizacionais do *Projeto Jovens Comunicadores – Edição covid-19* que foram compartilhados comigo foi estruturado de maneira a facilitar a sistematização das informações e possibilitar uma análise mais aprofundada sobre a produção de conteúdos, interações dos jovens e estrutura organizacional do projeto. Para garantir a organização e análise dos dados, criei três pastas distintas no meu computador, com a intenção de categorizar os conteúdos conforme suas finalidades, facilitando a visualização e o contato com os materiais produzidos.

A pasta de 2020, a primeira, intitulada Oficinas, contém a lista de professores que ministraram as oficinas, além de uma planilha com os horários, datas e temas abordados nos encontros. Nela, também estão armazenados os vídeos das oficinas formativas e as interações no chat do Google Meet, plataforma utilizada para a realização das atividades. O material registrado nesta pasta proporciona uma compreensão aprofundada dos processos de formação, que foram considerados fundamentais para a produção dos conteúdos.

A segunda pasta, Print WhatsApp, reúne os prints das listas de transmissão, bem como as mensagens enviadas, respostas recebidas e capturas de tela das discussões para a produção dos conteúdos ocorridas nos grupos de WhatsApp dos jovens comunicadores. Esses registros são de grande valor para entender como os jovens interagem e como o processo criativo se desenvolvia nas trocas diárias. As conversas e interações entre os participantes mostraram-se essenciais para a construção dos conteúdos.

Por fim, a pasta Conteúdos contém os materiais efetivamente produzidos pelos jovens comunicadores, que, predominantemente, são *cards* elaborados para disseminação digital. Os materiais abordam uma ampla gama de detalhes, sempre conectados à realidade local dos jovens e às demandas de informação de suas comunidades. Entre os principais temas elencados, destacam-se: informações sobre vacinas, com foco na desmistificação de *fake news* e na promoção de medidas preventivas; como identificar e combater *fake news*, com o intuito de auxiliar a população para a análise crítica da informação; questões raciais, que emergiram de maneira significativa durante a pandemia, refletindo sobre as desigualdades agravadas no contexto sanitário; os desafios do ensino remoto e o acesso desigual à internet, tema central nas favelas durante o período de distanciamento social; os impactos da pandemia nas comunidades periféricas, em termos de saúde e condições socioeconômicas; e o auxílio emergencial, debatido tanto nas suas dimensões de acesso quanto nas discussões políticas sobre sua distribuição.

Na pasta referente ao ano de 2021, considerando o material disponibilizado, foram armazenados apenas os *prints* das interações dos grupos de jovens comunicadores, além de algumas respostas das pessoas que receberam os conteúdos nas listas de transmissão. É

importante destacar que conheci os conteúdos informativos produzidos pelos jovens nesse ano. No entanto, pude visualizar algumas informações por meio das mensagens de texto compartilhadas nos *prints* do WhatsApp que me foram fornecidos. Dessa forma, organizei a pasta de 2021 em três subpastas, correspondendo aos meses de julho, agosto e setembro. Cada uma dessas subpastas continha outras subdivisões, organizadas de acordo com os temas envolvidos nos *prints*.

Essa organização do material não apenas permitiu uma visão mais ampla sobre os processos comunicacionais desenvolvidos durante o projeto, mas também possibilitou a análise de como os jovens, como agentes de saúde e divulgadores de informação, desenvolveram-se para a conscientização e mobilização em suas comunidades, ao mesmo tempo em que enfrentaram desafios relacionados à pandemia e ao uso da internet.

Também me proponho a descrever as plataformas digitais utilizadas na realização do projeto (Google Meet, Google Sala de Aula, WhatsApp), considerando a preocupação metodológica apontada por Parreiras (2024), para quem, a abordagem descritiva visa apenas a evidenciar o caráter fluido e altamente mutável dessas plataformas, mas também destaca os fatores que contribuem para que compreendamos sua maior ou menor penetração entre os usuários.

Parreiras (2024) adota uma perspectiva que trabalha com as chamadas desigualdades digitais de forma ampliada, indo além da posse ou acesso a tecnologias digitais. Consideram-se os diversos níveis de desigualdade, entre os quais o letramento digital se destaca. O texto refere-se ao domínio — ou à falta dele — que as pessoas têm das tecnologias que acessam, sua análise permite incluir tanto aqueles que acessam quanto os que estão formalmente conectados, mas vivenciam essa conectividade de forma desigual (PARREIRAS, 2024).

Essa preocupação metodológica revelou-se essencial para refletir sobre as dificuldades enfrentadas pelos jovens comunicadores na participação plena do projeto, destacando o impacto das desigualdades digitais no engajamento e na capacidade de atuação dos participantes. Para além disso, uma descrição contextualizada das tecnologias utilizadas se mostrou crucial para entender como as funcionalidades dessas plataformas podem ser inseridas e mobilizadas em contextos de justiça social e luta por direitos. Nesse sentido, a análise das ferramentas digitais não se limita à sua operacionalidade, mas busca compreender as formas pelas quais foram articuladas no âmbito do projeto, com o objetivo de potencializar suas ações e alcançar seus propósitos. Por outro lado, este estudo também reflete sobre como a centralidade dessas tecnologias revela, intensifica ou torna mais complexas as desigualdades e precariedades enfrentadas por jovens moradores de favelas.

Esta dissertação está estruturada em três capítulos. O primeiro é dedicado a uma discussão teórica sobre o acesso à informação em saúde na internet e nas plataformas digitais, destacando as dinâmicas que caracterizam esse ambiente. Contextualizo o cenário pandêmico como um marco de transformação nas dinâmicas de circulação de informação, explorando as especificações da infodemia: o excesso de informações, muitas vezes contraditórias, que se proliferaram em alta velocidade durante uma crise sanitária. Discuto como as plataformas digitais desempenharam papel central nesse processo, amplificando informações precisas, mas também desinformação. Examino ainda os impactos desse processo, incluindo o surgimento de teorias da conspiração, o fortalecimento de discursos negacionistas e o uso estratégico dessas plataformas por atores políticos interessados em espalhar conteúdos desinformativos e influenciar a opinião pública.

No segundo capítulo, analiso a relação entre a pandemia de covid-19 e as favelas, evidenciando como as desigualdades socioeconômicas e espaciais intensificaram os efeitos da crise sanitária nesses territórios. Seu objetivo principal é ir além da simples descrição dos impactos da pandemia, buscando compreender os mecanismos históricos e estruturais que perpetuam essas desigualdades e como esses fatores influenciam tanto os desafios enfrentados pelas populações periféricas quanto as respostas a esses desafios, tanto de caráter comunitário quanto institucional. Além disso, apresento a ONG BemTV e o *Projeto Jovens Comunicadores – Edição Covid-19* e reflito acerca das ONGs com projetos voltados para a juventude que atuam no Rio de Janeiro.

Finalmente, dedico o terceiro capítulo a uma análise do *Projeto Jovens Comunicadores – Edição Covid-19*, com foco nos processos organizacionais, na criação de conteúdos e na dinâmica de distribuição de informações através do WhatsApp. O objetivo é compreender como o projeto se configurou como uma resposta emergencial à crise de desinformação gerada pela pandemia, além de investigar como suas práticas se conectaram às necessidades e realidades das comunidades periféricas e favelas de Niterói e São Gonçalo. Abordo o uso das listas de transmissão no WhatsApp como ferramenta essencial para a disseminação de informações e fortalecimento das redes de comunicação comunitária, e analiso os conteúdos produzidos, buscando compreender as conexões entre as narrativas emergentes durante a pandemia, as experiências individuais dos participantes e as estratégias de comunicação implementadas no projeto.

1 PLATAFORMAS DIGITAIS E DESINFORMAÇÃO NA PANDEMIA DE COVID-19

Neste capítulo, contextualizo teórica e factualmente o cenário de emergência do *Projeto Jovens Comunicadores – Edição Covid-19*. Escolho seguir esse caminho ao lembrar de uma conversa que tive, em 2021, com uma das idealizadoras do projeto, que me explicou as motivações para sua criação. Ela destacou como as notícias globais evidenciaram a manipulação massiva de informações em plataformas digitais, no contexto das eleições norte-americanas em 2017 e nas eleições brasileiras de 2018. Quando a pandemia chegou, ela observou com preocupação o agravamento dessa dinâmica. As *fakes news* sobre saúde circulavam com velocidade assustadora e era evidente, segundo ela, que a população periférica, historicamente marginalizada, seria a mais afetada. Para minha interlocutora, essa realidade revelava não apenas as desigualdades já existentes, mas também o impacto concreto que a desinformação poderia ter na vida e na saúde das pessoas.

Diante desse cenário, uma ideia começou a tomar forma em sua mente. Ela pensou: “Se essas tecnologias estão sendo usadas para manipular e espalhar mentiras, por que não as usar ao nosso favor? Podemos fazer o oposto.” A partir dessa constatação, decidi ser necessário se apropriar dessas ferramentas e transformá-las em instrumentos de luta. Sua proposta era clara: utilizar as tecnologias digitais para disseminar informações confiáveis, combater as mentiras e promover conscientização. Para ela, a resposta à desinformação passava por transformar as plataformas que antes eram fontes de manipulação em aliadas.

1.1 Cidadania biológica, tecnologias digitais e desinformação em saúde

Diante do trágico contexto imposto pela pandemia de covid-19, as medidas de distanciamento social foram uma das formas de controle e enfrentamento da proliferação do vírus. Além da adoção de hábitos de higienização e do uso de máscaras, foram definidas também diversas maneiras de distanciamento físico, como por exemplo: fechamento de escolas e de espaços de lazer, suspensão de eventos que provocassem algum tipo de aglomeração, incentivo à realização de atividades laborais de forma remota, entre outras. Vale ressaltar que

tais medidas, entretanto, não foram adotadas e estimuladas de forma homogênea em todos os países e até mesmo no interior das fronteiras de um país.

Segundo Aquino *et al.* (2020), as medidas de distanciamento social buscam limitar a interatividade no interior de uma comunidade para evitar que pessoas contaminadas, ainda não identificadas, circulem pelos espaços, arriscando propagar o coronavírus. Dessa forma, o isolamento social permite reduzir a transmissibilidade da doença. Ainda consoante os autores, “distanciamento social” faz parte de um dos principais termos utilizados para se referir às medidas de saúde pública que buscam reduzir a disseminação de epidemias, sobretudo quando ainda não há nenhum tipo de vacina ou medicamentos específicos. É importante frisar que, diante das inúmeras desigualdades sociais, nem todas as pessoas puderam permanecer em isolamento como determinado (MATTA *et al.*, 2021).

Com isso, a interação presencial foi limitada e as mídias sociais se tornaram uma das mediadoras das relações mais utilizada. Isso foi possível, pois, como apontam Daniel Miller *et al.* (2019), as mídias sociais são, na atualidade, lugares de convivência e parte da vida cotidiana, existindo uma continuidade entre o mundo *on-line* e o *off-line*. Dessa forma, as mídias sociais devem ser consideradas o lugar onde muitas pessoas que saibam manuseá-las e acessam a internet passam tempo considerável de suas vidas. Assim, são, duplamente, ambientes de interação e compartilhamento de informações e opiniões *on-line* através de tecnologias de comunicação digital (MILLER *et al.*, 2019).

Miller *et al.* (2019) salientam que a comparação entre os tipos de relações que se desenvolvem e se estabelecem no mundo *on-line* e no *off-line* pode gerar um entendimento de que elas são opostas uma à outra e até um julgamento valorativo sobre qual dos tipos de relações é mais real, legítimo e menos superficial. Por isso, eles afirmam: “[...] os relacionamentos como criados, desenvolvidos e sustentados por meio de uma interação totalmente integrada entre *on-line* e *off-line*” (MILLER *et al.*, 2019, p. 113). Desse modo, as relações podem coexistir em ambos os mundos, representando o *on-line* outro aspecto dos vínculos existentes no *off-line*. Além disso, o uso das mídias sociais pode se manifestar apenas como um complemento das relações já existentes, antes mesmo de significar uma nova forma de sociabilização (MILLER *et al.*, 2019).

De acordo com Débora Krischke Leitão e Laura Graziela Gomes (2018), o virtual e o real não devem ser compreendidos como polos opostos ou qualitativamente distintos, como se existisse uma separação prévia entre o mundo real e o mundo virtual. Por essa razão, as autoras abordam as mídias sociais como ambientes, fundamentando-se na premissa de que um ambiente se caracteriza pela sua conexão intrínseca com a ideia de vida. Nesse sentido, concebê-las como

um ambiente é revelador, pois permite reconhecê-las como espaços de expressão de temas e interações, onde as dinâmicas entre os mundos *on-line* e *off-line* são marcadas por uma relação fluida e contextual. Essa relação só adquire sentido a partir dos modos pelos quais os sujeitos atribuem significados às suas práticas, aos seus usos e à interação que estabelecem nesses espaços.

Além de se configurarem como um espaço que propiciou a manutenção das interações, inúmeras informações sobre a pandemia, no que diz respeito ao vírus, seu surgimento e meios de prevenção foram disponibilizadas nas mídias sociais e internet. Por isso, elas se tornaram importantes ferramentas para criação, divulgação e compartilhamento de informações de saúde.

Isso porque um dos aspectos marcantes da internet, que a difere das demais mídias, como a televisão e o rádio, é que ela permite ao seu usuário adotar uma postura ativa, isto é, possibilita-o acessar, produzir, escolher e compartilhar a informação. A internet e suas ferramentas se enquadram naquilo que André Lemos (2007) denomina de “mídias de função pós-massiva”. Segundo o autor, diferente das mídias de função massiva (televisão, rádio e impressos) que retêm o monopólio sobre o fluxo de informações, que muitas vezes são territorialmente localizadas e destinadas a pessoas que não estão próximas e têm poucas possibilidades de interação, as mídias de função pós-massiva permitem que quase todas as pessoas com acesso à internet e às tecnologias de informação e comunicação (TICs) produzam informação. Além disso, o produto daí gerado é “[...] personalizável e, na maioria das vezes, insiste em fluxos comunicacionais bidirecionais (todos-todos), diferente do fluxo unidirecional (um-todos) das mídias de função massiva” (LEMOS, 2007, p. 125).

Isso só é possível porque, segundo Renê Moraes da Costa Braga (2019), a internet e as mídias sociais trazem consigo uma propriedade interativa. Conforme o autor explica, sua essência rompe com processos anteriores da comunicação, evidenciada por meio de uma “revolução comunicacional” ocorrida com o surgimento dos processos de multimídia interativa, que transformam o modo como o conhecimento é organizado. A multimídia interativa seria a capacidade de ter vários recursos simultâneos de mídia disponíveis em um único terminal. A integração desses recursos em um único sistema transforma o modo com o qual nos comunicamos, moldando nossa percepção da realidade.

A quantidade de informações sobre o campo da saúde na internet cresceu muito, assim como a quantidade de pessoas que acessam, produzem e compartilham informações de forma instantânea e de qualquer lugar. A rede mundial de computadores passou a ser muito utilizada como fonte de informações que aparecem de diversas formas e fontes. Uma pesquisa feita pelo Google em 2019, ou seja, antes da pandemia explodir, visando a compreender como são

pesquisados e consumidos conteúdos relacionados à saúde no Brasil, aponta que 26% dos usuários buscam informações na internet quando enfrentam algum problema de saúde, antes de procurar um médico. Esses dados revelam que o país é o que mais teve crescimento em buscas referentes ao tema nos últimos anos (CAMBRICOLI, 2019).⁴

Nessa direção, no que se refere à área da saúde, a internet é um espaço no qual muitas informações são disponibilizadas, um meio pelo qual os indivíduos procuram, cada vez mais, compartilhar e obter informações para definir sua vida em termos de uma existência médica e biológica, havendo uma dimensão ética para elas sobre o corpo e sobre como administrar a própria existência corporal. Nesse sentido, trata-se de uma ferramenta para consolidação de sua cidadania biológica (ROSE, 2013).

A cidadania biológica, conforme desenvolvida pelo sociólogo Nikolas Rose (2013), explora a interseção entre a biologia, a medicina, a política e a sociedade. Rose (2013) argumenta que, nas sociedades contemporâneas, a biologia e as ciências da vida têm um papel cada vez mais central na forma como as pessoas entendem a si mesmas e suas identidades, bem como na forma que reivindicam direitos e deveres. A identidade das pessoas estão cada vez mais sendo moldadas por informações biológicas, como dados genéticos, biomarcadores e perfis de saúde. Isso leva a uma visão de si mesmo através de uma lente biológica, influenciando as decisões pessoais e sociais.

Ou seja, no campo da saúde, a busca por informações na internet reflete uma tendência crescente de autonomia e autogestão do corpo. As pessoas, além de recorrerem à internet para entender diagnósticos ou tratamentos, também a utilizam para tomar decisões que envolvem escolhas éticas e práticas sobre como viver e cuidar de si mesmas. Tal dinâmica está diretamente relacionada à ideia de que a saúde é mais que um direito, é um dever individual, moldado por uma lógica de responsabilidade biológica e cidadã (ROSE, 2013).

É importante destacar que, antes mesmo do advento da internet, as pessoas já efetuavam pesquisas de informações sobre sua saúde. Entretanto, elas precisavam se deslocar de suas casas, ir até bibliotecas, procurar especialistas, consultar acervos limitados ou dialogar com pessoas fisicamente próximas sobre o que estavam sentindo. A internet, para aqueles que a acessam e sabem manuseá-la, tornou o processo mais fácil, pois é uma ferramenta que apresenta uma extensiva quantidade de informações acessíveis de forma rápida e direta, sem necessidade de sair de casa. Além disso, faz com que as pessoas se sintam confortáveis para pesquisar sobre

⁴ Para maiores informações, ver: CAMBRICOLI, Fabiana. Brasil lidera aumento das pesquisas por temas de saúde no Google, **Estadão**, São Paulo, 10 fev. 2019. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/saude/brasil-lidera-aumento-das-pesquisas-por-temas-de-saude-no-google/>. Acesso em: 13 jan. 2024.

patologias estigmatizadas das quais os pacientes têm vergonha, porque ocasiona uma sensação de anonimato e privacidade (SILVA, 2017). As transformações tecnológicas que ocorreram no mundo, modificaram e ampliaram a veiculação de informação. De fato, com o advento da internet e das NTICs, o que era restrito a um determinado grupo, hoje, pode ser conhecido por quase todos.

O fenômeno tem colaborado para o fortalecimento de um perfil específico de paciente: o *expert*, aquele que tem obtém uma abundância de informações sobre saúde disponíveis. Anteriormente à internet e suas ferramentas, o paciente *expert* já existia. Independentemente da veracidade da informação, o paciente não está simplesmente informado, mas pode se tornar um entendido sobre o assunto a partir de sua experiência com a doença, logo não necessariamente acata de forma passiva as orientações e determinações médicas. Muitas vezes, ele já chega no consultório sabendo falar sobre o que tem, pois, previamente, fez uma pesquisa sobre o assunto (GARBIN; PEREIRA NETO; GUILAM, 2008). É um sujeito que busca na internet informações sobre sua patologia, tratamento, custos de internação, consultas *online*, grupos de apoio virtuais, compra de medicamento, entre outras funcionalidades, pois adquiriu habilidades e conhecimentos que o possibilitam participar das tomadas de decisão concernentes à sua saúde e condições de vida.

No entanto, mesmo com todo potencial informativo, a internet oferece algumas limitações e riscos que não podemos deixar de ressaltar. Duas das questões que mais aparecem na literatura estão relacionadas à qualidade da informação e ao acesso à internet. Pereira Neto e Paolucci (2014) explicitam que as pessoas, ao buscarem conhecimento sobre algo relacionado à saúde por meio da internet, deparam-se com uma enorme quantidade de informações que podem ocasionar diversos danos aos usuários. Isso porque muitas dessas informações são incompletas, dúbias, contraditórias, de difícil compreensão, e até mesmo equivocadas ou mentirosas. Os autores consideram ainda que o consumo e a criação de informações *on-line* acontecem sem que haja verificação ou certificação da qualidade e podem prejudicar a saúde de quem busca se informar (PEREIRA NETO; PAOLUCCI, 2014).

Dessa forma, no contexto pandêmico, outro fenômeno ganhou força: a infodemia. O conceito se refere ao aumento significativo de informações relacionadas a um determinado assunto que cresce durante a ocorrência de algum evento específico, nesse caso, a pandemia. Essas informações circulam de forma veloz em um curto período e, nas últimas décadas, são impulsionadas, sobretudo pelas mídias sociais e plataformas digitais. Entretanto, isso não significa dizer que as informações são verídicas ou precisas, pelo contrário, nessa conjuntura, as informações podem ser manipuladas propositalmente visando a criar desinformação e

enganar, resultando numa dificuldade para se encontrar fontes e orientações confiáveis. Desse modo, o comportamento das pessoas frente ao vírus e suas implicações pôde ser influenciado, prejudicando a saúde dos que acessam (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE, 2020).

Em vista disso, a pandemia de covid-19 configurou-se um cenário de excesso de dados e ansiedade coletiva, marcado pela escassez de informações claras sobre o novo coronavírus, os métodos de prevenção da contaminação e os tratamentos disponíveis. Simultaneamente, mesmo que pareça contraditório, estávamos imersos em uma grande quantidade de informações sobre a pandemia, que muitas vezes não eram verdadeiras, mas vinham carregadas de discursos que, frequentemente, minimizavam a gravidade da crise, negavam os números de hospitalizações e óbitos, ou ignoravam suas profundas consequências sociais, criando um problema significativo para a saúde pública.

Para melhor compreendermos o fenômeno da desinformação em saúde, sobretudo durante a pandemia do covid-19, é importante conceituá-lo. Desinformação se refere à disseminação de informações falsas ou enganosas, com a intenção deliberada de enganar o público, é caracterizada por ser uma ação intencional e consciente de manipular a percepção das pessoas sobre certos fatos ou eventos. Seu objetivo pode variar desde a influência negativa da opinião pública, até a promoção de agendas políticas, comerciais ou ideológicas específicas. As motivações para a produção e divulgação de desinformação podem ser de variadas ordens, e seu impacto pode causar sérios danos sociais, como a polarização política, desconfiança nas instituições públicas e violência. O fenômeno não é novo, contudo, com a velocidade da circulação de informações no meio digital, ganha contornos com a rápida difusão de *fake news* (BRISOLA; BEZERRA, 2018).

Na pandemia de covid-19, as *fakes news*, que são uma forma de desinformação, proliferaram alarmantemente, aumentando os riscos à saúde pública. O termo, popularizado durante a eleição presidencial dos EUA em 2016, refere-se à produção e propagação de notícias falsas com o intuito de enganar e manipular a opinião pública para ganhos políticos e econômicos. Exemplos marcantes incluem a desinformação durante o Brexit⁵ e as eleições

⁵ O Brexit diz respeito ao processo de saída do Reino Unido da União Europeia (UE), formalizado após o referendo de 23 de junho de 2016, no qual 51,9% dos eleitores britânicos optaram por deixar o bloco. A saída oficial ocorreu em 31 de janeiro de 2020, após anos de negociações sobre os termos do divórcio e a definição de acordos comerciais e fronteiriços entre o Reino Unido e a UE. As *fakes news* desempenharam um papel central no contexto do Brexit, amplificando desinformação e moldando percepções públicas de maneiras que influenciaram o resultado do referendo. Essa dinâmica pode ser analisada em diferentes aspectos: narrativas mentirosas sobre contribuições financeiras, exacerbção de sentimentos anti-imigração, entre outras. Para mais informações: <https://jornal.usp.br/artigos/brexit-a-ilusao-de-uma-volta-aos-tempos-do-imperio/>

presidenciais no Brasil de 2018, quando a extrema-direita supostamente se beneficiou do poder viral das plataformas digitais (CESARINO, 2021). Além disso, a disseminação de *fake news* agravou a crise sanitária no contexto da pandemia de covid-19, pois minou a confiança nas autoridades de saúde e dificultou a implementação de políticas eficazes, destacando a necessidade urgente da regulamentação das plataformas digitais (GALHARDI *et al.*, 2020).

Assim, a desinformação sobre a pandemia de covid-19 veiculada nas plataformas digitais foi fortemente influenciada por discursos políticos e forjada para atender interesses econômicos acima dos danos à saúde e da vida da população. Muitas das informações que circulavam eram falsas, dúbias ou incompletas, causando temor, confusão e até a negação da gravidade da pandemia. De acordo com Erica Anita Baptista *et al.* (2019), utilizar as mídias sociais como meio de informação pode ser problemático, tendo em vista que os indivíduos e grupos se tornam mais propensos a receber e compartilhar dados errôneos. Como consequência, ao acessarem tais informações, as pessoas podem passar a ter uma compreensão equivocada sobre determinado assunto e a compartilhar como verdadeiras, favorecendo a formação de uma percepção compartilhada baseada na desinformação.

Hully Guedes Falcão, Thaiane Oliveira e Ronaldo Ferreira Araújo (2022) sublinham a complexidade do fenômeno da desinformação em saúde, classificando-o como uma "desordem informacional". Para os autores, essa desordem não só dificulta o trânsito de informações confiáveis, também mina a confiança em instituições e especialistas, gerando consequências graves para a saúde pública, como a hesitação vacinal, o uso inadequado de medicamentos e a adoção de comportamentos que agravam crises sanitárias. A desinformação, nesse contexto, é apresentada como um fenômeno multifacetado, que transcende o âmbito puramente informativo, afetando áreas como ciência, medicina e política. Isso significa que distorce o conhecimento científico e interfere na forma como decisões políticas são tomadas e como questões culturais e sociais são articuladas (FALCÃO; OLIVEIRA; ARAÚJO, 2022).

Considerando essa conjuntura, Letícia Cesarino (2022) constrói uma reflexão sobre a compreensão dos sistemas sociais em contextos contemporâneos, fundamentando-se em uma abordagem teórica que combina cibernética, teoria dos sistemas e crítica às dinâmicas sociotécnicas das novas mídias. Inspirando-se na explicação cibernética de Gregory Bateson, a autora problematiza a visão tradicional dos sistemas como processos lineares e históricos. Essa perspectiva, de acordo com Cesarino (2022), permite analisar sistemas dinâmicos e complexos. Portanto, em vez de buscar relações causais lineares, a explicação cibernética concentra-se em padrões de convergência, ou seja, na interação simultânea e interdependente entre diferentes elementos ou agências dentro de um sistema. Nessa perspectiva, os elementos não operam

isoladamente, mas estão em constante interação, gerando dinâmicas emergentes e mutuamente constitutivas. Para explorar essa dimensão técnica no contexto de dinâmicas sistêmicas, a autora centraliza sua análise nas novas mídias e recorre ao conceito de antiestrutura, de Victor Turner.

Segundo Cesarino (2022), quando o centro organizador de uma configuração sócio-histórica entra em crise, as forças marginais e latentes do sistema — ou seja, a antiestrutura — tornam-se visíveis, despontando para a superfície e tensionando todo o sistema. Nesse processo, o sistema "se dobra sobre si mesmo", promovendo recombinações entre extremos e invertendo posições tradicionais. Essa tensão faz com que o centro do sistema seja desafiado de tal maneira que a configuração como um todo passa por um movimento de inversão, ou, nos termos da autora, transforma-se em um "mundo do avesso". Cesarino (2022) conecta essa dinâmica ao papel das plataformas digitais, que, considera a autora, favorecem a emergência de "públicos antiestruturais", que incluem adeptos de teorias conspiratórias e outros grupos que desafiam normas institucionais. Essas mídias desestabilizam instituições normativas confiáveis, como a democracia e a ciência (CESARINO, 2022).

Esses efeitos “cristalizados na ideia de desinformação” (CESARINO, 2022; p. 131), têm adquirido, para a autora, um caráter sistêmico, ou seja, tornaram-se parte integral e estruturante do funcionamento das plataformas digitais. Esse fenômeno, por sua natureza recente e complexa, é difícil de compreender plenamente (CESARINO, 2022). Embora os públicos mais suscetíveis à desinformação não sejam os mesmos que dominam os espaços *mainstream* da internet, existe entre eles uma relação contraditória e interdependente, relação caracterizada por um processo de codependência e imitação (mímese), o que significa que, mesmo em oposição, esses públicos e dinâmicas se influenciam e se refletem mutuamente.

[...] a desinformação opera por meio de contradições internas ao próprio *mainstream*. Essas contradições envolvem efeitos “estranho-familiares” gerados pelo modo como agências antiestruturais mimetizam as formas hegemônicas às quais pretendem se opor. Expondo e vicejando em suas contradições (Katiambo e Ochoti, 2021) Exemplos comuns são os sites noticiosos que imitam a interface de jornais e programas televisivos do *mainstream*, e pseudociências e conspiracionismos que mimetizam a estética e a linguagem da ciência normal (CESARINO, 2022, p. 133).

A argumentação de Cesarino (2022) indica que a interação contraditória e ambígua pode ser analisada pela lógica da dialética estrutura-antiestrutura. Nesse contexto, o *design* das plataformas digitais contém um viés intrínseco que promove a antiestrutura, ou seja, uma tendência a desafiar, subverter ou operar fora das normas estabelecidas. Esse viés tem sido explorado estrategicamente por diversos atores, como grupos políticos e empreendedores, para amplificar narrativas desinformativas ou disruptivas, utilizando a flexibilidade e a abertura dessas plataformas para fins específicos (CESARINO, 2022).

Desse modo, a desordem informacional (FALCÃO; OLIVEIRA; ARAÚJO, 2022) pode ser entendida como uma manifestação da antiestrutura (CESARINO, 2022), em que a disseminação de informações falsas ou enganosas contribui para desestabilizar as bases normativas do sistema informacional. As novas mídias, enquanto mediadoras de tal dinâmica, amplificam o impacto das forças antiestruturais para facilitar a emergência de “públicos antiestruturais”, como mencionados adeptos de teorias conspiratórias e outros grupos que questionam a legitimidade científica e institucional. São públicos que além de desafiarem as normas vigentes, operam como agentes que reconfiguram o sistema ao forçar recombinações e inversões hierárquicas, transformando o espaço informacional.

Além disso, as novas configurações técnicas são mediadas por algoritmos que, segundo Cesarino (2022), apontam para uma inversão do papel dos usuários humanos. Em vez de serem agentes ativos em suposta oposição às máquinas, vistas como ferramentas, os humanos passam a ser tratados como "ambientes" nos quais os sistemas não humanos operam, principalmente os algoritmos. Esses algoritmos analisam e segmentam os indivíduos, agrupando-os em perfis com comportamentos considerados semelhantes, em um processo que cria públicos e ainda fomenta novas subjetividades, tanto em nível individual quanto coletivo (CESARINO, 2022).

Essas especificidades podem levar, em casos extremos, à formação de mundos hiper personalizados, nos quais os usuários são expostos apenas a conteúdos e conexões filtrados e ajustados por algoritmos, resultando em uma interação fragmentada com o mundo. Nessa lógica, as pessoas podem ser divididas em realidades paralelas e fragmentadas. No que tange à desinformação, é uma lógica particularmente relevante, pois os algoritmos não apenas disseminam informações de maneira descentralizada, também segmentam os usuários em perfis comportamentais. Cesarino (2022), utiliza essa dinâmica para argumentar que as novas mídias não são politicamente neutras, têm uma política própria que desafia os fundamentos da democracia liberal. Isso ocorre porque os algoritmos enfraquecem a capacidade de construir verdades compartilhadas e processos de subjetivação que dependem de um reconhecimento universal comum, essencial para o funcionamento de um sistema (CESARINO, 2022).

Além dos casos relacionados à saúde, outros movimentos também têm ganhado destaque nas plataformas digitais, como aqueles que promovem teorias sobre mudanças climáticas e terraplanismo. Há discursos que questionam e deslegitimam pressupostos científicos amplamente aceitos, de modo que refletem dificuldades na comunicação da ciência para o público geral ou a separação histórica entre a academia e outras esferas sociais. Eles evidenciam, sobretudo, uma mudança estrutural no paradigma da comunicação, marcada pela disputa dos espaços de circulação da informação. Nesse novo contexto, diferentes atores com

interesses diversos competem pela produção e difusão de narrativas, enquanto enfrentamos uma crise epistemológica que abala instituições consolidadas na produção de verdade, como as comunidades epistêmicas científicas (OLIVEIRA, 2020).

A crise epistemológica, frequentemente associada à desinformação, ao excesso de informações e à instrumentalização de agendas conservadoras e religiosas de direita, reflete uma transição de um regime de verdade baseado na confiança institucional para um modelo fundamentado na crença individual e na experiência pessoal (OLIVEIRA, 2020). Isso é o que Cesarino (2021), baseada no trabalho de Van Zoonen (2012), chama de *eu-pistemologias*, que se refere a formas de conhecimento surgidas em meio à crise de confiança nas metodologias científicas tradicionais para produzir e validar a realidade. Nesse sentido, privilegia-se a legitimidade da experiência individual, das trajetórias pessoais, dos sentidos imediatos, das emoções e das intuições como bases fundamentais para interpretar e compreender o mundo. Segundo a autora, essa transição dá protagonismo a movimentos conspiratórios, nos quais a informação se torna um campo de disputas intensas e as narrativas científicas são desafiadas como parte de uma batalha mais ampla pela construção da verdade (CESARINO, 2021).

Assim, a circulação de desinformação é um dos desafios centrais no contexto informacional contemporâneo. Em um cenário cada vez mais dominado por ecossistemas digitais, a propagação de informações falsas ou enganosas tem se tornado uma preocupação constante. Essa questão é discutida em diferentes esferas — pública, política e acadêmica — devido aos seus impactos significativos na maneira como a sociedade compreende e negocia o conceito de verdade. Assim, a desinformação e fenômenos associados ultrapassam o âmbito da comunicação ou da falta de informação, são elementos estruturais de uma crise mais ampla, a qual envolve disputas por controle e definição do que é considerado verdade em uma sociedade fragmentada e polarizada. Ou seja, a circulação da desinformação é uma manifestação de dinâmicas sociais, culturais e políticas mais profundas, que desafiam as bases da confiança e da legitimidade nas instituições e no conhecimento científico (OLIVEIRA, 2020).

Desse modo, a interseção entre saúde e cidadania biológica (ROSE, 2013) na era digital, como exposto no início do capítulo, não ocorre em um vácuo político. Por um lado, a internet e as plataformas digitais podem contribuir para a democratização do conhecimento, permitindo que indivíduos antes excluídos de debates especializados possam participar, questionar e tomar decisões informadas. Por outro lado, o ambiente digital também é marcado por assimetrias de poder, circulação de desinformação e dinâmicas de opacidade. As plataformas digitais, enquanto mediadoras do processo, operam com algoritmos que podem priorizar conteúdos

sensacionalistas, negacionistas, carregados de teorias de conspiração ou pseudocientíficos, amplificando o risco de que a autonomia informacional do indivíduo seja comprometida.

Portanto, as escolhas que indivíduos fazem sobre suas existências biológicas são frequentemente influenciadas por narrativas de autoridade, confiança e reconhecimento social, que têm sido reconfiguradas pelas plataformas digitais. A desconfiança nas instituições científicas e a proliferação de discursos alternativos em saúde, como os que promovem tratamentos ineficazes ou teorias antivacinas, reverberam justamente os desafios de uma era em que a ciência e a política são contestadas de forma antiestrutural, conforme discutido por Letícia Cesarino (2022). Ademais, os processos relativos à busca e ao exercício da cidadania biológica, ao mobilizar as informações em saúde como parte da identidade e das reivindicações dos sujeitos, revela uma dimensão ética no uso da internet para esses fins. Não se trata apenas de acessar informações, mas também de refletir sobre como essas informações são apropriadas pelos indivíduos para administrar suas vidas corporais e para negociar sua posição em uma sociedade que cada vez mais regula, monitora e define a saúde como valor central.

1.2 “Acabou matéria para o Jornal Nacional”: governo Bolsonaro, Covid-19 e a disputa pela autoridade da verdade

A percepção criada em relação à gravidade e à veracidade da pandemia através da desinformação que circulou pelas plataformas digitais, orientou, de certa forma, a maneira como as pessoas viveriam e adotariam as medidas de contenção do vírus, o que impactou profundamente em sua vida. Isso porque a chegada do vírus da covid-19 e, posteriormente, de suas variantes, causaram aumento da ocupação hospitalar, a pressão do crescimento dos casos impactou negativamente o Sistema Único de Saúde (SUS) e levou a óbito muitos brasileiros. Assim, de acordo com dados fornecidos pelo Boletim Observatório Covid-19 (2021), o Brasil vivenciou a maior crise sanitária e hospitalar da sua história.⁶

Apenas três meses após a confirmação do primeiro óbito por coronavírus, o Brasil chegou a ser o terceiro país com mais casos registrados de covid-19 no mundo, com 254.220

⁶ Para mais informações, ver: BOLETIM OBSERVATÓRIO COVID-19. Rio de Janeiro: Fiocruz, Boletim extraordinário, 16 mar. 2021. Boletim extraordinário. Disponível em: https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/boletim_extraordinario_2021-marco-16-red-red-red.pdf. Acesso em: 14 fev. 2024.

infectados.⁷ Para Gilberto Grassi Calil (2021), os dados alarmantes, tanto de contaminados quanto de óbitos, que geraram grande impacto, não resultaram de uma “falta de estratégia” do governo brasileiro para enfrentamento da pandemia. Ao contrário, o autor acredita que a drástica situação em que o país se encontrava foi efeito de uma estratégia bem planejada e empregada de forma sistemática pelo governo de Jair Messias Bolsonaro, presidente do Brasil na época, para alcançar, de forma acelerada, a imunização coletiva⁸. Segundo o autor, para tal, o governo valeu-se da propagação de dados incorretos ou completamente falsos, além de estimular práticas oportunistas à contaminação em suas mídias sociais e nas famosas, recorrentes, e muitas vezes exaltadas, entrevistas coletivas no cercadinho do Palácio da Alvorada, visando a desqualificar a gravidade da pandemia (CALIL, 2021).

Calil (2021) argumenta ainda que a postura adotada pelo ex-presidente do Brasil não foi contrária à tomada por diferentes governantes ao redor do mundo como, por exemplo, na Itália e Estados Unidos, que no início da pandemia descartaram medidas mais rigorosas para conter o vírus, acreditando que chegariam de forma mais rápida a um nível de contaminação que garantisse a imunidade coletiva. Para o autor, a intenção desses governantes era “[...] preservar os interesses da acumulação capitalista, impedindo um agravamento ainda maior da crise mundial do capital já então bastante intensa” (CALIL, 2021, p. 32).

Como apontado por Judith Butler (2022), a lógica capitalista durante a pandemia priorizou a “saúde da economia” em detrimento da saúde das pessoas. Nessa direção, a autora crítica a forma como a economia foi antropomorfizada no discurso público hegemônico, sendo representada como um organismo vivo que precisa ser cuidado, protegido e nutrido. Desse modo, termos como “saúde da economia” atribuem a ela características humanas, figurando-a como um corpo que requer crescimento e vitalidade, mesmo que isso implique na perda de vidas humanas. A metáfora, discorre Butler (2022), não é apenas uma transferência simbólica do atributo da saúde, própria dos corpos humanos, para o mercado; ela também drena literalmente a saúde dos corpos humanos para sustentar a economia. O crescimento econômico,

⁷ Para maiores informações ver: BRASIL tem 254 mil infectados e já é o 3º país com mais casos de covid-19 no mundo. **Brasil de Fato**. São Paulo, 18 maio, 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/05/18/brasil-tem-254-mil-infectados-e-ja-e-o-3-pais-com-mais-casos-de-covid-19-no-mundo>. Acesso em: 14 fev. 2024.

⁸ Imunidade de rebanho, ou imunidade coletiva, é um conceito aplicável a doenças transmitidas de pessoa para pessoa e descreve uma situação em que a cadeia de infecção é bloqueada, ou seja, a doença deixa de se alastrar porque uma porcentagem significativa de indivíduos em uma população definida adquire imunidade contra a infecção, protegendo indiretamente aqueles que ainda não têm imunidade, que pode ser adquirida de duas formas: por meio da recuperação após contrair a doença ou pela vacinação contra o agente causador, resultando em resistência à infecção e reduzindo a propagação do patógeno na comunidade (LACERDA; CHAIMOVICH, 2020).

nesse discurso, torna-se prioritário e sua preservação justifica o sacrifício de determinadas vidas, especialmente das populações mais vulneráveis, como trabalhadores essenciais, minorias, pessoas pobres e imunocomprometidas. O capitalismo, em sua lógica de funcionamento, instrumentaliza a vida humana, extraindo dela o necessário para alimentar um sistema que perpetua desigualdades e precariedades. Esse deslocamento, para Butler (2022), é uma das expressões mais mortais da lógica capitalista, que se intensificou nos tempos pandêmicos.

Nesse mesmo período, enquanto o país batia recordes no número de mortes⁹, o Portal do Ministério da Saúde, que centralizava informações oficiais sobre os números do covid-19 no Brasil, foi retirado do ar sem qualquer explicação prévia. O site, que até então fornecia dados atualizados sobre a propagação do coronavírus, porcentagem de casos graves, hospitalizações e o número de óbitos, ficou temporariamente indisponível, impossibilitando o acesso da população e da imprensa às informações oficiais. Entretanto, quando o portal voltou ao ar no dia seguinte, ocorreram mudanças significativas na apresentação dos dados: os números acumulados de infectados e óbitos desde o início da pandemia foram removidos, sendo substituídos apenas pelos registros de casos e mortes ocorridos no dia. Além disso, a divulgação habitual dos dados, antes realizada entre 17h00 e 19h00, também sofreu atrasos, e passou a acontecer apenas às 22h00. Em entrevista não oficial em seu cercadinho, ao ser questionado pela imprensa sobre o atraso na divulgação dos dados, Bolsonaro respondeu: “Acabou matéria para o *Jornal Nacional*?” (IFEX-ALC..., 2020, n. p.).

A mudança foi interpretada como uma tentativa de dificultar a cobertura jornalística em programas de maior audiência, como o *Jornal Nacional*, da Rede Globo, reduzindo o impacto negativo das notícias para o governo. O comentário reflete a estratégia de Bolsonaro de deslegitimar a mídia e minimizar a percepção pública da gravidade da pandemia. Além disso, descumprimento a lei nº 13.979 de 2020, que obrigava a publicação de informações completas e compreensíveis sobre a pandemia até as 19h30, reforçando a necessidade de transparência como um direito fundamental em crises de saúde pública (BRASIL, 2020).

Para Gláucia Maricato e Vitor Simonis Richter (2021), a manipulação dos dados promovida pelo governo federal foi uma clara tentativa de se desresponsabilizar pelos trágicos números de infectados e mortes, o que gerou intensos debates públicos, tanto na esfera nacional

⁹ Em maio de 2020, o Brasil passou por um dos períodos mais críticos do início da pandemia de covid-19. Naquele momento, o país registrou um aumento no número de casos e mortes, que consolidaram maio como um dos meses mais letais da pandemia até então. A combinação de uma resposta fragmentada do governo federal, dificuldades no acesso aos equipamentos de proteção e suporte hospitalar, e a ausência de medidas coordenadas de contenção desenvolvidas para o agravamento do cenário (MADEIRO, 2020).

quanto na internacional, com grande repercussão nas redes e nas mídias tradicionais sobre o crescente número de mortes e a condução da pandemia no país.

Assim sendo, o desaparecimento de dados oficiais no site do Ministério da Saúde representou um marco de descontinuidade na transparência da gestão da pandemia no Brasil, num episódio que, além de simbolizar falha na comunicação pública, revela uma estratégia deliberada que se alinhou ao modo de condução da crise sanitária pelo governo de Jair Bolsonaro. Nesse contexto, a ausência de dados acumulados dificultou a compreensão da evolução da pandemia, pois, sem informações completas e consistentes, jornalistas, pesquisadores e organizações da sociedade civil ficaram limitados em sua capacidade de monitorar e fiscalizar a resposta do governo à crise.

Vale ressaltar que esse não foi o único episódio de apagão de dados ocorrido no Ministério da Saúde durante a gestão bolsonarista. Em 2021, um suposto ataque cibernético comprometeu os sistemas do órgão, incluindo o portal de informações da Covid-19 e o Conecte SUS, plataforma utilizada para acessar comprovantes de vacinação. O ataque resultou na interrupção da divulgação de informações essenciais, como o número de casos, óbitos, hospitalizações e taxas de vacinação, além de dificultar o conhecimento da população acerca de dados e documentos importantes. Embora alguns sistemas tenham sido parcialmente restaurados após alguns dias, a retomada completa das operações e a recuperação dos dados ocorreram apenas semanas depois, gerando lacunas significativas na transparência e no monitoramento da pandemia (DAROS; NAÍSA, 2022).

Ou seja, a falta de clareza nas informações enfraqueceu o controle social e facilitou a disseminação de desinformação. O episódio do apagão de dados reflete o alinhamento da gestão da pandemia a uma estratégia de negação e minimização da gravidade do covid-19, uma característica marcante do governo Bolsonaro. A retirada dos dados acumulados pode ser interpretada como parte dessa estratégia de invisibilização do impacto real da pandemia, reduzindo a pressão sobre o governo em relação à escalada de mortes e infectados.

Dessa maneira, a instabilidade da divulgação de informações pelo Governo Federal e a negação dos dados científicos e das recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) contribuíram diretamente para a desinformação da população brasileira. Em vista disso, as notícias falsas ganharam espaço nas mídias sociais e serviram como instrumento para promover negacionismos, teorias da conspiração e divulgação de métodos de tratamento contra a covid-19 sem comprovação científica. Ademais, em meio ao enorme contingente de informações, o enfrentamento da pandemia em seu primeiro ano se deu em um contexto de instabilidade e

conflitos entre os governadores estaduais, ministros da saúde e governo federal, que divergiam sobre os dados divulgados e os modos de enfrentamento da doença.

A pandemia de Covid-19 intensificou uma tendência já presente no debate público sobre a interpretação dos movimentos de extrema-direita que ascenderam na última década, especialmente no que diz respeito à sua relação com a “verdade”. De acordo com Duarte e Benetti (2022), ao contrário das críticas tecidas ao então presidente do Brasil, a postura de Bolsonaro não nega diretamente a relevância do discurso científico e da formulação de políticas públicas baseadas em evidências em muitos momentos da pandemia. Assim, segundo Duarte e Benetti (2022), a disputa não se resume a um embate entre ciência e ideologia, envolve uma luta pelo significado das políticas de saúde, fundamentada nas controvérsias públicas sobre a ciência. Em outras palavras, em vez de questionar a autoridade da epistemologia científica, Bolsonaro adota um discurso ambíguo. Seu negacionismo não objetiva substituir a ciência como portadora da verdade, mas sim purificá-la. Os profissionais da negação não desfazem as coordenadas que separam ciência e ideologia; ao contrário, exigem uma ciência que esteja “realmente” desvinculada de qualquer articulação entendida como política (DUARTE; BENETTI, 2022).

Os autores ainda exploram a caracterização dessas disputas como uma batalha ideológica entre Bolsonaro e os especialistas, sugerindo que o presidente é visto frequentemente por seus críticos como um representante do populismo científico, que sustenta pautas negacionistas através da disseminação de *fake news*. Em outra direção, eles destacam que o negacionismo de Bolsonaro não busca substituir a ciência, mas purificá-la, defendendo uma ciência desinteressada e livre de influências sociais ou políticas. Isso é exemplificado pela defesa de tratamentos não comprovados, como o uso da cloroquina, e pela oposição às medidas de distanciamento social, classificadas como excessivas e prejudiciais à economia. (DUARTE; BENETTI, 2022)

Para construir esse argumento, Duarte e Benetti (2022) exploram como Bolsonaro e seus apoiadores lidaram com duas áreas de controvérsia durante a pandemia: o distanciamento social e o uso da cloroquina como tratamento. Os autores consideram que, em ambos os casos, Bolsonaro e seus apoiadores não questionaram diretamente a *expertise* científica ou a validade das evidências científicas, mas usaram referências da autoridade científica para sustentar seus argumentos. Isso implica que, embora haja percepções e concepções divergentes possam ser encontradas no discurso oficial do governo brasileiro durante a pandemia, o negacionismo de Bolsonaro não rejeita a ciência como um todo, mas certas práticas e declarações são

questionadas quanto à sua validade científica. Membros do governo acusam cientistas e instituições de corromperem a ciência por motivos pessoais ou políticos (COSTA, 2021).

Retomando Leticia Cesarino (2022), podemos observar seu apontamento para uma relação intrínseca entre as crises da política e da ciência, vistas como manifestações de uma mesma crise estrutural. Essa perspectiva conecta-se diretamente à reflexão anterior sobre a tensão entre estruturas e antiestruturas, demonstrando como as plataformas digitais desempenham papel fundamental no favorecimento de públicos antiestruturais e na redefinição das dinâmicas de poder e mediação na esfera pública.

Cesarino (2022) argumenta que as plataformas digitais rompem com a normatividade estrutural ao favorecer processos de desintermediação, substituindo instituições tradicionais, como a ciência e a democracia, por novos mediadores informais. Essa desestruturação é aprofundada quando os públicos antiestruturais desafiam as normas vigentes e constroem novas formas de produção de verdade, centradas em lógicas de desconfiança e na transferência de autoridade para figuras em ascensão, como influenciadores digitais. Esses públicos, como os adeptos do tratamento precoce contra a covid-19, antivacinas e conspiracionistas, compartilham a dinâmica comum de operar nos limites entre legalidade e ilegalidade, utilizando discursos denunciatórios e estratégias que desumanizam o outro, identificado como inimigo (CESARINO, 2022).

No entanto, a autora é cuidadosa ao sublinhar que os públicos antiestruturais apresentam tanto convergências quanto dessemelhanças. As especificidades políticas e culturais desses públicos são exemplificadas pela relação parcial, mas não total, entre o bolsonarismo e o movimento antivacina. Sua abordagem permite compreender como diferentes grupos, ainda que mobilizados por lógicas semelhantes, como opacidade, denúncia e desconfiança, mantêm características próprias. A opacidade refere-se à percepção de que instituições, como governos, mídia e organizações científicas, agem de forma oculta ou com agendas não transparentes. A denúncia, por sua vez, envolve a lógica de "expor a verdade oculta", deslegitimando autoridades institucionais e associando-as a conspirações globais ou interesses obscuros. Já a desconfiança está relacionada à rejeição de fontes de autoridade tradicionais e à valorização de "verdades alternativas", frequentemente disseminadas em redes sociais (CESARINO, 2022).

Essas lógicas permitem a criação de conexões simbólicas entre o bolsonarismo e o movimento antivacina, por exemplo, mas não implicam que sejam idênticos. Enquanto o primeiro está enraizado em uma agenda política nacionalista e conservadora, que utiliza narrativas conspiratórias como ferramenta de polarização e mobilização, os movimentos antivacina globais estão frequentemente associados a uma desconfiança estrutural em relação à

ciência biomédica e à indústria farmacêutica. No Brasil, tais movimentos têm especificidades culturais, como a influência da pseudociência e do fundamentalismo religioso, que podem convergir com o bolsonarismo em sua desconfiança generalizada, mas não estão completamente alinhados a ele (CESARINO, 2022).

Dessa forma, a desestruturação promovida pelas plataformas digitais é acompanhada por uma reintermediação que reposiciona a confiança social. Essa transferência de confiança para novos mediadores ocorre em um contexto em que a esfera pública tradicional se fragmenta, acelerando a proliferação de dinâmicas antiestruturais. Influenciadores digitais, líderes populistas e comunidades conspiratórias assumem papel central na produção de verdade, utilizando as mídias digitais para divulgar informações e para criar uma percepção de emancipação frente a uma suposta ocultação deliberada de verdades pelo sistema (CESARINO, 2022).

Nessa direção, considerando as práticas de lideranças políticas nacionais, David Magalhães e Guilherme Casarões (2022) chamam atenção para a relação entre a pandemia de Covid-19 e a ascensão do populismo da extrema direita. Dialogando com o conceito de "populismo sanitário" ou "populismo médico", de Gideon Lasco e Curato (2019), os autores se referem especialmente a ações de governo no campo das políticas de saúde pública. O conceito descreve a forma como gestores públicos utilizaram medidas de saúde pública para promover seu próprio exibicionismo político, uma prática que, embora não fosse nova na política, rapidamente penetrava na esfera técnica das políticas sanitárias.

A definição de populismo que os autores adotaram baseia-se na obra de Benjamin Moffitt, "The Global Rise of Populism", que conceitua o populismo não como uma ideologia ou estratégia, mas como um estilo político caracterizado por três pilares principais.

Primeiro, há a mobilização do "povo" contra as "elites", em que a sociedade é vista como dividida entre dois grupos mistos e antagonistas: o "povo", que é considerado o repositório das virtudes morais e da essência da nação, e a "elite", percebida como corrompida, artificial e antinacional. Os líderes populistas se apresentam como a única voz legítima do povo, numa batalha maniqueísta contra essas elites, que incluem burocratas, jornalistas, acadêmicos e cientistas (MAGALHÃES; CASARÕES, 2022).

Em segundo lugar, os "maus modos" são uma característica central do estilo populista. Isso envolve o uso de linguagem e atitudes potencialmente julgadas como "vulgares" e desafiadoras do "politicamente correto", em contraste com a expressão tecnológica e formal da política tradicional. A vulgaridade e a subversão do discurso politicamente correto servem para criar uma conexão com o "homem comum", criam um vínculo de identidade que exalta a

simplicidade e o bom senso, frequentemente oferecendo soluções simplistas para problemas complexos.

Por último, o populismo encontra terreno fértil em situações de crise, colapso ou ameaças. Em contextos de instabilidade social, os populistas exploram sentimentos como medo, ódio e ressentimento para construir um discurso que causa divisões. Muitas vezes, exploram as crises existentes e também fabricam crises e inimigos, de acordo com suas conveniências, usando a dramatização performática de situações de saúde para legitimar suas posições e ações (MAGALHÃES; CASARÕES, 2022).

Assim, de acordo com Magalhães e Casarões (2022), os três pilares colaboram para explicar como ocorre o populismo sanitário manifestado durante a pandemia de COVID-19. Líderes sanitários populistas usaram a dicotomia entre o povo e a elite para retratar médicos, cientistas, burocratas e instituições como inimigos que impediam a implementação de soluções rápidas e baratas, a exemplo do chamado tratamento precoce. Ao desdenhar do conhecimento especializado e da linguagem técnica da ciência, esses líderes promoveram soluções baseadas no senso comum e no carisma do líder, em que o impacto psicológico coletivo era mais valorizado do que a eficácia terapêutica real.

Ainda de acordo com os autores, em tempos de crise sanitária, os populistas sanitários justificam suas ações imediatas e improvisadas com narrativas de urgência, frequentemente hostilizando o conhecimento especializado e promovendo terapias e tratamentos sem fundamentação técnica. Eles transformam crises sanitárias em espetáculos políticos, utilizando linguagem conspiratória e beligerante para ganhar apoio popular. Embora inicialmente minimizem as epidemias, esses líderes exploram o pânico e a incerteza, além de criar inimigos externos para consolidar o poder, deslegitimando o *establishment* científico e médico (MAGALHÃES; CASARÕES, 2022).

Nesse contexto, Jair Bolsonaro adotou uma abordagem que pode ser caracterizada como populismo sanitário. Desde o início da pandemia, ele minimizou a gravidade da doença, referindo-se a Covid-19 como uma "gripezinha" e criticou medidas de distanciamento social e uso de máscaras recomendadas por especialistas em saúde pública. Bolsonaro frequentemente usava linguagem agressiva e simplificada para se comunicar com seus seguidores, com isso desafiava as recomendações técnicas e científicas que destacavam a importância das medidas para conter a propagação do vírus.

Assim, Jair Bolsonaro foi identificado na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia como o principal líder e porta-voz dessa comunicação enganosa (CPI..., 2021). Sua gestão foi coordenada por um grupo informal de avaliadores, de atuação sistemática dentro do

Ministério da Saúde. Conhecido como “gabinete paralelo”, o grupo era composto por médicos e empresários que apoiavam a postura do presidente. Um dos pontos mais controversos da gestão bolsonarista foi sua promoção incansável da cloroquina e hidroxicloroquina como tratamentos para Covid-19, apesar da falta de evidências científicas sólidas que comprovassem sua eficácia. Além disso, o ex-presidente frequentemente entrava em conflito com especialistas em saúde pública e instituições científicas, questionando suas motivações e desacreditando suas recomendações. Desse modo, Jair Bolsonaro adotou uma abordagem caracterizada pelo populismo sanitário, usou esses embates para reforçar sua imagem de líder que representa os interesses do povo contra uma elite supostamente distante e desconectada da realidade.

1.3 O WhatsApp no contexto pandêmico das plataformas digitais

Nesse cenário, o WhatsApp foi a plataforma digital que mais cresceu no ano de 2020, sobretudo em países mais impactados pela crise decorrente da covid-19. Nesse período, o uso do aplicativo teve um crescimento mundial de 40%¹⁰. A expansão foi acompanhada pela propagação desenfreada da desinformação, *fake news* e negacionismos envoltos em teorias da conspiração impulsionadas “[...] pelo discurso político e pela falta de alinhamento entre as autoridades” (SOARES *et al.*, 2021, p. 75 apud RECUERO; SOARES, 2020), que orientou, de certa forma, a escolha e a opinião de milhares de brasileiros sobre as recomendações e medidas para evitar a proliferação do vírus no Brasil, em um momento tão trágico para o mundo.

O WhatsApp tem uma relevância significativa enquanto aplicativo de comunicação, pois é uma das mídias sociais mais utilizadas no mundo, atingindo, em 2020, 2 bilhões de usuários, tornando-se a segunda plataforma da empresa Meta a alcançar esses números. No Brasil, foi extremamente importante na eleição presidencial de 2018, funcionou como uma das principais mídias sociais mobilizadoras de eleitores, que se informavam sobre os candidatos no período. Foi considerada por 47% dos brasileiros uma importante fonte de informações sobre política, mesmo mediante a circulação de uma quantidade expressiva de notícias falsas e mentirosas em circulação na época (BAPTISTA *et al.*, 2019).

¹⁰ COVID-19 barometer: consumer attitudes, media habits and expectations. **Kantar**. London, 3 Apr. 2020. Disponível em: <https://www.kantar.com/Inspiration/Coronavirus/COVID-19-Barometer-Consumer-attitudes-media-habits-and-expectations>. Acesso em: 14 fev. 2024.

Segundo analisam Edgar Gómes Cruz e Ramaswami Harindranath (2020), o WhatsApp representa um exemplo emblemático de um fenômeno em ascensão nas sociedades em desenvolvimento, em que uma tecnologia única ou conjunto de tecnologias se torna uma infraestrutura essencial para sustentar e moldar uma ampla gama de atividades. Para eles, o aplicativo assumiu um papel essencial como ferramenta de mediação na vida social, econômica, política e cultural. Assim, sua influência estaria para além da troca de mensagens, tornando-se veículo de papel central na interação diária das pessoas. Como os autores definem, trata-se de “uma tecnologia da vida”, um aplicativo para *smartphones* que permite troca de mensagens entre os usuários, convertendo-se em uma alternativa ao SMS ou torpedos. Além disso, permite envio e recebimento de diversos arquivos de mídia de forma gratuita. Muito da sua popularização se deve à sua facilidade de comunicação, economia dos créditos e nas contas de telefone, tendo em vista que muitas operadoras telefônicas oferecem pacotes com utilização ilimitada de WhatsApp, sem consumo de dados móveis. Desse modo, dentre as plataformas digitais, essa é uma das que mais se destacou nas últimas décadas, de modo que estreita as relações existentes entre o uso do aplicativo, o consumo e o compartilhamento de informações sobre a pandemia. Mesmo antes da pandemia, o WhatsApp já ocupava posição central no cotidiano das pessoas. Esse papel foi intensificado durante os períodos mais críticos da pandemia, quando a necessidade de distanciamento físico forçou a ampliação de interações digitais para suprir a impossibilidade de encontros presenciais.

Assim, a pandemia não criou essa dependência tecnológica, mas revelou e potencializou tendências já existentes. O uso intensivo de tecnologias como essa para comunicação, trabalho, estudos e lazer é visto como um fenômeno pré-existente, mas que se tornou mais evidente e indispensável devido às restrições impostas pela crise sanitária (LINS; PARREIRAS; FREITAS, 2020).

Carolina Parreiras (2024) identifica duas características centrais do WhatsApp que ampliam a compreensão de sua funcionalidade, situando-o além de um simples aplicativo de comunicação instantânea: sua platformização e seu caráter mundano. Com essas categorias, a autora pretende demonstrar como o recurso opera como um mediador técnico de mensagens, além de se inserir de forma estruturante em dinâmicas sociais, econômicas e culturais contemporâneas.

Em diálogo com outros pesquisadores, Parreiras (2024) define platformização como o processo pelo qual plataformas digitais se consolidam como estruturas organizacionais fundamentais na economia digital, operando por meio do fluxo contínuo de dados, a principal mercadoria dessa economia. Essas plataformas se baseiam em arquiteturas algorítmicas que

promovem conectividade e interdependência, criando ecossistemas integrados. Embora o WhatsApp não seja amplamente percebido como uma plataforma algorítmica no mesmo nível de complexidade de redes como Facebook ou Instagram, que utilizam monitoramento explícito, personalização de conteúdo e mecanismos de bolhas informacionais, ele compartilha características que o integram ao modelo de negócios das plataformas digitais. Entre essas características está a centralidade dos dados gerados na interação entre usuários. Ainda que protegidas pela criptografia de ponta a ponta, as interações produzem informações valiosas sobre fluxos e padrões de comunicação, são fundamentais para a operação da plataforma dentro da economia digital.

Além disso, seu caráter mundano refere-se à sua inserção nas práticas cotidianas dos usuários. Ele se tornou um elemento essencial da vida social, mediando conversas, relações de trabalho, trocas comunitárias e até transações monetárias. Sua interface simplificada, mas multifuncional, organiza as interações de maneira que permite diferentes formas de comunicação, de mensagens de texto e chamadas a compartilhamento de arquivos e integração com outras plataformas. Dessa forma, o WhatsApp deixa de ser percebido como algo extraordinário e passa a ser visto como algo, nos termos da pesquisadora, “banal e ordinário” (PARREIRAS, 2024, p. 11). Isso reforça sua penetração na vida cotidiana e contribui para a dificuldade em questionar ou criticar sua presença ou impacto (PARREIRAS, 2024).

Assim, o WhatsApp se configura como uma plataforma digital tanto por sua estrutura técnica quanto por seu uso cotidiano. Ele exemplifica a forma como tecnologias aparentemente simples se entrelaçam em redes complexas de poder econômico e social, como parte do tecido da vida contemporânea e da dinâmica do capitalismo digital.

No que se refere ao seu potencial informacional, segundo pontuam Felipe Bonow Soares *et al.* (2021), devido à sua popularização, muitas pessoas com objetivos e interesses específicos utilizaram o aplicativo como meio de espalhar informações sobre a pandemia de covid-19. Isso mostra que, no período pandêmico, circularam entre os seus usuários muitas informações envoltas em teorias conspiratórias cujo objetivo era subestimar a gravidade da situação e colocar em dúvida, ou mesmo negar os dados e as autoridades científicas e favorecer uma ideologia política (SOARES *et al.*, 2021).

A forma como os usuários se relacionam com as tecnologias é afetada pelas práticas de usos das plataformas atreladas a suas funções técnicas (SOARES *et al.*, 2021). Soares *et al.* (2021) mobilizam o termo *affordances* para ilustrar que, além da utilização técnica das funções da tecnologia, o uso do WhatsApp, assim como das demais mídias sociais, sofre influência do modo como os usuários mobilizam e interagem nessas plataformas.

Nesse sentido, para compreender o poder político e a dinâmica informacional do WhatsApp durante a pandemia da covid-19, Lalita Kraus, Alan Meira e Matheus Barbosa (2022), entre os meses de fevereiro e abril de 2020, acompanharam 63 grupos bolsonaristas no aplicativo, acessando-os por meio de links públicos. No estudo, eles identificam dois grupos primordiais na dinâmica informacional na rede bolsonarista: produtores de conteúdo e grupos de militantes. Os militantes do setor seriam uma espécie de “ativistas digitais”, responsáveis por fazer “viralizar” o que os produtores de conteúdo, que muitas vezes são profissionais com interesses econômicos e políticos, criaram e divulgaram nas redes. Mediante a identificação dos grupos, os autores compreendem “[...] o WhatsApp como um canal de disparo, divulgação e compartilhamento de conteúdo dentro de uma dinâmica multiplataforma em que os fluxos não são necessariamente aleatórios e espontâneos, mas podem resultar de estratégias econômicas e políticas” (KRAUS; MEIRA; BARBOSA, 2022, p. 59).

Os autores observam que, em alguns grupos, às vezes, o compartilhamento de conteúdo se dava de forma sistemática, sem qualquer tipo de debate sobre seu teor, propiciando uma dinâmica bastante fluida de recepção e compartilhamento de informações. Além disso, comumente, os materiais postados em um grupo apareciam, simultaneamente, em outros. Dessa forma, de maneira ordenada, eram definidos e direcionados os ataques a determinados grupos ou instituições e os temas de revolta em relação à pandemia. Na visão dos autores, tal processo contribuiu para a construção e compartilhamento de ideologias, já que as mensagens compartilhadas podem “[...] legitimar visões de mundo e posicionamentos políticos” (KRAUS; MEIRA; BARBOSA, 2022, p. 59).

Outro dado bastante interessante no estudo de Kraus, Meira e Barbosa (2022) diz respeito à natureza do conteúdo informacional e suas fontes. Muitas vezes, os autores identificaram a circulação de informações e dados verídicos sobre a pandemia, oriundos das mídias tradicionais. Entretanto, apontam que esses conteúdos não foram mobilizadores de opinião necessariamente convergente com o conteúdo. Antes, diversas vezes, os usuários reinterpretavam e distorciam as notícias compartilhadas a partir de comentários feitos nos grupos, de uma forma que legitimava, justificava e enaltecia as ações do presidente Jair Bolsonaro.

Além disso, em relação às fontes, a pesquisa identificou que 81,4% das ideias divulgadas nos grupos provinham de fontes não oficiais, inclusive notícias que não dispunham de qualquer fonte. Naqueles em que havia, foram constatados sites com notícias falsas, sensacionalistas e com teor conspiratório. O movimento de credibilidade em fontes duvidosas

se tornou possível tendo em vista as investidas do governo Bolsonaro em gerar o descrédito nas mídias tradicionais e que se refletiam nos grupos:

A proliferação de inúmeros sites que produzem e divulgam conteúdo é devida à existência de uma poderosa indústria de desinformação composta por atores que obtêm alta lucratividade veiculando notícias falsas, sensacionalistas ou distorcidas. Trata-se de conteúdos que geram mais cliques em seu lugar de origem [...] e automaticamente maior exposição à propaganda que gera renda por meio de ferramentas como o Google AdSense [...]. Além disso, utilizam estratégias profissionais para aumentar o alcance das publicações e conseguir melhor colocação nos mecanismos de busca da web (KRAUS; MEIRA; BARBOSA, 2022, p. 65).

Além dos conteúdos criados e postados por profissionais com interesses políticos, econômicos e informações com fontes de origem duvidosa, de inclinação conspiratória, falsa e sensacionalista, sem nenhum tipo de certificação, as declarações feitas e postagens compartilhadas por Jair Bolsonaro e seus aliados em outras mídias sociais também circularam pelo WhatsApp. Um dos exemplos foi uma transmissão ao vivo, no dia 21 de outubro de 2021, no YouTube, ano em que se iniciou a vacinação contra a covid-19 no Brasil. A *live* foi compartilhada também nas demais mídias sociais de Bolsonaro. Nela, o ex-presidente faz uma falsa afirmação, na qual associa a vacina contra covid-19 ao desenvolvimento da Aids: “[...] relatórios oficiais do governo do Reino Unido sugerem que os totalmente vacinados [...] aqueles que [...] 15 dias após a segunda dose [...], estão desenvolvendo Síndrome de Imunodeficiência Adquirida [AIDS] muito mais rápido do que o previsto” (YOUTUBE..., 2021, n. p.).

Outro conteúdo falso, replicado das redes do deputado estadual André Fernandes (PSL – CE) na conta oficial de Jair Bolsonaro no Instagram, de ampla circulação nas mídias sociais, foi uma imagem com dados sobre o número de mortes causadas por doença respiratória no Ceará, informando que, no ano 2020, entre os meses de março e maio, houve uma queda no número de óbitos em relação ao mesmo período do ano anterior (Figura 1)¹¹ A postagem cita como fonte o Portal da Transparência do Registro Civil, acompanhada com o seguinte questionamento: “Por que em 2019 não teve o mesmo alarde?”.

¹¹ Foram registradas 1.976 mortes com essas características, enquanto no mesmo período de 2020 já foram 2.586 óbitos por essas doenças respiratórias. Para maiores informações, ver: É FALSA postagem que aponta menos mortes por doenças respiratórias em 2020 em relação ao ano passado. **Ceará**, Fortaleza, 12 maio 2020. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2020/05/12/e-falsa-postagem-que-aponta-menos-mortes-por-doencas-respiratorias-em-2020-em-relacao-ao-ano-passado/>. Acesso em: 14 fev. 2024.

Figura 1 – Postagem do Instagram replicada por Jair Bolsonaro

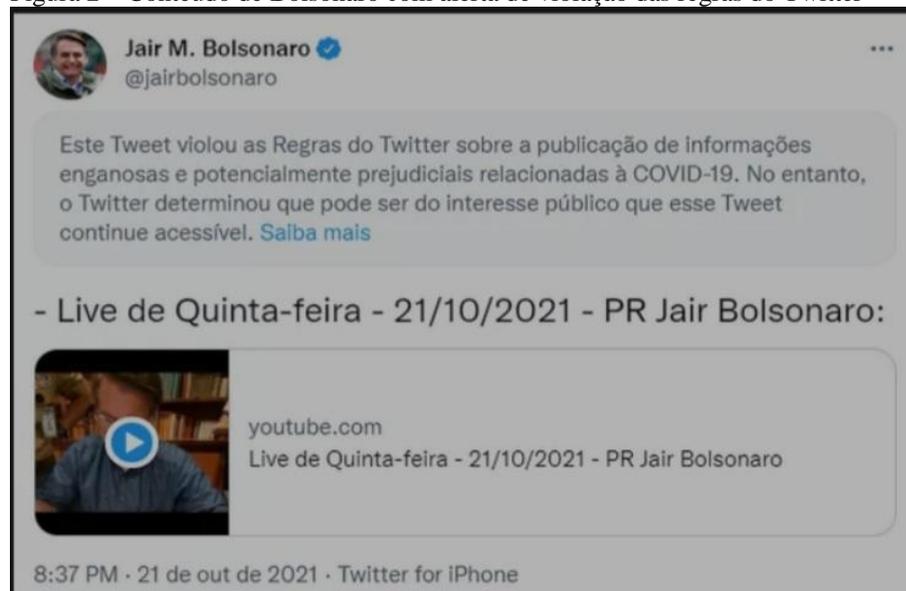


Fonte: INSTAGRAM..., 2020, n. p.

Diante do emaranhado de informações e das consequências de sua propagação, a partir do mês de março de 2020, visando a coibir a circulação de conteúdos carregados de desinformação, diversas plataformas modificaram suas diretrizes de funcionamento e adotaram medidas de remoção de notícias falsas e até mesmo suspensão de contas responsáveis por compartilhar e fomentar conteúdo sem veracidade. As empresas Meta — na época, Facebook e X, ainda chamado Twitter no período —, por exemplo, passaram a sinalizar com avisos em postagens falsas e direcionar os usuários para sites oficiais com informações verídicas sobre o conteúdo compartilhado. Já o YouTube lançou uma página inteira dedicada ao coronavírus, na qual forneceu informações de contato para as principais autoridades sanitárias do mundo. Além de remover vídeos com informações falsas sobre a pandemia, a plataforma também proibia a monetização de vídeos sobre o assunto, exceto em canais verificados e, assim como as demais mídias sociais citadas anteriormente, incluiu um link para a página da OMS nos conteúdos que

tratavam do tema¹². O então presidente do Brasil, inclusive, teve publicações sinalizadas como falsas, postagens removidas no Instagram, no Facebook e no Twitter, além de mais de 33 vídeos excluídos do YouTube (Figura 2). Ambas as postagens citadas como exemplo, feitas pelo ex-presidente, foram excluídas das plataformas.¹³

Figura 2 – Conteúdo de Bolsonaro com alerta de violação das regras do Twitter



Fonte: –TWITTER..., 2021, n. p.

Entretanto, em relação ao WhatsApp, as medidas de contenção do espalhamento de informações falsas tornam-se um pouco mais desafiadoras, pois as mensagens que circulam pela plataforma são criptografadas de ponta a ponta. Essa tecnologia impede que outras pessoas, além das que estão presentes no momento da interação, tenham contato com as mensagens em circulação, inclusive pela própria empresa WhatsApp. Isso impossibilita a identificação de mensagens que circulam e, conseqüentemente, a coibição de informações falsas.

Em janeiro de 2025, Mark Zuckerberg, CEO da Meta, anunciou mudanças significativas na política de checagem de fatos das plataformas da empresa, substituindo o modelo anterior pelo sistema de "notas da comunidade", que também passou a ser usado no X, em 2022, após ser comprada por Elon Musk, e em 2023 passou a ser o único recurso de moderação da plataforma. O sistema consiste em um espaço no qual os próprios usuários podem corrigir ou apontar informações enganosas. De acordo com o discurso de Mark Zuckerberg, a mudança busca evitar conseqüências indesejadas, como a remoção equivocada de publicações ou perfis

¹² GAGLIONI, Cesar. O que as redes sociais fazem para coibir fake news em meio à pandemia. **Nexo**. São Paulo, 16 mar. 2020. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/03/16/O-que-as-redes-sociais-fazem-para-coibir-fake-news-em-meio-%C3%A0-pandemia>. Acesso em: 10 mar. 2024.

¹³ COUTO, Marlen. YouTube já removeu 33 vídeos do canal de Bolsonaro desde abril. **O Globo**. Rio de Janeiro, 26 out. 2021. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/sonar-a-escuta-das-redes/post/youtube-ja-removeu-33-videos-do-canal-de-bolsonaro-desde-abril.html>. Acesso em: 10 mar. 2024.

de usuários devido ao antigo sistema de checagem de fatos. O CEO também declarou que a Meta planeja colaborar com a administração do presidente eleito dos Estados Unidos em 2024, Donald Trump, para implementar as novas diretrizes e promover um ambiente digital mais alinhado às políticas do governo.

O Governo Federal brasileiro decidiu protocolar uma notificação extrajudicial exigindo que a Meta explique as possíveis consequências da mudança nas diretrizes das suas plataformas, como o Facebook e o Instagram (GOVERNO..., 2025). Em resposta, a Meta informou que, por enquanto, o Programa de Verificação de Fatos independente será encerrado apenas nos Estados Unidos, sendo substituído pelas "Notas da Comunidade". Contudo, a checagem de fatos realizada pela Meta no Brasil continuará em vigor. A empresa também confirmou que as modificações na Política de Conduta de Ódio já foram implementadas no Brasil, com a intenção de ampliar o espaço para a liberdade de expressão e fomentar um debate mais amplo sobre temas atuais na sociedade (NOTA..., 2025).

A decisão de transformar a checagem de fatos em um processo mais descentralizado pode resultar em uma ampliação da desinformação, dado que, sem a mediação de fontes confiáveis e imparciais, as plataformas digitais podem se tornar terrenos férteis para a propagação de fake news. A desinformação tem sido um dos principais desafios enfrentados por governantes, órgãos de saúde e sociedade civil. A situação é ainda mais agravada pela politização da informação e pela falta de mecanismos eficazes para responsabilizar as plataformas.

Por fim, é importante trazer algumas considerações sobre o compartilhamento de informações nas plataformas digitais, verdadeiras ou não. Mesmo que haja grupos específicos, com interesses políticos e econômicos, responsáveis pela criação e por fazer viralizar os conteúdos, as informações postadas não ficam restritas a esses grupos. Isso porque, como apontam Baptista *et al.* (2019), há diferentes motivos para o compartilhamento de informações erradas com propósitos distintos, não subordinados aos interesses de atores que lucram excessivamente com a indústria da desinformação. Alguns indivíduos são motivados pela vontade de se manterem informados e utilizam as mídias sociais com tal finalidade. Com isso, os usuários ficam expostos aos mais diversos tipos e fontes de desinformação, que acabam por compartilhar acreditando serem verdadeiras.

Ou seja, os fatores que impulsionam a disseminação desses conteúdos podem ser de diversas ordens. Variam desde a convicção dos indivíduos em relação às mensagens que recebem e compartilham, expressando o que consideram suas verdades legítimas, direcionando-as para outros que compartilham das mesmas crenças, até a compreensão da desinformação

enquanto estratégia de construção de capital social, ao se considerarem portadores de uma mensagem privilegiada, que valida e reforça sua visão de mundo. Nesse sentido, esses indivíduos consolidam laços sociais dentro de redes que compartilham das mesmas crenças, fortalecendo suas posições dentro desses grupos (BAPTISTA *et al.*, 2019).

Portanto, entender o processo desinformativo exige observar os conteúdos em si, mas também como os atores sociais utilizam as notícias e narrativas, sejam elas baseadas em ciência ou não, suas disputas por legitimidade, os comportamentos resultantes e as formas de negociação que moldam essas dinâmicas. Isso envolve considerar os elementos socioculturais que sustentam a circulação dessas informações e sua integração nos contextos sociais mais amplos.

Outro ponto importante é que as mídias sociais não funcionam de forma isolada, separadas uma das outras, como já exposto anteriormente. O conteúdo postado em uma plataforma pode ser replicado em outra, as plataformas se relacionam entre si por meio do compartilhamento de conteúdo e não podem ser compreendidas de forma isolada, o que, conforme Miller *et al.* (2019) caracteriza a polimídia. Nesse sentido, a informação que circula no WhatsApp pode ter como fonte outras plataformas. Além disso, para os autores, a análise de uma mídia social não deve ser feita pela plataforma em si, deve-se considerar os conteúdos postados e as consequências por eles geradas. Nesse sentido, mesmo que o interesse específico desta pesquisa seja a circulação de informações no WhatsApp a partir da atuação do *Projeto Jovens Comunicadores – Edição Covid-19*, é importante compreender que os conteúdos não se restringem necessariamente ao aplicativo.

Apesar dos desafios impostos pela desinformação e pelos interesses econômicos que moldam as dinâmicas da comunicação digital, as plataformas podem ser utilizadas como uma possibilidade de resistência e de mobilização por parte de diversos grupos sociais. Em vez de se submeterem passivamente à lógica das grandes corporações tecnológicas e aos discursos dominantes disseminados pelas plataformas, esses grupos podem se apropriar e articular as ferramentas de maneira estratégica para promover alternativas, questionar narrativas hegemônicas e reivindicar espaços de voz e visibilidade.

Para pensar as formas de agenciamento e usos outros das plataformas digitais, considero que a teoria da estruturação proposta por Anthony Giddens (1984) oferece uma perspectiva relevante, especialmente ao rejeitar o dualismo entre estrutura e agência e propor uma interação recursiva entre ambas. Para Giddens (1984), não há uma estrutura determinista que engesse completamente a capacidade de ação dos indivíduos, nem agentes totalmente autônomos que operem fora das condições estruturais. A interação entre esses dois elementos revela que as

estruturas possibilitam e restringem as ações humanas, ao mesmo tempo que são continuamente reproduzidas e transformadas por elas. Nesse sentido, os indivíduos detêm um conhecimento considerável, ainda que não inteiramente consciente ou intencional, sobre as condições e consequências de suas práticas cotidianas. Esse conhecimento, que Giddens (1984) denomina como um saber prático, possibilita aos atores monitorarem suas próprias ações, o ambiente social e as ações de outros atores, e ainda permite mudanças em práticas previamente rotinizadas.

Essa abordagem é particularmente útil para entender os usos das plataformas digitais de maneira contra-hegemônica, evidenciando como agentes monitoram e reinterpretam as condições impostas pelas estruturas algorítmicas e corporativas desses espaços. Embora as plataformas digitais, como Instagram, TikTok e Twitter, estejam moldadas por lógicas de mercado e dinâmicas algorítmicas que organizam e condicionam os comportamentos, os atores não operam de forma passiva nesses ambientes. Eles exercem uma agência reflexiva que lhes permite adaptar e transformar as dinâmicas estruturais por meio de suas práticas.

Assim, acredito que o *Projeto Jovens Comunicadores – Edição covid-19*, ao se apropriar do WhatsApp para divulgar informações confiáveis sobre a pandemia, caracteriza-se como uma forma de resistência e exercício de agência. Em um momento em que o uso do WhatsApp cresceu exponencialmente e a circulação de desinformação tornou-se uma preocupação crítica, os jovens ressignificaram essa plataforma amplamente utilizada no cotidiano, transformando-a em um espaço para promover o acesso à informação e sensibilizar seus territórios sobre os cuidados necessários durante a crise sanitária.

2 A PANDEMIA NAS FAVELAS: DESIGUALDADES, TECNOLOGIAS DIGITAIS E ESTRATÉGIAS DE DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÃO

Neste capítulo, discuto a relação entre a pandemia de covid-19 e as favelas, com destaque para uma reflexão sobre o modo como as desigualdades socioespaciais e econômicas intensificaram os impactos da crise sanitária nesses territórios. O objetivo, aqui, é construir uma análise que vá além da descrição dos impactos da crise sanitária, de modo a desvendar os mecanismos estruturais e históricos que perpetuam as desigualdades nesses contextos. Essa abordagem busca demonstrar como esses fatores estruturantes moldaram tanto os desafios enfrentados pelas populações periféricas durante a pandemia quanto as respostas comunitárias e institucionais aos desafios apresentados.

Ao destacar o *Projeto Jovens Comunicadores – Edição covid-19*, desenvolvido pela Organização Não Governamental (ONG) BemTV, este capítulo posiciona essa iniciativa como uma resposta à crise, evidenciando como a combinação de transferência de renda, formação em comunicação e disseminação de informações confiáveis pode atuar de forma integrada no combate à desinformação e no fortalecimento de jovens periféricos. Discutir o projeto em questão não me limita a analisar uma iniciativa específica, mas serve como um ponto de entrada para refletir sobre as potencialidades do associativismo nas favelas, entendendo suas dinâmicas, tensões e contradições. Assim, este texto contribui para uma compreensão mais ampla das formas como a organização coletiva em territórios marginalizados pode resistir às desigualdades e criar espaços de agência.

A juventude, enquanto categoria social e público-alvo do projeto, ganha destaque como um dos fios condutores dessa reflexão. O capítulo busca explorar como os jovens, frequentemente atravessados por múltiplas vulnerabilidades, portam-se também como agentes centrais na transformação das condições locais, particularmente em contextos de crise. Esse olhar sobre a juventude permite aprofundar o entendimento das estratégias empregadas para engajá-los em ações que promovem mudanças sociais, ampliando a perspectiva sobre seu papel político, social e cultural nesses territórios. Além disso, o capítulo problematiza a centralidade atribuída aos jovens em iniciativas como essa, interrogando como esse foco reflete visões mais amplas sobre juventude, desenvolvimento e transformação social.

Portanto, nesta seção, busco alcançar uma análise integrada, que articula dimensões estruturais e agências locais, com o objetivo de revelar as interseções entre desigualdades sociais, dinâmicas comunitárias e iniciativas específicas de enfrentamento à pandemia. Desse

modo, o texto, além de iluminar os processos sociais que configuram os impactos da pandemia nas favelas, também reflete sobre os caminhos possíveis para reduzir as desigualdades e ampliar o protagonismo das populações marginalizadas em processos de mudança social.

2.1 Enfrentamento das desigualdades nas favelas

Mesmo diante de todos os desafios, existe uma potencialidade nas favelas para perceber suas demandas e articular estratégias para pleitear direitos, meios de sobrevivência e resistência. Desde o seu surgimento, especificamente no Rio de Janeiro, a população que se estabeleceu nessas áreas teve que se auto-organizar para construir sua moradia e para obter serviços essenciais. É uma organização comunitária que ganhou força e visibilidade no debate público, especialmente a partir da criação das primeiras associações de moradores de favelas na década de 1940, em resposta “[...] às propostas de remoção das favelas para lugares distantes do centro da cidade” (FLEURY; MENEZES, 2020, p. 268).

Durante o período do golpe civil-militar de 1964, as dinâmicas políticas que marcaram a relação entre o Estado e as favelas demonstram como as políticas públicas e as organizações comunitárias foram moldadas nesse contexto autoritário. Como analisam Marcelo Baumann Burgos (2023), Dulce Pandolfi e Mário Grynszpan (2003), antes do golpe, as políticas oscilavam entre duas perspectivas principais: a urbanização, que buscava integrar as favelas à cidade formal, por meio de melhorias infraestruturais e regularização fundiária; e a remoção, que via as favelas como problemas urbanos a serem eliminados. Com o golpe, o ambiente político e social se tornou mais favorável às remoções, vistas como uma forma de "limpeza" urbana e controle social, alinhando-se aos interesses de setores econômicos e políticos dominantes. (BURGOS, 2003; PANDOLFI; GRYSZPAN, 2003).

A ditadura fortaleceu a agenda remocionista e reprimiu de maneira violenta diversas formas de organização coletiva que pudessem representar resistência ou contestação ao regime. As associações de moradores, que até então desempenharam um papel importante na luta por direitos e melhorias para as comunidades, foram profundamente afetadas. Sob pressão do Estado autoritário, as organizações passaram a ser cooptadas ou a perder sua autonomia, tornando-se muitas vezes ampliação do governo dentro das favelas. Elas assumiram funções administrativas, como o gerenciamento de serviços públicos, mas com uma abordagem que

priorizava o controle populacional e, em muitos casos, a contenção do crescimento das favelas (BURGOS, 2003; PANDOLFI; GRYNSZPAN, 2003).

O período de transição política no Brasil, marcado pelo enfraquecimento do regime militar e o início do processo de redemocratização, no final dos anos 1970, trouxe mudanças significativas na forma como o Estado lidava com as favelas e como os movimentos sociais se organizavam nesses territórios. Durante as décadas anteriores, as remoções de favelas foram uma política predominante, mas, nesse momento, houve perda de força. Dois fatores principais explicam essa mudança: primeiro, os altos custos financeiros associados à construção de grandes conjuntos habitacionais e à insatisfação com o retorno desses investimentos foram realizados como remoções menos viáveis economicamente. Segundo a organização e a pressão exercida pelos movimentos de favelados, que se fortaleceram nesse período, tornaram-se uma força política capaz de resistir às remoções e exigir outras formas de tratamento para as comunidades (ROCHA, 2012).

Nesse novo cenário, a urbanização — entendida como a melhoria das condições de infraestrutura e integração das favelas à cidade formal — emergiu como a principal bandeira dos movimentos sociais e das associações de moradores. A luta pela urbanização representava um avanço, pois sinalizava a eliminação das remoções e o reconhecimento das favelas como parte legítima da cidade. Entretanto, tal mudança de paradigma trouxe também novos desafios. A ausência de políticas públicas estruturadas e abrangentes para as favelas forçou as associações de moradores a recorrerem a estratégias de negociação com políticas locais, relações que frequentemente assumiam uma dinâmica clientelista, na qual os líderes comunitários trocavam apoio político — como votos ou mobilização comunitária em campanhas — por benefícios pontuais para suas localidades, como pequenas obras de infraestrutura ou serviços básicos (BURGOS, 2003).

Na lógica clientelista, segundo descreve por Burgos (2003), nota-se um emblemático modelo de relação entre Estado e favelas que, embora responda a demandas imediatas, não resolve os problemas estruturais que perpetuam a desigualdade e precariedade nesses territórios. Assim, as associações de moradores, enquanto espaços de organização coletiva e mobilização, tornaram-se mediadoras de interesses entre as comunidades e os políticos, mas de forma fragmentada e limitada. A partir da década de 1990, essas entidades consolidaram-se enquanto gestoras de recursos públicos, o que aumentou seu poder de atuação e mobilização, mas também redefiniu sua função e reduziu seu papel político. A introdução de agentes comunitários estabeleceu conexões diretas entre o Estado e as comunidades, incorporando muitas lideranças locais ao quadro público (FLEURY; MENEZES, 2020).

Lia de Mattos Rocha (2018) considera que, diante das transformações, influenciadas pelo contexto interno das favelas e pela conjuntura nacional, as associações de moradores tiveram sua capacidade de mobilização na luta dos interesses da população favela e confiabilidade enfraquecidas. Os motivos são diversos e muitas vezes se correlacionam, variam desde acusações de corrupção e aliança com grupos criminosos à consolidação da institucionalização dos movimentos sociais. Entretanto, as associações ainda dispunham de recursos significativos na atuação nas favelas e, assim, passaram a ser alvo de disputa por traficantes e milicianos.

Márcia Leite (2000) examina as respostas sociais e políticas ao aumento da violência urbana no Brasil nos anos 1990, período em que o tráfico de drogas se tornou central no imaginário e nas discussões sobre criminalidade, particularmente nas favelas. A autora apresenta duas linhas principais de interpretação e solução para a questão, enfatizando abordagens repressivas e perspectivas mais amplas de promoção da cidadania. A primeira linha de pensamento, frequentemente associada aos setores do poder público e à segurança pública tradicional, propunha uma abordagem centrada na ordem e na repressão. Sob essa ótica, as favelas eram vistas como territórios perigosos e permissivos ao crime, especialmente ao tráfico de drogas. Para esses defensores, os direitos dos moradores das favelas eram secundários frente à necessidade de combater os criminosos que se escondiam nos territórios. Essa perspectiva justificava, portanto, intervenções policiais agressivas e frequentemente violentas, ignorando as consequências sociais das ações, como a criminalização coletiva dos moradores e o aprofundamento da estigmatização das favelas (LEITE, 2000).

Uma segunda linha de pensamento, defendida majoritariamente por intelectuais, ONGs e parte da mídia progressista, argumentava que a solução para a violência e o tráfico de drogas passava por uma abordagem integrada, que combinasse ações de segurança pública mais eficazes com políticas de promoção da cidadania. Trata-se de uma visão que reconhecia que os jovens moradores das favelas, muitas vezes atraídos pelo tráfico, também eram vítimas das desigualdades estruturais e da exclusão social. Nesse sentido, sugeria-se que a violência não poderia ser combatida apenas com repressão, mas com a criação de oportunidades de educação, emprego e cultura, entre outros direitos, além de reformas nas práticas das forças de segurança para torná-las mais justas e menos violentas (LEITE, 2000).

Esse debate entre as duas perspectivas reflete disputas mais amplas sobre o papel do Estado, a relação entre direitos e segurança, e a forma como as favelas são concebidas social e politicamente. Enquanto a primeira linha reforça a ideia de que as favelas são espaços de exceção que legitimam práticas autoritárias, a segunda busca integrá-las ao espaço urbano e

político mais amplo, evidenciando a necessidade de enfrentar as raízes da violência por meio de transformações estruturais.

Nessa direção, ao investigar os efeitos das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs)¹⁴ sobre o *tecido associativo* das favelas do Rio de Janeiro, entre os anos de 2008 e 2013, Rocha (2018), considerando pesquisas anteriores, concluiu que a proximidade espacial com os traficantes varejistas de drogas representava um obstáculo para a ação coletiva dos moradores daquelas áreas. Assim, pelo menos como hipótese, as UPPs poderiam reconfigurar um tecido associativo comunitário desgastado pela repressão policial de um lado e a submissão ao tráfico de drogas de outro. No entanto, após mais de seis anos de pesquisa, Rocha (2018) constatou que o legado do projeto de pacificação foi a disseminação de um dispositivo securitário, que chamaram de militarização (LEITE *et al.*, 2018). Nesse contexto, o governo das populações faveladas é exercido por instituições estatais e paraestatais através de procedimentos de disciplinarização, conversão moral, vigilância, silenciamento, criminalização, repressão e extermínio. Portanto, para a autora, a pacificação não facilitou a retomada de voz pelos moradores de favelas no espaço público, mas sim seu controle e contenção.

A socióloga segue pontuando ainda que, no campo dos estudos sobre associativismo em favelas, as preocupações acontecem mediante dicotomias: autonomia *versus* cooptação dessas organizações comunitárias em relação aos governos e partidos; classismo *versus* clientelismo de suas lideranças e representatividade *versus* esvaziamento das entidades foram temas centrais de muitas investigações LEITE *et al.*, 2018. Contudo, a relação das organizações coletivas de moradores de favelas com o poder público, os políticos, as organizações locais e o próprio movimento mais amplo de favelados variaram ao longo de sua história, conforme as conjunturas políticas locais e nacionais, bem como as dinâmicas internas e específicas de cada localidade. A capacidade das associações de fazer reivindicações, sua autonomia organizacional, sua cooperação com políticas estatais e o nível de repressão às suas atividades sempre dependeram de uma correlação de forças desenvolvida em um ambiente politicamente muito desfavorável para os grupos sociais. Ainda assim, as associações conseguiram continuar existindo. São coletivos formados por pessoas com afinidades específicas, organizadas para intervir estética e

¹⁴ As UPPs foram uma iniciativa de segurança pública implementada no estado do Rio de Janeiro, a partir de 2008. Seu principal objetivo era retomar o controle de áreas dominadas por facções criminosas e milícias, estabelecendo uma presença policial comunitária e permanente nas localidades onde foram instaladas. Ver mais em: MELO, Karen. UPP em 10 anos: fracasso ou progresso? **Voz das Comunidades**. Rio de Janeiro, 28 nov. 2020. Disponível em: <https://vozdascidades.com.br/favelas/upp-em-10-anos-fracasso-ou-progresso/>. Acesso em: 10 abr. 2024.

politicamente, com vistas a ressignificar simbolicamente o papel social dos locais que ocupam na vida cultural e política da cidade (ROCHA, 2018).

Muito também presente no cenário das favelas são as Organizações Não Governamentais, as famosas ONGs, que, de acordo com Assumpção (1993), para além de mediadoras de demandas sociais, redefiniram o próprio conceito de militância. Para os moradores de favelas engajados em ações coletivas, as ONGs surgem como uma oportunidade de continuidade para suas práticas militantes, agora sob um formato profissionalizado, o que representa uma transição significativa, em que a militância, antes centrada em associações de moradores e iniciativas comunitárias voluntárias, adapta-se a organizações mais formalizadas, com oferta de remuneração e carreiras estruturadas (ASSUMPCÃO, 1993).

Como argumenta Assumpção (1993), o processo atende tanto às necessidades dos indivíduos que trabalham nessas organizações quanto às demandas de governos e organismos internacionais que nelas investem. Para os trabalhadores, as ONGs representam uma fonte de sustento e legitimidade profissional; para os financiadores, tornam-se instrumentos eficientes para implementar políticas sociais e ações públicas em territórios periféricos, muitas vezes com maior agilidade e menor custo do que as iniciativas estatais. Contudo, essa transformação não apenas substitui a militância tradicional por um modelo profissionalizado, pois se trata de uma reconfiguração mais complexa, que articula práticas locais as exigências institucionais e mercadológicas. A militância agora se insere em um contexto que exige adaptação a critérios de financiamento e operação dentro de lógicas de eficiência e resultados, muitas vezes impostos por governos e organismos internacionais (ASSUMPCÃO, 1993).

Assim, o crescimento das ONGs nas favelas, para além de ser fenômeno de expansão, é um reflexo de processos estruturais mais amplos, que profissionalizam a militância, reorganizam o campo das ações coletivas e criam formas de engajamento político. Ao mesmo tempo, o cenário impõe desafios significativos, como a necessidade de conciliar a lógica do mercado e dos financiadores com os ideais de transformação social e justiça que historicamente motivaram a militância nesses territórios.

De acordo com Rocha (2012), no contexto do Rio de Janeiro, as ONGs desempenham um papel crucial na execução de políticas sociais externas para as favelas, muitas vezes ocupando lacunas deixadas pelo poder público. Essas entidades atuam como agentes sociais especializados, assumindo a responsabilidade pela implementação de projetos específicos para a redução da vulnerabilidade social, quer por meio da contratação de trabalhadores para órgãos municipais, quer pela execução de "projetos sociais" que visam a afastar os jovens moradores das favelas dos chamados "riscos sociais". Nesse processo, as ONGs acabam assumindo um

papel cada vez mais central, tornando-se, de certa forma, representantes informais das favelas. Atuam como intervenientes entre a comunidade e as políticas públicas, o que, por um lado, fortalece seu papel como mediadoras sociais, mas, por outro, pode implicar em distanciamento das reais necessidades e demandas locais, já que muitas vezes são orientados por um conjunto de diretrizes e objetivos que vêm de fora da comunidade (ROCHA, 2012).

Entretanto, essa ação coletiva não ocorre sem um formato determinado. As ONGs trabalham dentro do escopo dos projetos sociais, que oferecem um enquadramento estrutural para suas atividades e ações. Como destaca Rocha (2012), os projetos sociais moldam a prática dessas organizações e condicionam as abordagens que elas podem adotar, muitas vezes em conformidade com os padrões e expectativas de financiamento e avaliação de impacto. Ou seja, ao operar por meio de projetos sociais, as ONGs acabam inseridas em uma lógica de mercado que molda a forma e o conteúdo de suas ações. Essa lógica, denominada mercado dos projetos sociais, baseia-se na oferta e demanda por iniciativas que precisam ser transitórias, adaptáveis e com apelo suficiente para atrair financiadores e parceiros (ROCHA, 2012).

No Rio de Janeiro, onde a violência urbana é questão central no debate social, os projetos sociais mais viáveis são frequentemente aqueles que abordam a prevenção da criminalidade, especialmente entre jovens das favelas. Assim, muitas ONGs ajustam suas práticas e discursos para se alinharem à demanda evidenciada, posicionando seus projetos como estratégias de combate à violência e promoção da segurança pública. Dessa forma, o poder público também direciona investimentos para projetos com essa ênfase, consolidando a relação entre prevenção à criminalidade e atuação das ONGs em territórios periféricos (ROCHA, 2012).

Historicamente, a juventude tem sido tematizada no âmbito público e acadêmico pela ótica do problema social. A atenção é direcionada a ela sobretudo quando se percebe uma ameaça à continuidade social, seja porque os jovens são vistos como desviantes, incapazes de se integrarem plenamente à sociedade, ou porque desafiam a ordem estabelecida por meio de movimentos ou comportamentos que propõem mudanças significativas. Nesse sentido, o jovem pode ser percebido tanto como uma ameaça para si mesmo, em virtude de sua suposta vulnerabilidade, quanto para a sociedade, ao potencialmente desafiar normas e estruturas. Essa preocupação se estende para situações em que a juventude aparentemente fracassou na transmissão e na preservação da herança cultural, expondo o medo de uma ruptura nos valores e tradições sociais (ABRAMO, 1997).

De acordo com Abramo (1997), a sociologia, especialmente a sociologia funcionalista, tem tratado a juventude como foco em seu processo de socialização e nas possíveis disfunções dele decorrentes. De acordo com a perspectiva funcionalista, a juventude é vista como uma fase

de transição entre a infância e a vida adulta, um momento crucial para o desenvolvimento de capacidades pessoais e sociais e para o ajuste aos papéis adultos. Nesse sentido, um jovem é concebido como um ser em período de formação, no qual os indivíduos aprendem a se integrar à sociedade, adquirem competências, valores e comportamentos necessários para cumprir os papéis que a sociedade lhes atribui.

Essa análise da juventude muitas vezes adota uma abordagem moral. A sociedade e os indivíduos se preocupam principalmente com a "coerência moral" da juventude e com a integridade moral do jovem enquanto futuro membro da sociedade. Há ênfase no sucesso ou fracasso no processo de socialização, mas também na manutenção da moralidade e dos valores tradicionais. Muitas vezes, quando a juventude se vê como desviante dessas normas, surge uma espécie de pânico moral, que expressa os medos da sociedade sobre os impactos dessa desordem na estrutura social. O pânico moral é uma ocorrência ao questionamento das normas determinantes, como se a quebra de certos comportamentos e valores representasse uma ameaça à própria integridade do tecido social (ABRAMO, 1997).

Ademais, como apontado por Tiarajú Pablo D'Andrea (2020), a emergência das sujeitas e sujeitos periféricos nas últimas décadas tem uma profunda relevância para as lutas, reivindicações e mobilizações sociais. Nesse contexto, os movimentos artísticos e culturais são identificados como o principal responsável por criar e disseminar uma nova interpretação positiva sobre as periferias. Além de elaborar essa nova narrativa, os movimentos colaboraram para que os moradores entendessem e valorizassem sua conexão e pertencimento ao seu espaço de moradia. Quando os moradores passam a se orgulhar de sua identidade e de onde vivem, em vez de sentirem vergonha, transforma-se a maneira como se veem. Com esse novo orgulho, eles começam a se envolver politicamente para enfrentar e superar diversas formas de desigualdade e opressão.

Como cria e militante da favela do Jardim Catarina, em São Gonçalo, que se diferencia muito das favelas do município do Rio de Janeiro, considero importante salientar que cada favela possui uma história única, moldada por uma combinação de fatores geográficos, sociais, econômicos e políticos. A localização de uma favela pode influenciar muito na sua dinâmica interna e suas relações com o entorno da cidade. As situadas em áreas centrais de grandes cidades muitas vezes enfrentam diferentes desafios e oportunidades em comparação com aquelas localizadas em regiões periféricas ou em lugares de difícil acesso, como no caso do Jardim Catarina. Do mesmo modo, a trajetória política das favelas também varia muito.

Algumas comunidades têm uma longa história de organização e resistência, com movimentos sociais bem estruturados e lideranças consolidadas. Outras podem estar em

estágios iniciais de mobilização, enfrentando dificuldades para se organizar diante de uma ausência de apoio externo ou de recursos internos.

As formas de organização comunitária são outro aspecto importante da vida social nas periferias urbanas. Em algumas favelas, existem associações de moradores, ONGs e coletivos que desempenham um papel importantíssimo na promoção de melhorias locais e na defesa dos direitos dos residentes. Esses grupos, frequentemente, como já observei ao longo da minha trajetória em organização comunitária, colaboram com instituições públicas e privadas, formando parcerias que potencializam suas ações e projetos. Lideranças comunitárias emergem como figuras centrais nesse contexto, podem ser moradores antigos com profundo conhecimento da comunidade, a exemplo da dona Rose, mencionada na introdução desta dissertação, jovens ativistas com novas ideias e engajamentos, ou até mesmo lideranças religiosas que influenciaram residentes e exercem diversas atividades no território.

Articulando as complexas dinâmicas de poder que intensificam a condição de precariedade, modos de resistências e uso de tecnologias digitais, David Nemer (2021), em sua pesquisa, narra como moradores de favelas no Brasil se apropriam de tecnologias — artefatos, processos e espaços — tendo em vista a emancipação e a libertação das mais variadas formas de opressão às quais são submetidos diariamente. Para tal, Nemer (2021) apoia-se na relação entre o conceito de “tecnologia mundana” e sua conexão com a noção de “opressão” definida por Paulo Freire. Nemer (2021) explica que o termo “tecnologia mundana” é utilizado por estudiosos do papel da tecnologia na sociedade, usada e integrada ao cotidiano e considerada “lugar-comum”. Ao relacionar a experiência digital aos processos de exclusão e opressão, o pesquisador expõe diferentes formas de dominação digital que atuam limitando e excluindo os moradores das favelas, ao mesmo tempo que aponta os diferentes usos da tecnologia para criar oportunidades de resistir à opressão.

Quer dizer, para Nemer (2021), as favelas são o local onde seus residentes lutam por direito à cidade, resistindo às relações de dominação e exploração e enfrentando preconceitos, inclusive no que diz respeito ao uso das às tecnologias. Assim, a apropriação de processos tecnológicos no dia a dia pode provocar atos de libertação. O autor explica que o termo se refere aos processos em que os oprimidos se apropriam de tecnologias cotidianas — artefatos, operações e espaços tecnológicos — e as utilizam para aliviar a opressão em suas vidas. São modos como as pessoas exercem agência e conscientização, mobilizando-se em direção à qualidade de vida que desejam.

Como observei, essa lógica está presente de maneira emblemática no *Projeto Jovens Comunicadores-Edição Covid-19*, que, durante o período de distanciamento social imposto

pela pandemia de covid-19, encontrou no WhatsApp um espaço estratégico para resistir às políticas de morte. Essas políticas, manifestas na alta circulação de desinformação, muitas vezes promovida por gestores públicos, contribuíram para a precarização das condições de saúde e negação de direitos. Esse exemplo materializa a noção de apropriação tecnológica descrita por Nemer (2021), pois demonstra como comunidades periféricas podem se valer do digital não somente como ferramenta de comunicação, mas como um espaço de resistência ativa. Os jovens comunicadores, ao se apropriarem do WhatsApp e outros recursos tecnológicos, subverteram os mecanismos de opressão informacional, porque transformaram a internet em um território de disputa simbólica e política. Mais do que isso, mobilizaram os recursos para ampliar a conscientização coletiva e reforçar as redes de solidariedade, elementos cruciais para enfrentar os impactos desiguais da pandemia.

2.2 Desigualdades e descartabilidade: a pandemia em contextos de favelas

Uma das grandes preocupações de alguns gestores públicos e ativistas de movimentos sociais durante a emergência sanitária iniciada em 2020 dizia respeito a como as favelas e periferias, enquanto expressões das desigualdades das grandes cidades e alvos de políticas de precarização provocadas por diferentes governos antes mesmo do surgimento do covid-19, seriam afetadas pela pandemia. Diversas questões os motivavam, desde questionamentos relacionados aos desafios enfrentados para promover o isolamento em locais superpovoados, com casas próximas umas das outras, ruas estreitas, residências com grande número de pessoas morando e de precariedade do saneamento básico e fornecimento de água — elementos importantíssimos nas práticas de higiene sanitária para conter o vírus —, até indagações a respeito da garantia de que moradores de favelas e periferias ficassem em casa e exercessem de forma plena a quarentena, uma vez que muitos deles tiram seu sustento e chegam ao seu espaço de serviço por meio da circulação pela cidade (MAGALHÃES, 2020).

Considerando tais anseios, fica nítido que a pandemia e seus desdobramentos não se manifestaram da mesma forma em todos os lugares. Nessa perspectiva, de acordo com Jean Segata (2020), uma pandemia, enquanto termo bastante utilizado na biomedicina, configura-se como um evento de escala global que acontece a partir do surto de uma determinada infecção, de forma simultânea por diferentes territórios e populações no mundo. Entretanto, para o autor, mesmo diante da dimensão global de uma pandemia, acionar o termo não significa assumir que

a situação ocorra de forma homogênea ou até mesmo universal, porque os surtos constituintes de um acontecimento com dimensões e impactos tão profundos como uma pandemia não são iguais em todos os lugares e momentos. Assim, pode haver intensidades, agravos e formas muito específicas de se manifestar e configurar uma pandemia, a depender do lugar e das pessoas atingidas, por exemplo (SEGATA, 2020).

Ao pensar especificamente o desdobramento da pandemia no Brasil, Mariana Vercesi de Albuquerque e Luis Henrique Leandro Ribeiro (2020) explicitam que, mesmo que existam outros fatores importantes, as desigualdades socioespaciais e econômicas derivadas das transformações de um mundo globalizado contribuíram e influenciaram de forma significativa no agravamento da disseminação do vírus e no elevado número de óbitos no país. Os autores compreendem que a desigualdade socioespacial é consequência da seletividade do capitalismo, resultado da produção simultânea da escassez e da abundância no interior de uma lógica de desenvolvimento desigual.

Para ilustrar, eles relatam os três primeiros casos confirmados de covid-19 no Brasil: enquanto o primeiro envolveu um homem branco, recém-chegado da Itália, que ficou internado no Hospital Israelita Albert Einstein, na capital paulista, e obteve cura dias depois, a primeira morte notificada foi de uma diarista, moradora da Zona Leste de São Paulo, que ficou internada no Hospital Municipal Doutor Cármino Caricchio. Em seguida, o segundo óbito confirmado foi de um porteiro aposentado; a terceira morte, de uma trabalhadora doméstica do bairro do Leblon, no Rio de Janeiro, que era moradora de Miguel Pereira, região metropolitana da capital fluminense. Ela estava auxiliando sua patroa, recém-chegada da Itália e em cumprimento de quarentena, pois havia sido confirmado diagnóstico de covid-19 (ALBUQUERQUE; RIBEIRO, 2020).

Nesse cenário, a desigualdade socioespacial expõe a distinção e a relação desigual entre os diferentes lugares, refletindo condições e circunstâncias específicas que variam em cada local. Essa desigualdade revela como diferentes áreas dentro de uma cidade ou região são marcadas por disparidades econômicas, sociais, de infraestrutura e raciais, que impactam de forma específica as pessoas que compõem determinados espaços. Quer dizer, lugares privilegiados tendem a ter melhor atendimento dos serviços públicos e privados, enquanto áreas marginalizadas, frequentemente, enfrentam falta de recursos e investimentos. As condições específicas de cada lugar são influenciadas por fatores históricos, econômicos e políticos que moldam o desenvolvimento urbano de maneira desigual, implicando segregação e exclusão social. Assim, a desigualdade socioespacial não é apenas questão de distribuição desigual de

recursos, mas também de relações de poder e políticas públicas que favorecem determinados espaços e grupos em detrimento de outros (ALBUQUERQUE; RIBEIRO, 2020).

Assim, os relatos referentes às três primeiras mortes por covid-19 demonstram que certos corpos e regiões se tornaram mais expostos a todas as circunstâncias trazidas ou agravadas pela pandemia, manifestadas nas formas de enfrentamento das consequências ocasionadas por ela. De acordo com Albuquerque e Ribeiro (2020), as maiores metrópoles do país se tornaram porta de entrada do vírus por terem maior concentração e circulação populacional, além de reproduzirem de forma mais intensa as desigualdades, ocasionando a intensificação da precariedade em relação à pandemia existindo, dessa forma, uma distribuição desigual dos riscos e das medidas de proteção.

Desse modo, sou conduzida a refletir, a partir do que Judith Butler (2024) afirma, sobre como, em momentos de crises aprofundadas, determinadas vidas não são protegidas, tendo sua situação de precariedade intensificada. Caminho com a filósofa, sobretudo quando ela explora a ideia de “*condição precária*”, situação politicamente induzida na qual certas populações enfrentam deficiências nas redes sociais e econômicas de apoio, ficando desprotegidas. Nessas condições, certas populações estão expostas de maneira diferenciada a violações, violência e morte. Considerando que o corpo, enquanto fenômeno social, depende de fatores externos para sobreviver, a *condição precária* se manifesta quando grupos específicos sofrem com a falta de proteção e suporte, tornando-os mais vulneráveis a doenças, pobreza, fome e violência, sem mecanismos eficazes de defesa. Além disso, essa condição se caracteriza pela maximização deliberada da precariedade para populações sujeitas à violência arbitrária do Estado. Assim, em determinados contextos políticos, algumas autoridades podem agravar intencionalmente a vulnerabilidade de dadas comunidades como parte de estratégias de controle ou dominação.

Areladas às desigualdades socioespaciais, as questões relacionadas à raça e ao gênero também se tornaram fatores determinantes no aumento da mortalidade por covid-19. Segundo a pesquisa realizada pela Rede de Pesquisa Solidária (Universidade de São Paulo), publicada em 2021, a população negra feminina foi a que mais morreu de covid-19 no Brasil, comparando com os grupos (mulheres brancas, homens brancos, homens negros) na base do mercado de trabalho, independente da ocupação (COVID-19: POLÍTICAS PÚBLICAS E AS RESPOSTAS DA SOCIEDADE, 2021). Entretanto, o número de pessoas negras hospitalizadas em decorrência do vírus não acompanha a projeção, porque racismo e sexismo são fatores estruturais que produzem hierarquias sociais atreladas às vulnerabilidades em saúde, além de

produzir aspectos que interferem e causam barreiras ao acesso a serviços de saúde (EVANGELISTA, 2021)¹⁵.

Sendo assim, fica evidente que o vírus da covid-19 não atingiu a todos da mesma forma e não foi o único causador da pandemia. Em um novo momento para o mundo, problemas antigos foram dilatados e determinados grupos sociais, além de serem os mais afetados com os problemas de saúde derivados do vírus propriamente dito, sofreram mais os impactos sociais ocasionados pela pandemia. As desigualdades foram exacerbadas, destacando disparidades existentes e evidenciando como diferentes grupos enfrentam níveis variados de precariedade sem que isso gere comoção. Ademais, pesquisas relacionadas à pandemia de covid-19 que analisam as diferentes características e contextos sobre o seu impacto no mundo demonstram que as desigualdades dilatadas com as políticas neoliberais associadas às produções das condições de precariedade são fatores decisivos para ampliação dos riscos em saúde e influenciam os modos de enfrentamento da situação. Isso se expressa quando se examinam as diferenças nos números de óbitos em regiões distintas e quando se analisam aspectos como renda, raça, escolaridade e condições de moradia.

Dentro dessa perspectiva, Judith Butler (2022) desenvolve uma reflexão crítica sobre como a desigualdade social está intimamente ligada à desigualdade na enlutabilidade, ou seja, ao reconhecimento de certas vidas como dignas de luto enquanto outras são desvalorizadas ou ignoradas. Ela argumenta que a desigualdade social não pode ser completamente compreendida sem considerar determinados enquadramentos epistemológicos, que molduram quais vidas são qualificadas enquanto vidas. Esses “quadros” restringem como diferentes grupos e populações são emolduradas e direcionam o lugar da comoção, do pranto e do luto. Tal distribuição desigual da enlutabilidade, segundo Butler (2022), não é um aspecto acessório, mas componente essencial da desigualdade social e da violência sistêmica.

A designação, explícita ou implícita, de grupos como não-enlutáveis implica que eles podem ser submetidos à violência ou abandonados à morte sem que isso cause qualquer consequência significativa no nível social ou político. Populações consideradas não-enlutáveis são frequentemente vistas como dispensáveis ou se tornam alvos de negligência ou violência institucional. A negligência não exige necessariamente uma vontade deliberada ou formalizada por parte de indivíduos ou instituições; é muitas vezes efeito estrutural de políticas e sistemas que operam para excluir certas vidas do campo da proteção e do reconhecimento. Ou seja, a desigualdade na enlutabilidade é uma forma de violência institucional, que não se manifesta

¹⁵ Para mais detalhes, ver: EVANGELISTA, Ana Paula. Negros são os que mais morrem por covid-19 e os que menos recebem vacinas no Brasil. **Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio**, Rio de Janeiro, 2021.

apenas em atos explícitos, também é perceptível em políticas e práticas que abandonam alguns grupos à morte ou à precariedade, seja por meio da exclusão de direitos básicos, do racismo estrutural, seja da desumanização de legislação específica. Nesse contexto, a exclusão dessas vidas do campo do luto público reflete uma necropolítica, isto é, uma lógica de gestão de populações que decide quem vive e quem pode morrer (BUTLER, 2022; MBEMBE, 2016).

No contexto pandêmico, essa realidade foi amplamente visível nas decisões políticas e econômicas que priorizaram a retomada do mercado, mesmo diante de novos picos de infecção e variantes do vírus, como já discutido no primeiro capítulo. Butler (2022) enfatiza que a racionalidade mercadológica utilizada para a aplicação dessas escolhas além de ter invisibilizado mortes, ainda tornou aceitável como "custo necessário". A curva epidemiológica, com suas linhas e números abstratos, não representa corpos vivos, mas se torna, nesse discurso, um meio de apagamento de vidas. Ela documenta mortes, legitima sua normalização, estabelecendo um nível de mortalidade, considerado "razoável" dentro da lógica econômica (BUTLER, 2022).

Assim, a filósofa faz uma crítica à chamada "falsa consolação" do modelo de custo-benefício, que reduz a saúde e a vida humana a números, porcentagens e gráficos. Esses dispositivos de representação, como as curvas epidemiológicas, convertem-se em ferramentas que, mais do que ilustrar a realidade, reconfiguram-na. Quando se celebra que uma curva de mortes foi "aplainada", por exemplo, o foco recai sobre a estatística diminuta, sem uma reflexão ética mais profunda sobre o significado das vidas perdidas ou sobre as condições que proporcionaram essas perdas inevitáveis. Para Butler, essa é uma abordagem que desumaniza as vítimas, transformando vidas humanas em abstrações simples (BUTLER, 2022).

A autora afirma que as representações gráficas ilustram as mortes, mas não ficam restritas a isso, são relevantes ainda para sua normalização (BUTLER, 2022). Elas estabelecem o número aceitável de mortes que a sociedade pode tolerar para garantir a continuidade do mercado. Fica refletida, nesse processo, uma dinâmica necropolítica, em que há grupos — como trabalhadores pobres, racializados ou marginalizados — vistos como sacrificáveis. A curva epidemiológica, então, é reflexo das condições de mortalidade, além de ser um mecanismo que ajuda a estabilizar e justificar essas condições dentro da lógica do capitalismo. Butler (2022) conecta a discussão à necropolítica, conceito de Achille Mbembe (2016) que debate como o poder político decide quem vive e quem morre. A figura da "saúde da economia" — também vista no primeiro capítulo — construída como algo vital e superior, exige o sacrifício de corpos reais para sustentar sua "vida" abstrata. Essa dinâmica evidencia a "pulsão de morte" (BUTLER, 2022, p. 58) que, segundo Butler, é cerne da máquina capitalista. A economia não

só requer apenas a exploração da vida humana, mas, em contextos de crise, transforma essa exploração em um mecanismo de destruição ativa, drenando vidas humanas para sustentar sua própria existência.

A política da desinformação promovida pelo governo Bolsonaro durante a pandemia reforça a crítica elaborada por Judith Butler (2022) sobre a abstração da vida humana na racionalidade mercadológica. O governo adotou uma estratégia comunicacional que banalizava a gravidade da crise sanitária, minimizava o impacto das mortes e amplificava narrativas que priorizavam a economia sobre a saúde pública. Sua postura sustentava-se em discursos que deslegitimavam as recomendações científicas, promoviam tratamentos ineficazes e desqualificavam medidas de controle, como o isolamento social e a vacinação, alinhando-se à lógica do custo-benefício criticada por Butler (2022).

Quando transposto para o contexto das populações faveladas e periféricas, essa dinâmica assume contornos ainda mais perversos. A pandemia de covid-19 trouxe à tona, de forma dramática, as formas como a necropolítica opera cotidianamente nas comunidades, ao estabelecer quem pode alcançar os recursos necessários para viver e quem é abandonado à própria sorte. A figura da "saúde da economia", mencionada por Butler (2022), é central para compreender como o Estado, em sua articulação com o capitalismo, estabelece prioridades que reduzem os corpos favelados e periféricos ao status de descartáveis. No contexto da pandemia, isso se manifestou na ausência de políticas públicas eficazes para proteger as populações de quem trato aqui, ora pela dificuldade de atendimento nos serviços básicos de saúde, que já há muito tempo estavam desgastados¹⁶, ora pela ausência de medidas concretas de proteção social, como o auxílio emergencial, frequentemente insuficiente ou inacessível para muitos, ou pela produção de conteúdo desinformativo. Ao mesmo tempo, mobilizou-se amplamente o discurso da "retomada econômica" para justificar a exposição de trabalhadores informais, muitos dos quais vivem em favelas e periferias, a condições de alto risco, tornando-os peças sacrificiais na manutenção do sistema (MACHADO, 2021).

Nesse contexto, a necropolítica se articula com as políticas de segurança pública que frequentemente militarizam favelas e periferias sob o pretexto de combate ao crime (LEITE *et al.*, 2018). A militarização, no entanto, atua como extensão do mesmo poder que decide quem pode viver e quem deve morrer. Durante a pandemia, a violência estatal não cessou; pelo

¹⁶ Para maiores informações: SCAFFO, Daniela. São Gonçalo é um dos municípios com pior investimento em saúde pública na região metropolitana. **O São Gonçalo**. São Gonçalo, 22 jan. 2019. Disponível em: <https://www.osaogoncalo.com.br/geral/56879/sao-goncalo-e-um-dos-municipios-com-pior-investimento-em-saude-publica-na-regiao-metropolitana>. Acesso em: 30 maio 2024.

contrário, continuou a produzir mortes por meio de operações policiais, em reforço à ideia de que esses territórios são espaços de experimentação de políticas de morte, tanto pelo vírus, quanto pelas armas do Estado.

A pulsão de morte que sustenta a máquina capitalista, conforme sugere Butler (2022), está intrinsecamente ligada à administração desigual da vida e da morte. No Brasil, a crise sanitária escancarou como os corpos das periferias e favelas são sistematicamente drenados para sustentar uma economia que, paradoxalmente, nunca incluiu plenamente essas populações. Com isso, a pandemia revelou e intensificou as políticas de morte que há décadas estruturam as relações entre o Estado e as populações marginalizadas, consolidando um ciclo de exploração e destruição que, para meu desespero, parece não ter fim.

Além disso, o discurso governamental sobre a pandemia ignorou as particularidades das favelas e periferias. Embora o governo tenha utilizado, mesmo que minimamente, um discurso entendido como científico para justificar as estratégias de combate à pandemia (DUARTE; BENETTI, 2022), suas políticas desconsideraram as carências, necessidades e recursos de certas localidades marginalizadas. Nesse sentido, as políticas públicas foram formuladas a partir da perspectiva das classes média e alta, enquanto as necessidades e realidades das classes mais baixas não foram adequadamente consideradas (FLEURY; MENEZES; MAGALHÃES, 2021).

A partir dessa constatação, Sônia Fleury, Palloma Menezes e David Magalhães (2021) destacam o aspecto simbólico e discursivo das práticas de poder. Quer dizer, o discurso governamental que ignorou as necessidades das favelas e periferias tem um peso simbólico significativo, por sugerir que essas populações são menos importantes que as classes média e alta, modo com que evidenciam estigmas e desigualdades. Esses aspectos discursivos expõem como o poder é mantido através da linguagem: usar um discurso que reivindica a autoridade do campo científico para justificar políticas, sem considerar as realidades de certas áreas, exemplifica uma prática excludente, que marginaliza essas populações por não conectar as políticas às suas necessidades específicas (FLEURY; MENEZES; MAGALHÃES, 2021).

Desse modo, quando o discurso governamental ignora particularidades das favelas e periferias, o Estado reforça uma visão negativa sobre os moradores dessas áreas, além de culpá-los por não conseguirem se adaptar às normas impostas pela pandemia. Assim, Fleury, Menezes e Magalhães (2021) mobilizam a ideia de institucionalismo discursivo, que aponta para a necessidade de considerar, para além do conteúdo do discurso, seu processo de interação em seu contexto institucional. Ou seja, é crucial analisar não apenas o que é dito pelo governo, mas também como as falas se inserem e se propagam dentro das instituições. As políticas públicas, portanto, criam circunstâncias excludentes, desrespeitam os moradores das favelas e dificultam

que sejam vistos como membros moralmente competentes na construção e tomadas de decisões políticas.

Assim, a crise da pandemia do novo coronavírus expõe com maior nitidez as desigualdades urbanas históricas que estruturam nossas grandes cidades. Essas desigualdades não são isoladas; elas se acumulam ao longo do tempo, formando camadas que tornam a vida nas favelas e periferias ainda mais difíceis. No período da pandemia, as desigualdades se agravaram devido à intensificação de processos de precarização das condições de vida nessas áreas, processos que muitas vezes são promovidos intencionalmente por diferentes governos, quer pela omissão, quer pela implementação de políticas públicas insuficientes ou inadequadas. Desse modo, a crise sanitária revelou e aprofundou vulnerabilidades de contextos já marginalizados, evidenciando formas de perpetuação de dinâmicas históricas.

Em síntese, mesmo diante de seu enorme potencial de alcance mundial e alta transmissibilidade, a pandemia da covid-19 não afetou todos da mesma maneira, de modo universal, diferenciando-se em seus efeitos, modos de enfrentamento e tratamento dos enfermos, a depender da região e grupos afetados. Não por acaso, conforme menciona Ricardo Antunes (2022), “[...] foi nas periferias que as trabalhadoras negras e os trabalhadores negros, além das comunidades indígenas, sofreram os mais altos índices de letalidade por covid-19” (ANTUNES, 2022, p. 9). A população mais pobre das camadas periféricas que trabalha na informalidade e suporta os mais altos níveis de desemprego foi mais atingida pela pandemia, e não exclusivamente pelo vírus. Embora alguns grupos sociais pudessem isolar e acessar recursos de proteção, como vacinas, cuidados médicos e condições de trabalho remoto, outros foram obrigados a permanecer na linha de frente, muitas vezes sem as garantias mínimas de segurança. Eram trabalhadores essenciais, em sua maioria de classes sociais mais baixas, comunidades racializadas e outras populações vulneráveis, expostos de forma desproporcional ao vírus (MACHADO, 2021).

Ademais, a uniformidade do risco, da doença e do cuidado, enquanto prerrogativas para evitar, controlar a disseminação do vírus e tratar as pessoas contaminadas, é questionável diante das desigualdades socioeconômicas, culturais, políticas, territoriais, raciais, entre outras. Dessa maneira, retornando a Segata (2020), antropologicamente, a ocorrência de uma pandemia não se dá apenas pelo vírus, ele é um entre os agentes que intensificam, propiciam, dão forma e extensão à ocorrência de um evento pandêmico.

[...] um vírus sozinho não faz pandemia, tampouco explica a doença que pode resultar do contato com ele. Há sempre um emaranhado mais ou menos contingente que estabelece condições favoráveis para que um evento como este ganhe forma, extensão e intensidade. Então, falta d'água em inúmeras comunidades faz pandemia.

Negacionismo e *fake news* fazem pandemia. Racismo estrutural e ambiental, desigualdades de gênero e falta de acesso a direitos fundamentais fazem pandemia. Uma economia precária, que impede que toda a população se isole e viva o tempo do cuidado com segurança, faz pandemia. Ônibus lotado, linhas de produção a todo vapor, comércio aberto. A lista é grande e o vírus é só um dos itens dela (SEGATA, 2020, p. 8).

Assim, conforme a antropologia da saúde já aponta há anos, doenças não são somente fenômenos biológicos, uma vez que tanto suas causas, quanto suas consequências estão, indissociavelmente, relacionadas a aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos (SARTI, 2010). Desse modo, a desinformação, nos termos discutidos no capítulo anterior, pode ser entendida como um aspecto determinante entre os que influenciaram na saúde dos indivíduos no contexto. Durante a pandemia, foi possível observar tal dinâmica, pois, além das questões sanitárias impostas pelo vírus da covid-19, que causou colapso na saúde pública e levou milhares de brasileiros a óbito, a alta circulação de desinformação nas plataformas digitais impactou de forma intensa a saúde das pessoas e deu contornos sobre os modos como seguiríamos as recomendações feitas para evitar a proliferação do vírus e reduzir os danos por ele causados.

2.3 BemTV e o Projeto Jovens Comunicadores: comunicação comunitária, protagonismo de jovens e combate à desinformação

Diante do cenário pandêmico, buscando ser uma das respostas às preocupações que existiram sobre o impacto da covid-19 nas favelas e periferias, surgiu o projeto *Jovens Comunicadores em Saúde- Edição Covid-19*, implementado pela Associação Experimental de Mídia Comunitária, mais conhecida como BemTV. Surgida no início dos anos 1990, na cidade de Niterói-RJ, tem também como campo de atuação a cidade vizinha, São Gonçalo. A associação foi criada com a intenção de possibilitar a produção de conteúdo em diferentes plataformas de mídia sobre as lutas comunitárias que aconteciam na região, em conjunto com a população local, conforme relatado por interlocutores.

A entrevista com a coordenação do projeto ocorreu presencialmente, na sede da BemTV, localizada no centro de Niterói, próximo ao Morro do Estado. A ONG ocupa uma casa térrea e ampla, cuja entrada, configurada como uma sala comum, conta com uma grande mesa de reunião ao centro, uma estante repleta de livros, revistas e prêmios, que denotam a trajetória e o reconhecimento da organização. Fui recebida por Paula, coordenadora executiva da BemTV

e uma das idealizadoras do *Projeto Jovens Comunicadores – edição covid-19*. Paula foi minha principal interlocutora em campo, tendo oferecido tanto a entrevista mais longa, com detalhes da BemTV e do projeto, bem como facilitado meu acesso a uma série de registros e materiais que serão analisados ao longo desta seção e do próximo capítulo.

Conforme relatado por Paula, antes de a BemTV se tornar uma ONG, ela era um movimento de estudantes de comunicação da Universidade Federal Fluminense (UFF), situada em Niterói. Os estudantes participaram de um encontro de comunicação popular e, ao retornarem, sentiram a necessidade de articular com lideranças comunitárias e movimentos sociais os registros das lutas locais e divulgar o material daí produzido no próprio território, para que a população tivesse conhecimento dos conflitos que ocorriam. Com isso, visavam a fomentar o debate público sobre o que era noticiado, sendo os jovens os que mais se interessaram pelo projeto. Então, diante da percepção do interesse dos jovens pela comunicação comunitária, a BemTV modificou seu plano de ação com a criação de oficinas de capacitação e formação de jovens nas áreas de tecnologia de informação e comunicação, com o objetivo principal de fortalecer a juventude com um investimento não só técnico, mas também social. O primeiro curso se chamava “Vem me ver na TV”. Depois, a primeira turma, composta por 30 jovens do Morro do Preventório em Niterói, formou-se e aperfeiçoou as oficinas, construindo, em 2003, o projeto *Olho Vivo*, que existe até hoje.

Segundo descrito no material compartilhado comigo, o projeto *Olho Vivo* trabalha de forma modular com duração de cinco meses, incentivando e oferecendo apoio técnico e teórico por meio das oficinas divididas em “disciplinas” voltadas para produção de roteiro, fotografia, edição, audiovisual, desenvolvimento de aplicativos e disciplinas relacionadas a questões sociais e ambientais. Além disso, o trabalho de formação de jovens, segundo meus interlocutores participantes do projeto, nunca é feito sem antes reconhecer e dialogar com quem já trabalha no território. O intuito é construir com a rede local a proposta do projeto, para direcionar as ações conforme a demanda local e assim desenvolver um trabalho em conjunto. Esses jovens são chamados Jovens Comunicadores, como relatou Paula.

Paula, coordenadora executiva da BemTV desde 2019, mulher, branca, explica o que é ser um jovem comunicador:

Paula [coordenadora geral do projeto]: A gente faz formação em audiovisual e fotografia nos territórios desde os anos 2000, que é o Projeto Olho Vivo, né? E quando os meninos acabavam de fazer a formação eles falavam: “Olha, a gente quer trabalhar comunicação.” Então eles montavam grupos para produzir o que eles quisessem e a gente dava suporte. Então, jovem comunicador era um desdobramento de todos os projetos formativos nossos. Todo jovem que passa pela BemTV é um jovem comunicador, independentemente de ter feito o Projeto Jovem Comunicador ou Olho Vivo. A gente trabalha com formação e comunicação popular e Comunitária, mas o

diferencial do Olho Vivo é que ele é uma metodologia de construção de rede de comunicação popular e comunitária. Esse é o diferencial desse projeto. Então quando a gente fala: “isso é um projeto”, tem uma metodologia própria (Trecho da Entrevista).

A construção e a proposta de ação da BemTV dialogam com a ideia de comunicação popular proposta por Leonardo Custódio (2021), em que pessoas historicamente mais vulnerabilizadas, cujos direitos são violados, organizam-se coletivamente para produzir ações em redes, utilizando meios, técnicas e ferramentas de comunicação disponíveis para mobilizar mudanças sociais e comunicar suas demandas a partir de seus próprios termos. Com isso, as práticas de comunicação popular passam a fomentar a democratização da mídia mediante participação comunitária e direcionam sua atuação para a valorização das causas locais. Em contextos de luta por mais direitos e menos desigualdades, a comunicação popular se torna frequentemente um espaço em que são expressas e compartilhadas as demandas comunitárias dos grupos mais vulnerabilizados.

No ano de 2020, ao tentar dar continuidade às oficinas do projeto Jovens Comunicadores, com uma nova turma de formação e capacitação de jovens em comunicação, o projeto, assim como todo o resto do mundo, foi surpreendido pela pandemia. Desse modo, de forma imediata, houve uma reformulação de atuação: ocorreu uma adaptação das oficinas, que passaram a ser realizadas de forma remota via videoconferência, pretendendo a manutenção dos vínculos com os jovens já inscritos. Além disso, foram ofertadas mais vagas para alcançar mais jovens, que passaram a receber uma bolsa no valor de 250 reais até o final do curso formativo, com duração de três meses. Vale destacar que, antes da pandemia, a BemTV não fazia transferência de renda. Ou seja, em contraste com o esperado em um contexto de crise, no qual os recursos tendem a se tornar escassos, o projeto conseguiu ampliar a quantidade de vagas oferecidas.

A execução dessas ações foi viabilizada por uma política pública essencial promovida pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ). Por meio das leis nº 8.803/20 e nº 8.972/20, foram destinados R\$ 20 milhões do Fundo Especial da ALERJ para a Fiocruz.

O edital da ação foi estruturado para beneficiar favelas em todo o estado do Rio de Janeiro, com prioridade para projetos que abordem pelo menos duas das sete áreas estratégicas: apoio social, comunicação e informação, saúde mental, proteção individual e coletiva, testagem, rastreamento e isolamento, educação e promoção de territórios saudáveis e sustentáveis. A abordagem multidimensional mostra a preocupação em atender às demandas específicas das comunidades de forma inclusiva e integrada.

Assim, o projeto que já existia ganhou uma edição para o momento pandêmico: *Jovens Comunicadores – Edição Covid-19*. Segundo Paula, foi criada uma metodologia que tinha a seguinte triangulação: uma transferência direta de renda para os jovens comunicadores por meio de bolsas; uma formação intensiva sobre desinformação e comunicação em saúde no contexto da pandemia, e a construção de uma rede capilarizada nos territórios, para o compartilhamento de informações, conforme relatado. Nesse contexto, segundo a metodologia proposta para a edição, os jovens adaptariam, produziram e compartilharam informação para os seus territórios a partir de listas de transmissão no WhatsApp, de maneiras sobre as quais falarei um pouco mais adiante. Para este momento, cabe enfatizar, então, que, como explicado por Paula, o projeto nasceu com os seguintes objetivos: enfrentar a desinformação por meio da atuação de jovens engajados na comunicação comunitária, garantir uma formação para isso, produzir informações seguras sobre a pandemia e estabelecer um fluxo de transferência direta de renda.

Paula [coordenadora geral do projeto]: O Projeto Jovens Comunicadores, eu acho que são dois movimentos. Assim, ele surge com o anúncio da pandemia, há um desespero nosso de olhar para os territórios que a gente atendia e pensar: “o que que a gente faz agora com a nossa juventude? Como é que a gente pensa a informação no território de uma forma que não seja moralizante e nem violenta, mas que seja concreta, de acordo com as realidades dos territórios? Porque a gente percebia que o imperativo decreto “fica em casa!”, ele era restrito com uma população que tinha ali a vida garantida, né? Que o resto da população estava no trabalho, estava trabalhando e que a gente precisava criar estratégias, aonde essas informações chegassem nos territórios de forma segura e disputando a narrativa com a desinformação. Na internet tinha muita informação sendo produzida, mas para produzir descuido, né? Desinformação geral, a gente tinha pouco dinheiro tinha um recurso aprovado numa lei de incentivo municipal que era para outro projeto que era um projeto *Olho Vivo* presencialmente, e a gente falou: “a gente precisa fazer alguma coisa. Não dá para ficar com dinheiro na conta, com a informação chegando de forma atravessada e com os jovens sem garantia de renda” (Trecho da Entrevista).

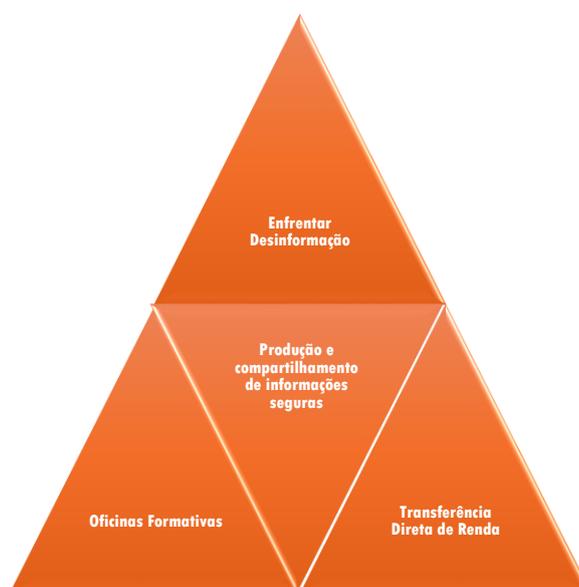
Como se vê, a fala de Paula evidencia a complexidade de lidar com a comunicação e a desinformação em contextos de vulnerabilidade, sobretudo em tempos de crise como a pandemia. A desinformação, aqui, não é tratada como questão isolada, simplificada ao confronto entre “verdade” e “fake news”. Ao contrário, ela é profundamente articulada com questões estruturais, como a desigualdade social, a precariedade das condições de vida nos territórios de atuação da BemTV e a juventude como um grupo central na produção e disseminação de narrativas locais. É um tratamento que ressalta a importância de considerar as especificidades dos contextos periféricos, nos quais as narrativas oficiais — como o “fica em casa” — são insuficientes ou mesmo descoladas da realidade cotidiana, dado que muitas famílias dependiam do trabalho informal para sobreviver.

Outro ponto fundamental é o deslocamento estratégico de recursos e do enfoque de ação. A BemTV, ao redirecionar um recurso originalmente destinado a atividades presenciais para o

contexto emergencial da pandemia, demonstra capacidade de leitura do território e sensibilidade em adaptar suas práticas às necessidades concretas da população local. Essa reconfiguração do projeto, que se torna o *Jovens Comunicadores*, articula comunicação comunitária, juventude e disputas narrativas no território, em oposição à desinformação.

Elaborei a figura abaixo com o objetivo de sintetizar minha análise sobre as principais frentes de ação do *Projeto Jovens Comunicadores – Edição Covid-19*, conforme descrito no relato de Paula.

Figura 3 – Triangulação Metodológica do Projeto Jovens Comunicadores – Edição Covid-19



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Paula relatou as dificuldades enfrentadas para garantir suporte financeiro, apontando que muitos colaboradores priorizavam a entrega de cestas básicas, em detrimento de contribuições monetárias diretas. Viviane Mattar (2023), em sua tese, relata um episódio que evidencia a situação. Durante uma atividade de distribuição de doações, a pesquisadora se aproximou de uma mulher chamada Luiza para oferecer doações. De forma direta, Luiza perguntou se, como contrapartida à doação, seria exigido que ela fornecesse fotos de suas crianças, algo que ela não autorizava. A questão levantada por Luiza reflete uma prática comum em projetos sociais: a solicitação de registros fotográficos e depoimentos de quem recebe doações. Tal prática responde à necessidade de prestar contas a doadores, sejam indivíduos ou empresas, que frequentemente demandam comprovações de que os recursos destinados estão sendo utilizados conforme prometido.

Embora compreensível em um contexto de vulnerabilidade alimentar, Paula conta que, essa prática tradicional de assistência não atendia às necessidades imediatas dos jovens, limitando sua autonomia e capacidade de engajamento pleno no projeto. A coordenadora enfatizou que, para os jovens, o auxílio financeiro representava uma oportunidade de investimento em suas habilidades e na produção de conteúdos que poderiam beneficiar suas comunidades. O suporte em dinheiro possibilitaria satisfação de necessidades básicas e daria condições e capacidade de participar ativamente do projeto, permitindo um envolvimento mais significativo e comprometido.

Paula: [...] um dos nossos financiadores virou pra gente e falou assim: “Quantos jovens vocês atendem? Porque a gente tem como disponibilizar cesta básica. E a gente falou: “Olha, a gente não quer cesta básica, a gente quer dar continuidade nesse projeto que a gente iniciou, então a gente quer pagar bolsa!” Aí eles: “Ah, mas não pode, que não sei o quê... não é possível... era cesta básica para distribuir no território.” Bolsa não da foto, né? imagina, ninguém vê. Daí a gente negocia, tensiona, bá bá bá bá bá bá... aí a gente consegue (Trecho da Entrevista).

Uma dimensão central para a construção do projeto, conforme relatado por minha interlocutora, foi que a reformulação das ações só se tornou viável graças à articulação em rede com lideranças comunitárias, organizações sociais e parceiros que já atuavam em Niterói e São Gonçalo. Esses atores, mesmo antes da pandemia, já apoiavam as iniciativas da BemTV, o que possibilitou uma ação conjunta com 28 organizações sociais daquelas localidades. Entre as organizações envolvidas destacam-se o Coletivo Intervezes, o Jornal do Preventório, o Centro Comunitário do Jardim Catarina e o *Nós Por Nós – Por mais direitos e menos desigualdades sociais*, uma organização comunitária de São Gonçalo da qual faço parte.

Durante a crise sanitária, os parceiros foram mobilizados como colaboradores, assumindo papel essencial na realização das oficinas e na divulgação para a inscrição dos jovens no projeto. Além disso, havia uma compreensão compartilhada de que a pandemia impactara negativamente a atuação dos movimentos e organizações sociais nas favelas. Nesse contexto, a iniciativa também se configurou estratégia para apoiar esses movimentos, colaborando para que permanecessem ativos e em funcionamento, mesmo diante das adversidades impostas pelo cenário pandêmico.

Considerando minha atuação na *Organização Comunitária Nós por Nós – Por mais direitos e menos desigualdade social*, pude vivenciar as consequências da pandemia que impediram ou limitaram nossa atuação devido à falta de recursos. No entanto, não interrompemos nossas atividades e mantivemos as aulas do pré-vestibular de forma remota, considerando todos os obstáculos impostos pelo ensino remoto naquela ocasião. Nesse contexto, disponibilizamos *chips* para *smartphone* para os alunos do pré-vestibular e

conseguimos recursos para a distribuição de cestas básicas no Jardim Catarina, além de atuarmos na luta contra a realização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) em 2020¹⁷. Com o apoio da BemTV, tivemos a oportunidade, a convite de Dona Rose, de expandir nossa atuação para uma nova frente, voltada para a divulgação de informações sobre a pandemia. Assim, o *Nós por Nós – Por mais direitos e menos desigualdade social* é um exemplo de uma de organização que participou do *Projeto Jovens Comunicadores – Edição Covid-19*.

Ao longo da minha experiência em movimentos sociais, pude perceber que as organizações sociais sem status formal de ONG enfrentam uma série de desafios estruturais quando se trata de obter financiamentos e apoio institucional, principalmente quanto ao atendimento a editais, que são processos de seleção de propostas para concessão de recursos, em sua maioria, de entidades públicas ou privadas. Os editais costumam ser uma das principais formas de viabilizar projetos sociais, permitindo que as organizações busquem recursos para suas ações. No entanto, para muitas das entidades, especialmente aquelas ainda não formalizadas institucionalmente, o edital se torna um obstáculo, pois exige uma documentação específica de que nem todas as iniciativas dispõem.

A formalização de uma organização envolve uma série de processos burocráticos e custos financeiros, como contratação de contador, advogado, pagamento de taxas para emissão de documentos e registros, entre outros. Os custos em questão são uma barreira significativa para suas atividades, especialmente para grupos que atuam em comunidades de baixa renda, onde muitas vezes os recursos disponíveis são escassos e as prioridades para a execução das atividades de impacto direto na comunidade são externas. Assim, o processo de formalização acaba sendo adiado ou mesmo deixado de lado, o que limita a capacidade de lidar com editais mais vantajosos, pois muitos dos processos exigem um Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), um estatuto social registrado e uma série de outros documentos formais.

¹⁷ Os estudantes brasileiros se mobilizaram contra a realização do ENEM em 2020 devido às condições desiguais e precárias impostas pela pandemia de COVID-19, que escancararam e ampliaram as desigualdades educacionais no país. A principal preocupação girava em torno da falta de equidade entre os candidatos, considerando que grande parte das escolas públicas enfrentou dificuldades para manter o ensino remoto em funcionamento. Movimentos estudantis, organizações da sociedade civil e até instituições de ensino argumentaram que a manutenção do exame nessas condições prejudicaria principalmente estudantes de baixa renda e das periferias, aprofundando as desigualdades educacionais e comprometendo a democratização do acesso ao ensino superior. A campanha #Adia ENEM ganhou força nas redes sociais, sendo amplamente difundida por jovens e apoiada por educadores e especialistas em educação. Apesar da pressão social, o governo optou por manter a prova com um adiamento limitado, o que manteve as críticas sobre a falta de equidade no processo. Para mais informações: UBES cria site DENUNCIA ENEM para receber e encaminhar relatos. **UBES**. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://www.ubes.org.br/2021/denuncia-enem-ubes-abre-canal-para-receber-e-encaminhar-relatos/>. Acesso em: 20 maio 2024.

Nesse sentido, por ser uma ONG formalizada, e com atuação sólida há um certo tempo, o que inclui experiência na captação de recursos, a BemTV pôde de participar seleções propostas por editais públicos e privados mais robustos, tanto em 2020 quanto em 2021, o que lhe permitiu garantir recursos para a execução de suas atividades durante a pandemia, e auxiliar movimentos e organizações comunitárias que não disponibilizavam dos mesmos recursos. Com a formalização, a BemTV foi capaz de acessar uma gama de financiamentos e apoios institucionais, facilitando sua atuação em um contexto de crise sanitária global, quando muitos recursos estavam sendo redirecionados para emergências. A institucionalização da BemTV abriu portas para obtenção de recursos e possibilitou a participação em projetos colaborativos com outras organizações e parceiros estratégicos, garantindo uma atuação mais eficiente e ampliada, algo que seria difícil para uma organização sem tal status formal.

Considerando a ação da BemTV durante a pandemia, principalmente sua articulação com outras organizações sociais e comunitárias, destaca-se ainda a forma com que sua atuação está voltada para jovens em situações particulares de vulnerabilidade social ou econômica. Nessa direção, retomo uma situação ocorrida na preparação para a entrevista com Paula, na sede da BemTV. Quando estávamos para começar a entrevista, o celular da minha interlocutora tocou, ela me pediu licença e foi até um outro cômodo atender a ligação. Enquanto aguardava, observei, sentado à mesa, um jovem rapaz negro, aparentando não mais que quinze anos. Ele estava com a cabeça baixa e, embora eu tentasse iniciar uma conversa, suas respostas eram curtas e quase inaudíveis. A sensação era de que ele preferia se manter à parte, focado no notebook à sua frente.

Após finalizar a ligação, Paula retornou para a sala e me fez uma apresentação formal do jovem. Ela explicou que ele era o mais novo comunicador do projeto. Virando-se para ele, Paula, com uma voz suave e um olhar que pode ser compreendido como afetuoso, fez questão de destacar que aquele espaço também lhe pertencia e que ele poderia utilizá-lo sempre que desejasse. O jovem, ainda com a cabeça baixa, respondeu com um leve aceno, como quem entendeu o recado dado.

Uma das monitoras, que é psicóloga, chegou ao espaço, nos cumprimentou e levou o jovem para um outro endereço, onde aconteceria uma atividade do projeto. Assim, Paula e eu ficamos à sós para dar início à entrevista. Entretanto, antes de começarmos, minha interlocutora me informou que o jovem, quieto e discreto, era morador do Morro W e estava no projeto cumprindo uma medida socioeducativa. Ela então ressaltou a importância da BemTV na região, sublinhando seu papel fundamental na transformação de jovens em situação de vulnerabilidade e na prevenção de seu envolvimento com o tráfico de drogas.

O episódio me marcou e, inicialmente, gerou dúvidas sobre a pertinência de narrá-lo, considerando que está se trata de uma pesquisa sobre um projeto voltado à divulgação de informações durante a pandemia. Contudo, ao refletir sobre *o Projeto Jovens Comunicadores – Edição Covid-19* à luz de um artigo de Lia Rocha (2012), identifiquei a relevância de trazer essa situação para a análise. Inspirando-me na socióloga, tomo emprestadas duas de suas categorias centrais para compreender a atuação da BemTV no contexto de projetos sociais de maneira mais ampla e que, a meu ver, são particularmente aplicáveis ao caso: vulnerabilidade social e risco social.

De acordo com Rocha (2012), a vulnerabilidade social, é uma categoria promovida por organismos internacionais como alternativa ao conceito de pobreza, regula as múltiplas dimensões das desigualdades, indo além das medidas econômicas. O risco social, por sua vez, reflete a convivência com o perigo e se aplica principalmente a jovens que vivem em condições de desvantagens, constantemente expostos a contextos de violência urbana, como vítimas ou agentes. Essas categorias legitimam a criação e a execução de projetos sociais, enquanto indicam como as intervenções nos territórios são definidas: como ações de curto prazo, que oferecem soluções pontuais para problemas estruturais, mas que também reforçam uma lógica de mercado e uma visão instrumental de gestão da pobreza e da criminalidade.

Desse modo, a atuação dos projetos é ambivalente: por um lado, pontual e por vezes conectada de maneira fragmentada ou distante com as prioridades dos moradores, pode replicar dinâmicas históricas de gestão política de grupos marginalizados. Por outro, sua atuação também passa a fazer parte de uma complexa rede de relações locais, por meio das quais grupos locais, famílias e moradores estabelecem uma série de fluxos e processos que, embora implicados nessa assimetria de poder, permitem algumas ações de potencialização das trajetórias dos sujeitos (ROCHA, 2012).

Esse enquadramento, segundo a autora, mantém e atualiza mecanismos de controle sobre a população das favelas. A ideia de que as favelas são um mal a ser contido, e de que seus moradores colaboram com o tráfico de drogas, justifica políticas que tratam a favela como um problema a ser resolvido, muitas vezes por meio de ações que combinam repressão e controle social (ROCHA, 2012). A construção de discursos sobre o "risco social", embora possa parecer desalinhada com a realidade de algumas favelas específicas, acaba reforçando uma lógica predominante de estigmatização e intervenção. Ao mesmo tempo, os jovens dessas comunidades demonstram entusiasmo e aderência aos projetos sociais, possibilitando um sentimento de identificação e representação promovidos por tais organizações.

Assim, a BemTV, por meio do *Projeto Jovens Comunicadores – edição Covid-19*, exemplifica o potencial das ONGs em promover ações transformadoras em territórios vulnerabilizados, ao mesmo tempo que evidencia os desafios estruturais e conceituais das intervenções. Durante a pandemia, a iniciativa concentrou-se na disseminação de informações, um esforço fundamental em contexto de desinformação e precarização ampliada. A escolha por jovens moradores de favelas como protagonistas reflete a tentativa de articular dois repertórios discutidos por Lia Rocha (2012): o da identidade cultural, que valoriza a experiência e o conhecimento local, e o dos projetos sociais, que opera dentro das lógicas de vulnerabilidade e risco social.

O projeto, no contexto pandêmico, desempenhou papel crucial ao responder às vulnerabilidades intensificadas pela pandemia, oferecendo ferramentas aos jovens para narrar sua realidade e reivindicar protagonismo em um cenário marcado pela exclusão. Contudo, ele não está imune às contradições inerentes ao modelo de projetos sociais, que, mesmo de forma não intencional, podem reforçar lógicas de controle e estigmatização.

A relevância da BemTV nesse cenário está em sua tentativa de subverter a lógica dominante, criando um espaço de acolhimento e empoderamento para os jovens. Além disso, a organização evidencia a necessidade de reconfigurar os projetos sociais para que estejam mais alinhados às demandas e dinâmicas locais. É importante destacar seu esforço em dialogar ativamente com os movimentos locais durante a pandemia, buscando fortalecer suas ações em vez de se submeter diretamente às exigências de financiadores interessados na reprodução de registros visuais da "vulnerabilidade" ou em concentrar os recursos exclusivamente no âmbito da própria organização.

2.3.1 A juventude no centro: os jovens Comunicadores

Para a realização desta pesquisa, além de analisar o funcionamento estrutural e metodológico do projeto, é essencial considerar a perspectiva dos jovens para além da visão de um público-alvo, mas como protagonistas centrais da iniciativa, já que são eles que dão nome ao projeto. Nesse sentido, selecionei três jovens, com idade entre 20 e 24 anos à época da pandemia. Foram entrevistadas duas mulheres negras e um homem branco, todos cisgênero, residentes nos municípios de São Gonçalo e Niterói e atuaram no projeto durante os anos de 2020 e 2021. Seus nomes foram substituídos por pseudônimos.

Os participantes apresentavam perfis variados: enquanto alguns já possuíam tinham de envolvimento em movimentos sociais e organizações comunitárias, outros iniciaram sua trajetória de engajamento social por meio da BemTV. As entrevistas, realizadas em formato virtual, adotaram um modelo semiestruturado, permitindo a criação de um espaço aberto para que os jovens compartilhassem suas experiências, reflexões e perspectivas. Foram abordados temas como motivação para integrar o projeto, impactos dessa experiência em suas trajetórias pessoais e os desafios enfrentados ao longo do processo.

Ativar a memória dos jovens para que compartilhassem relatos de suas experiências durante a pandemia e sua participação no projeto foi, para minha surpresa, tarefa mais fácil do que eu esperava. O impacto de viver uma pandemia se revelou um marco significativo na memória dos meus interlocutores, e a participação no projeto significou uma experiência única em um período tão delicado. À medida que os jovens começaram a narrar suas histórias, ficou evidente que a pandemia havia alterado suas rotinas e moldado suas percepções de mundo. Todos relataram um sentimento de urgência e vulnerabilidade que para alguns se tornou um motivo para buscar formas de se engajar e contribuir para suas comunidades e para outros, uma oportunidade de receber apoio através do *Projeto Jovens Comunicadores – Edição Covid-19*.

A experiência de cada um deles estava impregnada de emoções — desde o medo e a insegurança até a esperança e a solidariedade. Ao falarem sobre as dificuldades enfrentadas, como perda de empregos e falta de recursos, compartilharam ainda momentos de aprendizado e superação vivenciados nas oficinas. A troca de conhecimento e a criação de conteúdos significativos se tornaram formas de expressar realidades e de conectar-se com outros, mesmo à distância.

Além disso, a narrativa coletiva dos jovens traz à tona a importância do pertencimento em tempos de isolamento. O projeto, além de ter oferecido uma estrutura de apoio, criou um espaço de escuta e valorização das vozes que muitas vezes permaneceram silenciadas no contexto da pandemia. A construção de uma rede de jovens comunicadores se revelou uma forma poderosa de resistência. Em um mundo que frequentemente apaga as vozes de comunidades marginalizadas, acredito que o ato de lembrar e compartilhar é um passo essencial para o reconhecimento e a transformação. Nessa direção, passo agora a dialogar de modo mais direto com as entrevistas realizadas com jovens comunicadores.

Uma das minhas principais intenções era compreender como eles chegaram ao projeto e que motivações os levaram a participar dele. Todos os entrevistados eram trabalhadores autônomos que, devido à pandemia, enfrentaram dificuldades para exercer suas atividades. Nesse contexto, relataram que a principal razão para sua adesão foi o auxílio financeiro

oferecido pelo projeto, aliado à possibilidade de se ocuparem, especialmente porque, na época, estavam sem outras atividades.

Um exemplo significativo é o de Tiago, um jovem branco, morador de uma favela localizada na divisa entre Niterói e São Gonçalo. Com o ensino médio completo, ele integrou a segunda turma do projeto, em 2021. Sua participação ocorreu de forma híbrida, refletindo o contexto daquele momento, marcado pela introdução das vacinas contra o covid-19 e pelo início do afrouxamento das medidas de distanciamento social.

Ele conta que, antes de tudo, trabalhava com sua barraquinha na praça, vendendo doces. No entanto, com o fechamento das escolas durante a pandemia, não havia mais crianças na praça. Para não parar completamente de trabalhar, ele começou a fazer entregas de bicicleta nas casas das pessoas. Apesar de não vender a mesma quantidade de antes, para não ficar sem renda, mesmo compreendendo ser perigoso trabalhar devido ao risco de se contaminar, para ele não havia uma alternativa. Tiago explicou: “Não dava pra parar de vez também, né?”.

Em 2021, quando começaram as discussões sobre as campanhas de vacinação contra a Covid-19, Tiago decidiu se inscrever no *Projeto dos Jovens Comunicadores – edição covid-19*. Ele relatou que já tinha um amigo que participava do projeto, embora eles não conversassem muito sobre esse assunto. Um dia, algo inusitado aconteceu. Apesar de não ter o hábito de conferir os status do WhatsApp, ele decidiu dar uma olhada e foi então que viu uma postagem do amigo. Na mensagem, ele anunciava sobre o *Projeto Jovens Comunicadores – Edição covid-19*, destacando que havia vagas disponíveis e que era gratuito. Essas eram as únicas informações que ele tinha naquele momento. O interesse inicial, explicou Tiago, não veio somente pelo tema do curso, envolvia a sensação de estar estagnado.

Tiago admitiu que entrou no projeto sem saber muito bem do que se tratava, apenas seguindo a recomendação do amigo. Foi no dia da aula inicial, em julho de 2021, que, pela primeira vez, compreendeu o que era o projeto. Lá, explicaram como funcionava a formação e mencionaram a bolsa que os participantes receberiam, no valor de 250 reais. Isso foi uma “virada de chave” para ele. Ainda equilibrando sua rotina na praça, Tiago decidiu participar das atividades do projeto, mesmo que isso significasse ficar um dia fora do trabalho.

[Tiago, Jovem Comunicador]: Eu já tinha saído do ensino médio. Isso foi em 2021, logo quando começaram a falar das vacinas. Aí eu fiz minha inscrição e mandei assim para o meu amigo, “Oh, me inscrevi, hein?” E aí ele falou assim para mim: “cara, você vai adorar! Você vai amar, eu acho a sua cara, é muito você, você vai entrar e você vai gostar muito!” Eu fui assim, tipo, eu entrei sem saber muito e só fui conhecer de fato o que era os jovens comunicadores no dia que eu tava lá na aula inicial, porque começaram a explicar sobre como funcionava a formação e que falaram sobre a bolsa também. E para mim foi também uma outra virada de chave, né que eu falei: “pô, eu vim porque eu tava precisando fazer alguma coisa e ainda vou ganhar por isso, sabe?”

Eu trabalhava vendendo churros, pipoca, essas coisas na praça, eu ia ficar um dia fora da praça para participar das atividades, mas eu não perderia totalmente, porque ganharia a bolsa.

Outra jovem que entrevistei foi a Marta: mulher negra, mãe solo e moradora de uma favela em São Gonçalo que fez parte da primeira turma do *Projeto Jovens Comunicadores – Edição Covid-19*, em 2020, mesmo ano em que participei. Antes da pandemia, Marta trabalhava como panfleteira para um consultório odontológico nas ruas de São Gonçalo, mas foi dispensada no início da crise sanitária. Ela comentou que, por sorte, morava com a mãe, o que amenizou os impactos da demissão, pois, sem o apoio familiar, a situação teria sido ainda mais difícil.

Ela começou a entrevista explicando que a motivação inicial para ingressar no projeto foi financeira, impulsionada pelo contexto da pandemia. A ajuda de custo oferecida pelo projeto teve um peso significativo para ela naquele momento. Segundo contou, foi uma amiga quem a apresentou ao *Projeto Jovens Comunicadores – Edição Covid-19*. O contato veio também por mensagem de WhatsApp, na qual a amiga explicou que o objetivo da iniciativa era combater a desinformação, especialmente as *fake news* que se espalhavam rapidamente no início da pandemia. Além disso, mencionou a bolsa oferecida aos participantes, um incentivo importante para que ela se interessasse pela iniciativa.

Essa amiga foi descrita pela minha interlocutora como militante ativa e engajada em causas sociais, uma figura conhecida nas rodas culturais em São Gonçalo, onde liderava um coletivo focado em prevenção de ISTs e redução de danos. Essa proximidade e a confiança estabelecida entre elas foram determinantes para que a proposta do projeto fosse acolhida com entusiasmo. A ideia de participar de uma ação voltada à proteção da favela ressoou como uma oportunidade alinhada tanto às suas necessidades quanto aos seus valores, conforme Marta.

Marta [Jovem Comunicadora]: Primeiro foi por causa de dinheiro, por conta da pandemia né? Poxa, eu estava desempregada, então era uma ajuda de custo. Não era 150, era 200 reais. Não, era 250. Poxa, você pensa, nossa, 250, desempregada, é um dinheiro, ainda mais sendo mãe, sem trabalhar é um dinheiro que pode ajudar em alguma coisa. Mas no decorrer do projeto, no decorrer das aulas, meu interesse foi outro, meu interesse realmente foi pra poder tá passando informação correta pra pessoas de mais idade.

Os relatos de Tiago e Marta revelam convergências marcantes em suas trajetórias e motivações para ingressarem no *Projeto Jovens Comunicadores – Edição Covid-19*, ilustrando como o impacto da pandemia transformou suas vidas cotidianas e como o projeto se apresentou como uma oportunidade para reconfigurar as relações com o trabalho, a comunidade e o aprendizado relacionado à comunicação comunitária em saúde. Ambos enfrentaram desafios econômicos significativos durante a pandemia, sendo trabalhadores autônomos cujas atividades

foram diretamente afetadas pelas restrições impostas. Tiago, por exemplo, viu seu pequeno negócio de venda de churros sofrer um declínio abrupto com o fechamento das escolas, o que o levou a buscar alternativas, como entregas domiciliares, apesar dos riscos à sua saúde. Marta, por outro lado, mãe solo, perdeu seu trabalho como panfletista, enfrentando dificuldades agravadas pela responsabilidade de sustentar seu filho. Nesse contexto, a bolsa oferecida pelo projeto foi inicialmente a principal motivação para ambos, simbolizando um alívio financeiro em tempos de incerteza.

Embora as razões iniciais para ingressar no projeto estivessem ligadas à necessidade financeira, tanto Tiago quanto Marta tiveram suas perspectivas transformadas ao longo de sua participação. Tiago, que começou sem um entendimento claro do que o projeto envolvia, encontrou um espaço que lhe ofereceu suporte financeiro e possibilidades de aprendizado. Marta, por sua vez, destacou como, no decorrer do projeto, seu interesse se deslocou do auxílio financeiro para a missão de combater a desinformação. Ela passou a valorizar o papel do projeto em disseminar informações confiáveis, especialmente entre os idosos, grupo que identificou como particularmente vulnerável à propagação de *fake news* durante a pandemia

As diferenças nas trajetórias, tanto anteriores quanto posteriores ao projeto, também são dados relevantes produzidos a partir das entrevistas com jovens comunicadores. Focarei mais especificamente sobre dois casos. O primeiro deles é o de Samanta, que sempre teve uma relação estreita com sua comunidade em São Gonçalo, desde muito antes da pandemia. Ainda jovem, ela se envolveu com organizações comunitárias locais, trabalhando ativamente para fortalecer laços entre os moradores e promover ações que visassem ao bem-estar coletivo. Sua jornada nesse tipo de engajamento começou com a percepção de que, para enfrentar as dificuldades diárias, a união e o trabalho conjunto eram fundamentais. Ela sempre acreditou que a mudança não viria de fora, mas sim da mobilização interna, de um esforço coletivo que refletisse as necessidades e os desejos da sua própria comunidade.

Com essa experiência em rede, Samanta foi convocada para se tornar uma jovem comunicadora. O convite surgiu justamente em função da sua atuação prévia e da visibilidade que ela e seu coletivo conquistaram em São Gonçalo. O convite para integrar o *projeto Jovens Comunicadores – Edição Covid-19* daria espaço para que Samanta exercesse papel ativo, quase de liderança, no processo de mobilização de outros jovens da comunidade. Ela se tornou uma das responsáveis por atrair e engajar pessoas para o projeto.

A atuação dela no projeto foi profundamente marcada pela confiança que os moradores tinham em seu trabalho. Ao contrário de muitos, que viam o projeto como uma oportunidade nova ou estranha, Samanta já entendia a importância da comunicação no processo de

transformação social que construía junto à sua comunidade. Ela já sabia que veicular informações corretas ou fidedignas, disseminar conhecimento e combater a desinformação eram peças-chave para enfrentar a pandemia de forma eficiente, especialmente em comunidades periféricas como a sua. Samanta e seu coletivo estavam conscientes de que a desinformação se espalhava rapidamente, em grande parte alimentada pela falta de conhecimento de fontes confiáveis de notícias, o que tornava a missão ainda mais urgente.

Sua caminhada é diferente da de Tiago, que ingressou no projeto sem ter envolvimento com projetos sociais comunitários, por isso sua história é marcada por uma profunda transformação pessoal e política. Começa com uma sensação de revolta que surge quando olha para o entorno e percebe as desigualdades que afligem sua comunidade. Ele se sentia incomodado pela precariedade em que viviam, mas não conseguia dar nome a isso. Era um sentimento vago, uma aflição diante da escassez de direitos e da injustiça social que acompanhava seu cotidiano. Porém, essa sensação começou a se esclarecer quando participou de diversas oficinas no projeto. Foi ali que, conforme explicou, teve os primeiros contatos com conceitos como necropolítica e racismo ambiental, temas que, de alguma forma, explicavam sua aflição.

[Tiago, jovem comunicador]: A história que eu tenho é muito louca. Eu sempre tive essas revoltas de olhar para o meu entorno e compreender que a gente passa por tanta precariedade. A gente passa por tanta escassez de direitos. E aí eu não conseguia dar nome àquilo, só sentia a aflição por tudo que eu via. E aí, com as diversas oficinas que a gente tem, eu comecei a entender os temas tipo necropolítica, racismo ambiental... E aí a ficha caiu "ahh, então é isso que a gente sofre!" E aí eu já conseguia dar nome a essas revoltas que eu já carregava. E aí a partir disso eu comecei a adentrar alguns espaços políticos e dar nome ao que acontecia na minha favela.

A partir do momento em que ele pôde dar nome àquilo que o angustiava, a revolta que carregava se transformou em uma compreensão mais profunda sobre as questões que afetavam sua vida e sua comunidade. Assim, Tiago passou a enxergar o mundo de uma forma diferente, com uma visão crítica que o levou a adentrar em espaços políticos e a dar visibilidade ao que acontecia em sua favela. Tiago conta que foi se conectando com outros fóruns e movimentos a partir do conhecimento adquirido na BemTV, descobrindo que podia se expressar, ser ouvido, e contribuir para o debate político e social local.

Com o incentivo recebido, decidiu participar de um processo seletivo para atuar na BemTV e foi aprovado. A conquista marcou uma virada significativa em sua trajetória: deixou de trabalhar como vendedor na praça e, atualmente, dedica-se integralmente ao trabalho na organização.

Esse caso reflete o que Patrícia Lânes Araujo de Souza (2014) chama efeito social não previsto: justamente a mudança no perfil das pessoas envolvidas, que deixam de ser apenas participantes passivos para se tornarem agentes em novos projetos, ampliando sua influência e, muitas vezes, seu papel nas comunidades. Nesse sentido, a militância social e política, antes vista de forma mais limitada, expande-se para incluir uma nova geração de lideranças que conhecem uma gama maior de recursos, materiais ou simbólicos. Alguns desses jovens, agora mais preparados e com uma rede de contatos mais ampla, começam a fazer parte de movimentos sociais que discutem temas cruciais como a favela, a juventude e os direitos sociais, ampliando o espectro de atuação política das comunidades.

Esse processo, por sua vez, reconfigura o campo de possibilidades das pessoas envolvidas. O campo de possibilidades refere-se ao conjunto de opções, ações e trajetórias que se tornam acessíveis para os indivíduos dentro de seu contexto social. Nesse caso, a participação em projetos sociais e o ingresso em redes militantes permitem que modifiquem suas perspectivas de vida, suas relações sociais e suas práticas de militância, criando oportunidades e redefinindo as formas de organização local, o que pode afetar a dinâmica e a resistência de comunidades periféricas e faveladas. Assim, ao mencionar um efeito social não previsto, Lânes Souza (2015) faz referência a mudanças que não estavam necessariamente nos objetivos diretos dos projetos, mas acabam ocorrendo como consequência de sua implementação. Esses efeitos podem ser positivos ou negativos, por vezes as duas coisas, mas são, de certa forma, inesperados ou não planejados.

O projeto da BemTV carrega seu nome a palavra *jovens*, o que torna fundamental a reflexão sobre o significado dessa categoria e a construção da ideia de juventude no contexto em que está inserida. Nesse sentido, não se trata apenas uma fase etária ou biológica, mas de uma categoria socialmente construída, que reflete valores, expectativas e tensões de uma determinada sociedade em um momento histórico específico. Desse modo, compreender a juventude exige questionar como ela é simbolizada contextualmente e que papel desempenha na configuração das relações sociais, especialmente em territórios marcados por desigualdades, como as favelas e periferias urbanas.

Nesse sentido, o projeto assume uma dimensão política ao abordar a juventude como um espaço de potencialidade e agência. Ele confirma que, ao envolver jovens como protagonistas, também está propondo uma nova leitura da categoria juventude: uma que não se limita a enquadrá-los como futuros cidadãos ou agentes passivos de políticas sociais, mas os insere como atores centrais no presente, com capacidade de influenciar e transformar sua realidade. Assim, ao destacar o termo em seu título, o projeto abre um campo de reflexão crítica

sobre a construção e ressignificação da juventude, destacando sua relevância tanto para o contexto local quanto para os debates mais amplos sobre justiça social, identidade e participação.

3 ENTRE DADOS, LISTAS E REDES: CONSTRUÇÃO E DINÂMICAS DE FUNCIONAMENTO DO PROJETO JOVENS COMUNICADORES – EDIÇÃO COVID-19

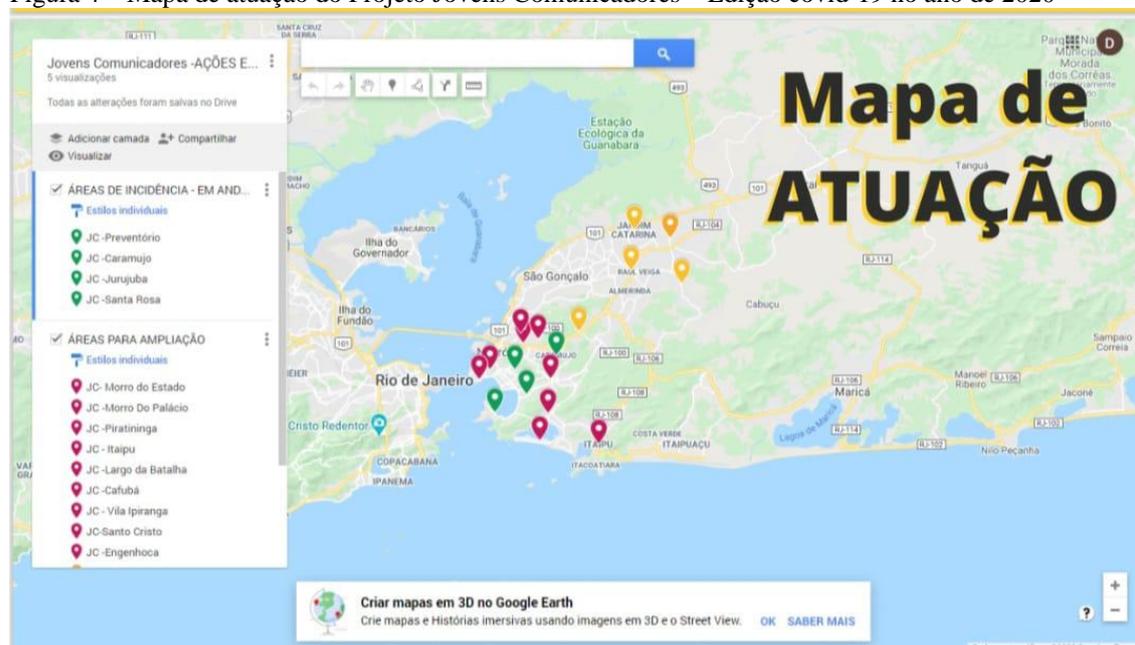
Neste capítulo, apresento uma análise do *Projeto Jovens Comunicadores – Edição Covid-19*, com ênfase nos processos organizacionais, na produção de conteúdos e na dinâmica de distribuição de informações através do WhatsApp. O objetivo, aqui, é compreender como o projeto se constitui enquanto resposta emergencial à crise de desinformação que acompanha a pandemia de Covid-19 e investigar como suas práticas se conectam às vivências e demandas das comunidades periféricas e favelas de Niterói e São Gonçalo. Assim, a seção está estruturada em três dimensões que se apresentaram sobre o funcionamento do projeto: em primeiro lugar, a organização da iniciativa, suas funções e os desafios enfrentados no ambiente *on-line*. Em segundo lugar, a dinâmica das listas de transmissão via WhatsApp como ferramenta central para a disseminação de informações e para o fortalecimento das redes de comunicação comunitária. Por fim, a terceira parte é dedicada à análise dos conteúdos produzidos, buscando compreender as conexões entre as narrativas emergentes no contexto da pandemia, as vivências individuais dos participantes e as estratégias contra-hegemônicas de comunicação desenvolvidas no *Projeto Jovens Comunicadores – Edição Covid-19*

3.1 A organização do projeto e as oficinas formativas

O projeto *Jovens Comunicadores – Edição Covid-19* foi concebido e implementado como uma iniciativa emergencial para difundir informações confiáveis e combater a disseminação de desinformação sobre o coronavírus e suas consequências, como já mencionado anteriormente. A *edição covid-19* do projeto teve duas turmas, uma em 2020 e outra em 2021. No ano de 2020 o projeto alcançou 500 jovens; em 2021, atingiu 444 jovens de favelas e periferias de Niterói e São Gonçalo. De acordo com os meus interlocutores, o projeto buscava

ampliar a circulação de informações sobre saúde, com ênfase no coronavírus, priorizando as comunidades periféricas e favelas.

Figura 4 – Mapa de atuação do Projeto Jovens Comunicadores – Edição covid-19 no ano de 2020



Fonte: BemTV, 2020

A equipe responsável pela realização do *Projeto Jovens Comunicadores – Edição covid-19* era dividida da seguinte forma: coordenação geral, coordenação de comunicação local (coordenador de área), instrutor e monitores. A coordenação geral era responsável por fornecer suporte metodológico, pelo ordenamento e divulgação do cronograma, pela prestação de contas e pagamentos das bolsas, além da sistematização de dados referentes a participação dos jovens, como conteúdos produzidos, quantidade de jovens frequentes às oficinas, informações socioeconômicas e elaboração de relatórios mensais.

A coordenação de comunicação local (coordenador de área) acompanhava a formação dos jovens de uma determinada região, fazia a curadoria de conteúdos, sistematizava dados, organizava os relatórios mensais, assessorava o plano de comunicação e acompanhava o trabalho dos monitores. Esses coordenadores eram as lideranças das organizações e projetos sociais acionados para tornar o *Projeto Jovens Comunicadores - Edição Covid-19* possível, como já discutido no capítulo dois. O instrutor realizava o planejamento das oficinas, preparava apresentações e elaborava exercícios. Eram profissionais da área saúde e da comunicação, que atuaram de forma voluntária. Os monitores, sobre quem falarei um pouco mais adiante, eram participantes dos coletivos e organizações comunitárias, responsáveis pela mobilização local e acompanhamento das oficinas e atividades, oferecendo suporte aos jovens comunicadores.

Além disso, havia uma equipe de comunicação, encarregada de verificar a qualidade, o design e a linguagem das informações produzidas pelos jovens comunicadores após as oficinas. Todo o material produzido era enviado para um grupo de avaliação. Os monitores realizavam uma análise inicial, enquanto a equipe de comunicação empreendia uma avaliação mais ampla, devolvendo o conteúdo com as devidas correções para que fosse posteriormente compartilhado pelos jovens em suas listas de transmissão no WhatsApp. Sobre esse aspecto, Paula considerou importante fazer a seguinte ressalva durante a entrevista:

[Paula, coordenadora]: é importante separar, distinguir cuidado de controle. Porque é muito, muito tênue essa linha, sabe? Porque tem cuidados, eu acho que são controles e a gente cuidava para que essa informação fosse produzida da melhor maneira possível, mais corretas possíveis, da melhor forma possível. Então era isso, um cuidado com a informação para o território, não era um controle do que os jovens produziam, percebe? Era um cuidado, porque a gente entende que o processo formativo exige um rigor. Somos freirianos, e Paulo Freire fala da importância do rigor metodológico no processo formativo, então a gente tinha um rigor, né? Não era um rigor de ser sisudo, sério. Você participou e sabe como era bacana, mas um rigor com o processo formativo. Contribuir para o processo formativo de qualquer ser humano exige muita seriedade, muito compromisso ético. Era isso que estava nascendo.

Paula ressaltou a horizontalidade como um valor central na concepção e implementação do projeto. Esse princípio, de acordo com ela, manifestou-se na promoção do protagonismo dos jovens em todas as etapas do processo formativo, garantindo que suas vozes, experiências e perspectivas constituíssem a base para a realização das oficinas, a produção de conteúdos e as ações desenvolvidas. Para ela, essa postura democratizava as relações dentro do projeto e fortalecia a autonomia e a capacidade de agência dos jovens em suas comunidades.

O método de Paulo Freire (2005, 2011) envolve uma prática pedagógica que busca promover a conscientização e a emancipação dos sujeitos, especialmente daqueles historicamente marginalizados. O educador se fundamenta na ideia de que a educação é um ato político e nunca neutro, devendo estar voltada para a transformação das estruturas opressoras. Diferentemente da educação bancária, em que o professor deposita conhecimentos prontos nos alunos, Freire (2005, 2011) propõe uma prática educativa dialógica e crítica, na qual educadores e educandos constroem o conhecimento juntos.

De acordo com meus interlocutores, as oficinas são cruciais no processo formativo, constituindo-se como espaços fundamentais para a construção de conhecimentos e habilidades em comunicação e saúde. Esses encontros além de qualificar os jovens para produzir conteúdos informativos e acessíveis, também os inseriam ativamente no processo de construção de estratégias de comunicação em saúde, transformando-os em agentes de disseminação de informações confiáveis em seus territórios. No contexto das oficinas, os jovens aprendiam a

identificar temas relevantes e adaptá-los à realidade local. Além disso, as oficinas ofereciam orientações práticas sobre técnicas de linguagem, design, redação e verificação de informações, competências indispensáveis para o desenvolvimento de materiais informativos.

Os encontros ocorriam através do Google Meet, plataforma que possibilitava a realização das oficinas de forma virtual e síncrona. Foram quinze horas de formação, divididos em dez encontros de uma hora e trinta minutos, cuidadosamente estruturados para oferecer uma base sólida e prática aos jovens comunicadores, combinando elementos teóricos e aplicados, conforme foi relatado pelos interlocutores. Cada encontro abordou temas específicos que, em conjunto, objetivavam capacitar os participantes a produzir, avaliar e disseminar informações de qualidade em saúde de forma eficaz e contextualizada.

Paula: A primeira turma pegou um monte de parceiro das universidades. Então a gente montou um cronograma de aula com esses parceiros da Fiocruz, da UFF. Montamos um quadro formativo bem bacana e fizemos uma intensivão, tinha aula todo dia. No primeiro ano, tinha uma turma que era das 16h às 18h e outra turma das 18h às 20h e a gente fez lá uma formação, os jovens passavam por essa formação. Depois de mandar o programa, ela é uma tabela de Excel, professor dava uma tarefa, uma atividade. Isso tudo se desdobrava na produção dos jovens. A gente tem um drive do Google que é para organização da sociedade civil. Só que na pandemia eles liberaram o Google Meet, né? Um tempo ampliado e isso facilitou, porque tudo nosso a gente usava o Meet (Trecho de entrevista, 2024).

Google Meet é uma plataforma de videoconferência desenvolvida pelo Google, projetada para facilitar reuniões virtuais e colaboração remota em tempo real. A ferramenta é amplamente utilizada em contextos educacionais, corporativos e pessoais, oferecendo uma interface simples e recursos avançados para comunicação. Por meio do Google Meet, os usuários podem realizar reuniões com até centenas de participantes simultaneamente, dependendo do tipo de conta (gratuita ou empresarial). Ele permite a transmissão de áudio e vídeo, além de funcionalidades como compartilhamento de tela, legendas automáticas em tempo real e gravação de reuniões (na versão paga).

A plataforma se integra com outros serviços do Google, como o Google Agenda e o Gmail, que facilitam a criação de *links* de reunião, envio de convites e organização de compromissos. Além disso, é compatível com navegadores da *web* e dispõe de aplicativos para dispositivos móveis, Android ou iPhone (IOS) garantindo acessibilidade em computadores ou *smartphones*. Outro recurso importante é a segurança: o Google Meet implementa criptografia para proteger a privacidade das reuniões e oferece controles para gerenciar a entrada de participantes, como a exigência de autorização para ingressar na chamada¹⁸.

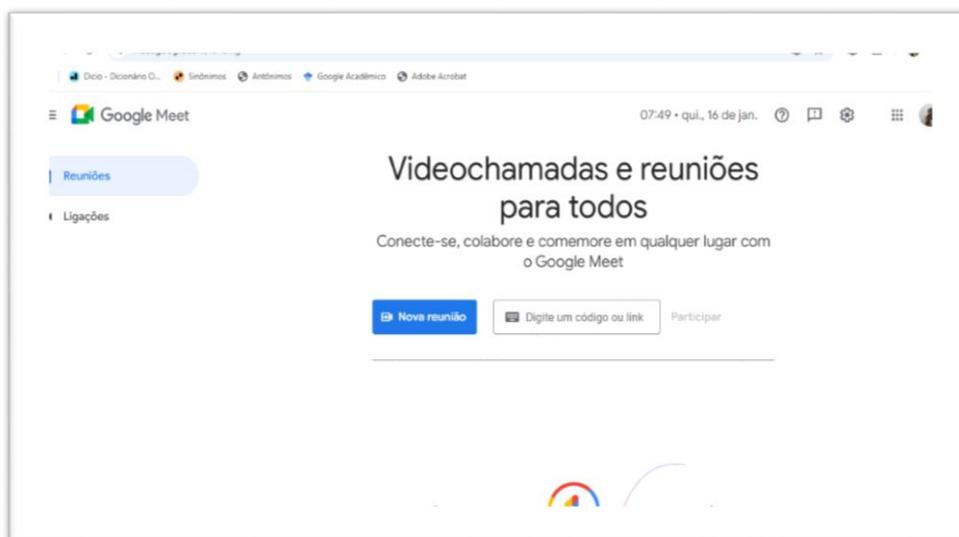
¹⁸ GOOGLE. Google Workspace. Mountain View, 2020. Disponível em: <https://workspace.google.com/intl/pt-BR/products/meet/#premium>. Acesso em: 25 out. 2024.

Ao acessá-lo pelo navegador ou aplicativo, o usuário encontra uma tela inicial simples, na qual pode criar uma reunião, inserir o código de uma já existente ou acessar reuniões agendadas no Google Agenda. Durante a chamada, a interface oferece visualização ajustável dos participantes, controles para ativar ou desativar câmera e microfone, encerrar a chamada, compartilhar tela e acessar o chat, além de menus laterais para gerenciar participantes e mensagens de texto.

O Google Meet possui diversas ferramentas e funcionalidades. O compartilhamento de tela permite apresentar a tela inteira, uma janela específica ou uma aba do navegador, recurso bastante utilizado nas oficinas. Em contas corporativas ou educacionais, é possível gravar reuniões, salvando-as diretamente no Google Drive. Há também a opção de legendas automáticas em tempo real, aumentando a acessibilidade. Outras funcionalidades incluem chat interno, enquetes e controle avançado de participantes, o que permite ao organizador silenciar, remover ou restringir funções.

Para criar uma reunião, o usuário pode acessar o site do Google Meet, clicar em "Nova reunião" e optar por iniciar instantaneamente, agendar pelo Google Agenda ou criar um *link* para uso futuro. No Google Agenda, o *link* é gerado automaticamente ao se adicionar um evento. Após a criação, a sala de reunião apresenta as ferramentas disponíveis, com configurações para ajustar áudio, vídeo, fundos virtuais e permissões de entrada. Durante a atividade, o organizador pode monitorar solicitações de ingresso e gerenciar os participantes. Após o término, o evento não permanece ativo, mas o *link* pode ser reutilizado conforme as configurações. Se gravada, a reunião é salva no Google Drive do organizador, com *link* enviado por e-mail.

Figura 5 – Registro da tela inicial ao acessar o Google Meet na web



Fonte: Google, 2024.

Em resposta à nova realidade que se apresentou devido à pandemia — o distanciamento social — o Google disponibilizou gratuitamente, em 2020, o aplicativo Google Meet para o público geral. A iniciativa permitiu que todos os usuários realizassem chamadas de vídeo praticamente ilimitadas, com duração de até 24 horas consecutivas, benefício que se estendeu até o dia 31 de março de 2021.¹⁹

Durante o período mais intenso de distanciamento social, houve uma diversidade terminológica para se referir às práticas educacionais realizadas fora do ambiente físico de escolas, universidades ou quaisquer outros espaços de formação. Embora o termo “ensino remoto” tenha sido amplamente utilizado, outros termos como “aulas remotas”, “educação remota” e “ensino remoto emergencial” também ganharam destaque. Essas expressões enfatizaram a ideia de continuidade das atividades educacionais no ambiente doméstico. Além disso, termos associados à mediação tecnológica e à realização de atividades síncronas, como “ensino on-line” e “aulas on-line”, também foram empregados. Por fim, expressões como “atividades não presenciais” apareceram nos documentos oficiais do Ministério da Educação (MEC) e das secretarias estaduais, reforçando o caráter emergencial e adaptativo das práticas educacionais naquele contexto (SALDANHA, 2020).

Revisitar os registros das oficinas foi uma experiência bastante interessante, que transcendeu a simples recordação. Participei das aulas em 2020 como uma jovem comunicadora, revê-las no contexto da pesquisa me proporcionou um mergulho nostálgico, reflexivo e até um pouco angustiante sobre aquele período tão particular das atividades remotas. As dinâmicas das aulas síncronas eram marcadas por desafios que foram se tornando emblemáticos da adaptação ao ambiente virtual durante a pandemia. Aprender a interagir nesses espaços implicava lidar com questões técnicas, como quedas de conexão ou áudio interrompido, e nos levava a precisar criar e adotar estratégias para nos posicionarmos e participarmos de forma eficaz nesse formato de sociabilidade mediada pelas telas.

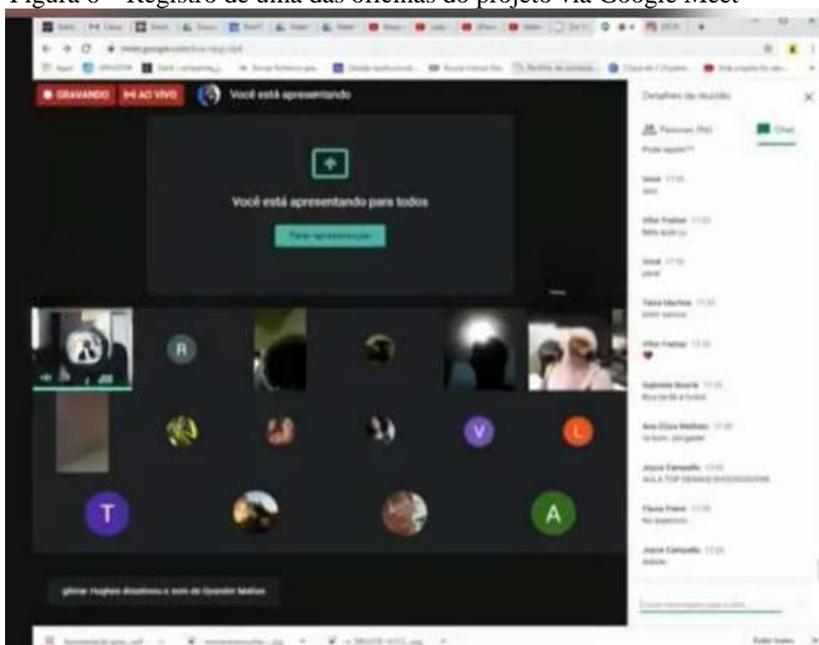
Um dos comportamentos mais recorrentes observado nas oficinas, era o uso das câmeras desligadas, que, embora frequentemente associado a dificuldades técnicas, como a limitação de banda larga ou a falta de equipamentos adequados, também revelava aspectos emocionais e sociais dos participantes. Muitos não queriam expor suas casas, mostravam-se preocupados com a interferência de familiares, barulhos externos ou situações imprevisíveis. Também

¹⁹ Para mais informações: GOOGLE Meet, ferramenta de videochamadas amplia reuniões ilimitadas gratuitas até março de 2021. **G1**. Rio de Janeiro, 29 set. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2020/09/29/google-meet-ferramenta-de-videochamadas-amplia-reunioes-ilimitadas-gratuitas-ate-marco-de-2021.ghtml>. Acesso em: 25 maio 2024.

tinham os que se justificavam no chat dizendo que não estavam emocionalmente bem. A câmera desligada passou a simbolizar uma espécie de proteção da intimidade, mas também gerou um desafio para a dinâmica das aulas, uma vez que os facilitadores enfrentavam a dificuldade de interpretar as reações e o engajamento dos jovens.

Em algumas ocasiões, quando perguntas eram feitas, o silêncio se instaurava, levando os instrutores a questionarem: “Será que minha internet caiu?”. Ficava evidente a incerteza quanto à continuidade da conexão na chamada do Google Meet, uma vez que a estabilidade da internet era fundamental para a permanência na aula. Quando a internet “caía”, o participante era automaticamente desconectado, ficando impossibilitado de participar. Quando, de fato, ocorria uma queda de conexão por parte de algum professor, ele recorria ao envio de mensagens via WhatsApp para um responsável da BemTV presente na aula, a fim de comunicar o problema e buscar soluções.

Figura 6 – Registro de uma das oficinas do projeto via Google Meet



Fonte: JOVENS COMUNICADORES, 2020.

Para lidar com esses obstáculos, professores e jovens desenvolveram estratégias que buscavam manter a interação e o envolvimento nas aulas. O chat tornou-se uma ferramenta essencial, funcionando como um espaço paralelo para perguntas, comentários, e até mesmo desabafos. Reações não verbais, como *emojis* e uso de sinais nas plataformas (levantar a mão ou acenar), passaram a ter uma função importante na comunicação. Além disso, surgiram acordos tácitos ou explícitos sobre a etiqueta virtual, como avisar antes de abrir o microfone, usar mensagens privadas para solucionar questões técnicas e organizar turnos de fala para evitar sobreposições. A orientação a seguir, digitada por uma monitora do projeto, no chat do Google

Meet durante a aula inaugural em junho de 2020, e que se repetiu ao longo de todo o processo formativo, é exemplo:

00:01:23.068,00:01:26.068

[Monitora]: Ao entrar na reunião, desliguem seus microfones (só clicar na tela do celular). Para fazer comentários, privilegie o chat (por escrito) e só abram o microfone caso falar alguma coisa depois de pedir a palavra no chat, quando houver abertura para falas. Serão muitas pessoas na mesma reunião e muitos microfones ligados atrapalham a qualidade da chamada). É muito importante escutarmos as pessoas até o fim antes de pedirmos a palavra! Muitas pessoas falando juntas podem atrapalhar a qualidade da chamada (aula inaugural, turma de 2020).

Em quase todas as oficinas, eram principalmente os professores e a equipe do projeto que mantinham as câmeras ligadas. A mediação das aulas ficava a cargo de membros da equipe da BemTV, responsáveis por dar as instruções iniciais e introduzir o instrutor convidado para ministrar a aula. Como muitas pessoas acessavam o *link* do Google Meet simultaneamente para participar, havia uma certa demora, já que o moderador precisava estar atento para aceitar na plataforma os participantes conforme chegavam: "O negócio aqui é tão frenético que eu nem sei quem já entrou na sala", disse uma das coordenadoras durante a aula inaugural realizada na edição 2020. Em geral, para que a aula começasse, esperava-se que um número mínimo de alunos estivesse presente, embora não houvesse um número fixo estabelecido: "Já temos 143 pessoas, será que já pode começar?" — disse uma professora, antes de iniciar sua oficina, no ano de 2020.

O primeiro comunicado dirigido ao grupo era de que a gravação da aula estava sendo iniciada, sinalizando o início oficial da atividade. Em seguida, os participantes eram instruídos a registrar seus nomes e o nome do monitor no chat, como parte da lista de chamadas. Os instrutores apresentavam as aulas com o auxílio de apresentações em PowerPoint, utilizando a função de compartilhamento de tela do Google Meet, que permitia que todos os participantes visualizassem o conteúdo simultaneamente, facilitando a interação e o acompanhamento do material apresentado.

As oficinas eram ministradas por profissionais da área da comunicação e da saúde, as oficinas ofertadas versavam sobre produção de conteúdo para as mídias sociais e temas considerados importantes para o momento pandêmico e que dialogavam com a realidade dos jovens participantes do projeto: desinformação e *fake news*, comunicação comunitária, racismo e saúde, dentre outros. O objetivo das oficinas foi auxiliar os jovens na identificação e checagem de notícias falsas que circularam na internet na fase inicial da pandemia e propiciar a apropriação das plataformas digitais para que eles pudessem reunir informações confiáveis sobre a pandemia, produzir conteúdo e compartilhar com seus contatos por meio de listas de

transmissão do WhatsApp. As propostas de atividades eram armazenadas no Google Sala de Aula e compartilhadas com os jovens.

O Google Sala de Aula é uma plataforma de gerenciamento de aprendizado desenvolvida pelo Google, que visa facilitar a comunicação, organização e entrega de conteúdo em ambientes educacionais. Ele permite que professores criem salas de aula virtuais, nas quais os alunos se inscrevem utilizando um código único. A plataforma organiza conteúdos, como documentos, vídeos, apresentações e links, em tópicos ou módulos, facilitando o contato dos alunos com o conteúdo. Além disso, oferece ferramentas para criação e distribuição de tarefas, definição de prazos e correção de trabalhos diretamente no sistema, no qual os professores também podem fornecer *feedback* e atribuir notas²⁰.

A comunicação é facilitada por meio de um mural destinado a anúncios e comentários sobre tarefas ou postagens, promovendo a interação entre professores e alunos. Nesse espaço, quando algum jovem tinha dúvidas ou desejava comentar sobre o que havia sido discutido em alguma oficina, ele registrava suas considerações no mural.

O Google Sala de Aula se integra com outras ferramentas do Google e foi amplamente utilizado no ensino remoto. Professores podem monitorar o progresso dos alunos, enquanto eles lidam com suas tarefas organizadas por prioridade e prazo. A plataforma é acessível por navegadores ou aplicativos móveis, e sua interface relativamente intuitiva facilita o uso, mesmo por pessoas com pouca familiaridade com tecnologia.

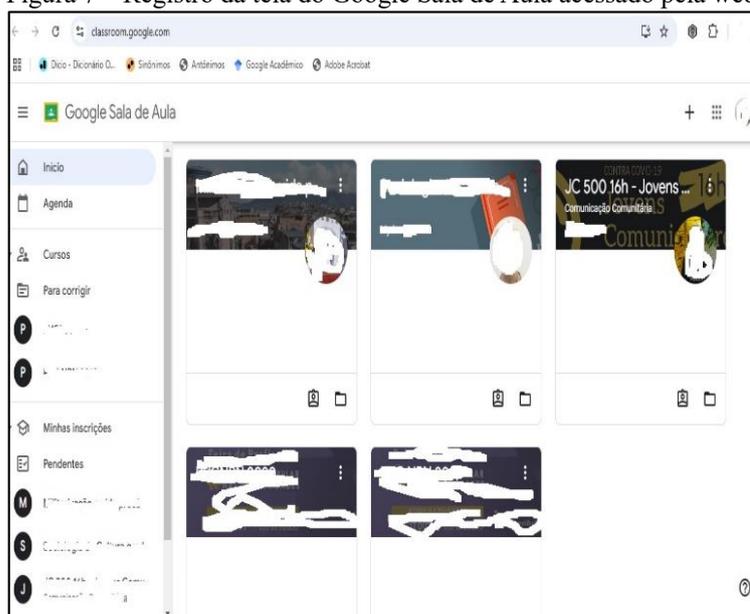
O *layout* do Google Sala de Aula é simples e funcional, com foco na eficiência da interação entre professores e alunos. Ao ingressar na plataforma, o usuário é levado à página principal, onde encontra uma visão geral das turmas em forma de *cards*, cada um representando uma disciplina ou turma específica. Em cada *card*, é possível visualizar o nome da turma, o código de acesso e localizar rapidamente as tarefas, materiais e atividades relacionadas.

No topo da tela, há uma barra de navegação com o nome do curso e links para acessar as funções principais, como criação de tarefas, postagens de anúncios, e configurações. À esquerda, uma barra lateral organiza as opções de navegação, em que são exibidas atualizações gerais e interações entre alunos e professores, e uma seção que concentra as tarefas, recursos e materiais de aprendizagem. A área "Pessoas" lista alunos e professores, permitindo o gerenciamento de acessos.

²⁰ Para maiores informações ver: GOOGLE. Ensino e aprendizagem mais integrados. **Google Classroom**. Mountain View, [202-]. Disponível em: https://edu.google.com/intl/ALL_br/workspace-for-education/products/classroom/. Acesso em: 25 abr. 2024.

Dentro das seções principais, os alunos podem encontrar facilmente os materiais postados, e os professores podem criar e organizar conteúdos, definir prazos, atribuir tarefas e interagir com os alunos por meio de comentários e discussões. O design do Google Sala de Aula não tem elementos visuais excessivos, o que facilita a navegação e mantém o foco nas atividades acadêmicas.

Figura 7 – Registro da tela do Google Sala de Aula acessado pela web



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Durante as entrevistas pude compreender melhor como foi a experiência dos jovens com as oficinas remotas. Além de falarem do funcionamento das aulas, eles também expuseram suas dificuldades com esse formato. Um dos principais desafios expostos por eles dificuldade de utilização das ferramentas necessárias para acompanhar as atividades durante sua participação no projeto, especialmente em um contexto em que dependiam do celular para acessar as plataformas digitais. Embora o projeto tenha se adaptado, escolhendo o WhatsApp como plataforma para disseminar informações, reconhecendo que uma grande parte da população de baixa renda, sobretudo nas favelas e periferias, utilizava predominantemente o celular²¹, os relatos de meus interlocutores mostram que, para muitos, a adaptação foi insuficiente. A falta de um computador, que oferece uma interface mais confortável e funcional para as atividades de formação e produção, foi um obstáculo significativo. Para esses jovens, o celular, embora

²¹ Segundo a pesquisa TIC domicílios 2018, isso é, antes da pandemia, 85% dos usuários de Internet da classe D e E acessam a rede exclusivamente pelo celular, 2% apenas pelo computador e 13% se conectam tanto pelo aparelho móvel quanto pelo computador”, essa limitação dificulta o acesso a sites e portais oficiais com informações seguras fazendo das redes sociais o principal canal de informação dessa população. Ver mais em: CETIC.BR. **TIC domicílios**: 2018. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://cetic.br/pt/tics/domicilios/2018/domicilios/>. Acesso em: 20 abr. 2024.

fosse uma solução imediata, muitas vezes apresentava limitações seja no acesso seja na qualidade da experiência formativa. Samanta comentou sobre a situação, quando perguntei sobre sua experiência com as oficinas:

[Samanta, Jovem Comunicadora]: Eu achei legal, só que te prende muito no celular, precisa ficar presa na reunião, eu não tinha computador, e no celular eu tinha que assistir às aulas, produzir os conteúdos e divulgar. Divulgar era fácil, mas assistir reunião no celular e usar o canva²² que era o difícil.

Outro aspecto crucial mencionado pelos participantes foi o impacto das distrações domésticas. Muitos jovens comunicadores viviam em ambientes compartilhados com várias pessoas dividindo os mesmos espaços, o que tornava ainda mais desafiador manter a concentração nas atividades. Essa realidade foi especialmente presente entre os moradores de favelas, onde o espaço físico nas casas é geralmente restrito (MAGALHÃES, 2020) e as atividades cotidianas — como cuidar de filhos, realizar tarefas domésticas ou conviver com a agitação do ambiente — competem constantemente com o tempo e a atenção necessários para a participação nas oficinas e aulas. As jovens, em particular, relataram dificuldades adicionais, como Marta, que enfatizou como a necessidade de atender às demandas do lar, principalmente em relação ao cuidado de seu filho, frequentemente a forçava a interromper sua participação nas atividades do projeto. Isso prejudicava sua aprendizagem e também comprometia seu envolvimento e sua capacidade de se engajar ativamente nas propostas de produção de conteúdo que o projeto oferecia.

Marta [Jovem Comunicadora]: Você sabe que eu tenho um filho pequeno e o início das aulas dos jovens comunicadores foi na mesma época que a creche do meu filho fechou. Então eu não conseguia ficar durante duas horas direto assistindo as aulas. Não vou mentir pra você, tinham momentos que eu só deixava a aula rolar enquanto adiantava outras coisas.

O quadro não é exclusivo do *Projeto Jovens Comunicadores – Edição covid-19*, mas reflete uma realidade maior, já que desafios semelhantes foram enfrentados por crianças e adolescentes de comunidades periféricas durante a pandemia, ao tentarem acompanhar as aulas escolares remotamente. A falta de infraestrutura básica, como equipamentos adequados, e as condições de vida em espaços coletivos impactaram diretamente no processo de aprendizagem e na eficácia das propostas educacionais em muitos contextos. Dificuldade de concentração, interrupção constante das atividades por necessidades do cotidiano e precariedade de recursos

²² O Canva é uma plataforma de design gráfico que possibilita a criação de diversos conteúdos visuais, como gráficos para redes sociais, apresentações, infográficos e pôsteres. Disponível tanto online quanto em dispositivos móveis, a ferramenta oferece uma vasta biblioteca de imagens, fontes, modelos e ilustrações, facilitando o desenvolvimento de designs profissionais de forma intuitiva. Disponível em: https://www.canva.com/pt_br/about/. Acesso em: 02 nov. 2024

revelaram desigualdade no trato com as oportunidades educacionais, exacerbada pela pandemia (SANTOS; ZABOROSKI, 2020; SMIDERLE; TARTAROTTI, 2021).

Relatos semelhantes aos expostos nas entrevistas também foram compartilhados no chat do Google Meet durante as oficinas em 2020. Diversos jovens destacaram as limitações impostas pela baixa qualidade da conexão com a internet, um obstáculo que não apenas prejudicava a participação síncrona nas atividades, mas também comprometia a produção de conteúdos de maneira efetiva. A lentidão das conexões frequentemente resultava em interrupções nas videoconferências, assim a comunicação entre os participantes tornava-se difícil e a utilização dos materiais ou referências complementares, essenciais para o aprendizado e desenvolvimento das atividades propostas, ficava limitada. Além disso, a incapacidade de acompanhar o ritmo das aulas *online* e a dificuldade em realizar *uploads* ou *downloads* de arquivos também fragilizavam a produção dos conteúdos, dificultando a plena participação e o aproveitamento do projeto. Essa realidade evidencia como as desigualdades para acessar a infraestrutura digital se intercalam com as desigualdades sociais e econômicas, potencializando um ciclo de exclusão, especialmente em contextos periféricos.

Em um diálogo extraído do chat do Google Meet durante a oficina que tinha como tema “comunicação comunitária”, no ano de 2020, quando a professora abordou como tais afetam a população periférica, os jovens expressaram os seguintes comentários:

[Jovem Comunicador 1]: Já perdi aulas, reuniões e teve uma aula que eu não dei, pois minha internet não estava funcionando.

[Jovem Comunicador 2]: Na chuva é uma dificuldade que só.

[Jovem Comunicador 3]: Fora os arquivos que tenho que baixar e nem sempre consigo.

[Jovem Comunicador4]: Eu uso app pra descobrir senha dos wi-fi das lojas lá de onde trabalho, pra poder assistir as aulas kkkkk Mas é horrível a conexão.

[Jovem Comunicadora 5]: hahahaha mds.

A pandemia de covid-19 trouxe à tona e intensificou desigualdades educacionais históricas, especialmente no contexto do ensino remoto emergencial. Embora o uso de tecnologias digitais tenha se tornado uma necessidade para dar continuidade às atividades educacionais, as barreiras enfrentadas pelos estudantes e professores não se restringiram à dimensão digital. O desafio do ensino remoto revelou a sobreposição de desigualdades estruturais já presentes no espaço físico da escola e que se manifestaram no ambiente *online*. A exclusão digital, evidenciada pela falta de conexão de qualidade com a internet, de disponibilidade de dispositivos tecnológicos e de infraestrutura necessária para o aprendizado,

é apenas uma manifestação de desigualdades mais amplas e sistêmicas que atravessam o campo educacional (BRANDÃO; GOMES; BORGES, 2021).

Além disso, é importante explicitar outro problema que atravessa as periferias e favelas, cujos territórios são frequentemente controlados por facções criminosas e milícias, no que se refere ao serviço de internet de qualidade no Rio de Janeiro: a internet clandestina controlada pelo crime organizado. Esse tipo de serviço é oferecido por redes informais que operam como alternativas às grandes operadoras oficiais, frequentemente impedidas de atuar nessas localidades. Nesse caso, facções ligadas ao tráfico de drogas ou milícias controlam as redes clandestinas, coagindo provedores menores ou assumindo diretamente a operação do serviço (JUSTINO, 2019).

A infraestrutura utilizada é geralmente precária, composta por equipamentos de baixa qualidade e redes improvisadas, que não seguem padrões técnicos ou regulamentações. Isso compromete a qualidade do serviço, o que resulta em uma conexão instável. A precariedade é agravada pela ausência de suporte técnico regular. Quando ocorrem falhas, como cabos rompidos ou problemas nos equipamentos, a manutenção é dificultada, e os moradores dependem dos operadores informais, o que implica lidar diretamente com indivíduos ligados a organizações criminosas. Evidentemente, há clima de medo, no qual reclamações sobre a qualidade do serviço são evitadas, reforçando a relação de dependência e vulnerabilidade.

Além disso, as operadoras oficiais de telecomunicações enfrentam sérias dificuldades para atuar em alguns territórios. Em muitos casos, funcionários das empresas são ameaçados, cabos são cortados e equipamentos são destruídos, cria-se um monopólio para as redes clandestinas. Como resultado, a população local sofre com a exclusão digital.

Na época, como jovem comunicadora, e atualmente, durante o desenvolvimento desta pesquisa, enfrentei desafios significativos relacionados à conectividade por esse motivo. A favela onde resido é controlada por uma facção criminosa que monopoliza o fornecimento de internet, permitindo o funcionamento de uma única rede, de modo que enfrentei obstáculos especialmente delicados no andamento do meu trabalho. Durante algumas entrevistas, por exemplo, o serviço de internet foi interrompido e permaneceu indisponível por cerca de quatro dias. A falta de suporte técnico adequado para restabelecer o serviço prejudicou minha capacidade de comunicação e comprometeu o progresso das atividades de campo. Desse modo, nota-se como a violência urbana impacta aspectos essenciais do cotidiano, como a conexão com a internet que hoje, para muitos, é indispensável para a inclusão e a participação na vida social e profissional.

Assim, os desafios para acessar a internet em um contexto de controle territorial pelo narcotráfico transcende limitações técnicas e mostra uma dimensão mais ampla da produção de precariedade (BUTLER, 2015) e dos efeitos do processo de militarização das favelas e periferias do Rio de Janeiro (LEITE *et al.*, 2018). Impor uma única rede controlada por uma facção criminosa além de limitar, em partes, a autonomia das pessoas em suas escolhas tecnológicas, evidencia a exclusão em relação a um recurso que está incorporado, corporificado e cotidiano (HEINE; PARREIRAS; LINS, 2020) na vida contemporânea. Essa precariedade digital reflete uma forma de violência urbana difusa, que não se manifesta necessariamente por meio do confronto direto, mas sim pela manutenção de condições desiguais de acesso a bens e serviços essenciais.

Nesse sentido, a exclusão enfrentada pelos estudantes durante o ensino remoto não é somente uma questão técnica, pois está profundamente enraizada em desigualdades sociais e econômicas. Freire (2005) nos lembra que as condições concretas de vida dos educandos — como a precariedade habitacional, a sobrecarga de trabalho doméstico e a falta de apoio institucional — afetam diretamente o processo educativo. Isso se estende ao ambiente virtual.

Dessa maneira, o ensino remoto, em vez de criar uma ruptura com as práticas presenciais, expôs como as desigualdades estruturais atravessam tanto o *online* quanto o *offline*. Tal precariedade é reflexo das mesmas limitações que muitas vezes condicionam o ambiente escolar, como a falta de recursos pedagógicos adequados, de formação docente contínua e de políticas públicas que promovam a equidade educacional. Assim, a separação entre o digital e o presencial se mostra ilusória, (MILLER *et al.*, 2019; LEITÃO; GOMES, 2018), já que ambos os contextos são permeados por dinâmicas sociais que constituem desigualdades das mais variadas ordens.

3.2 Das listas de transmissão

Ao final de cada oficina, era proposta uma tarefa relacionada ao tema da aula ministrada. Por exemplo, na aula sobre desinformação e *fake news*, a atividade proposta foi a produção de conteúdo simples para ser compartilhado no WhatsApp sobre como descobrir se uma informação é confiável. Poderia ser produzido em diversos formatos — *cards*, figurinhas, pequenos textos informativos e vídeos — que passavam por um processo de checagem junto aos monitores e equipe de comunicação. Após aprovados, eram repassados pelos jovens

comunicadores em suas listas de transmissão do WhatsApp. O público dessa lista de transmissão variava de acordo com os contatos de cada jovem comunicador.

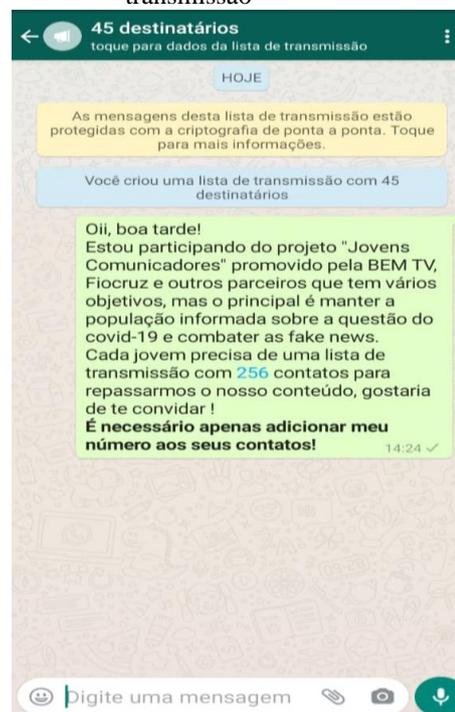
As listas de transmissão do WhatsApp são um recurso que permite enviar mensagens para várias pessoas simultaneamente, de maneira privada e personalizada. Diferentemente dos grupos, cujos membros podem interagir entre si, as listas de transmissão garantem que cada destinatário receba a mensagem como se fosse uma conversa direta entre ele e o remetente, sem saber quem mais foi incluído no envio. Para que uma mensagem enviada por lista de transmissão seja recebida, é necessário que o contato tenha o número do remetente salvo na agenda. Cada lista pode incluir até 256 contatos e, caso necessário, é possível criar várias listas para alcançar mais pessoas.²³

Figura 8 – Interface de uma lista de transmissão



Fonte: JOVENS COMUNICADORES, 2020.

Figura 9 – Interface de uma lista de transmissão



Fonte: JOVENS COMUNICADORES, 2020.

Na aula inaugural, no ano de 2020, quando foi discutida a quantidade necessária de contatos para a lista de transmissão, os jovens demonstraram um misto de entusiasmo e apreensão. Muitos se mostraram eufóricos pela possibilidade de atingir muitas pessoas, mas, ao mesmo tempo, preocupados por não terem contatos suficientes para atingir a meta estipulada. Diante dessa inquietação, a coordenação do projeto fez questão de esclarecer que a quantidade

²³ COMO usar as listas de transmissão. **WhatsApp**. Menlo Park, [20--]. Disponível em: https://faq.whatsapp.com/861663048350950/?locale=pt_BR&cms_platform=android. Acesso em: 20 maio. 2024

de contatos não precisava ser alcançada de imediato, destacando que, ao longo da participação no projeto, poderiam ser gradualmente acumulados. Para aliviar ainda mais as preocupações, foram discutidas algumas estratégias práticas para ampliar o alcance da lista de transmissão. Pedir aos participantes das listas de transmissão que compartilhassem as mensagens com seus próprios contatos era uma das sugestões, porque a ação poderia ampliar a rede de pessoas envolvidas. Além disso, foi proposta a utilização de outras plataformas digitais, como o Instagram, para promover o projeto e atrair novos participantes para as listas, garantindo que o processo de expansão da rede acontecesse de forma gradual e contínua, sem pressões iniciais.

Para a produção de conteúdos e interação entre os jovens comunicadores, foram criados grupos no WhatsApp, estruturados de acordo com a região de origem dos participantes, funcionando como fóruns de discussão e planejamento. Nessas interações, os integrantes debatiam aspectos como a forma, a linguagem e o conteúdo que seriam trabalhados, organizando-se para criar materiais de maneira colaborativa e estruturada. Marta descreve o funcionamento dos grupos no trecho a seguir:

[Marta, Jovem Comunicadora]: Era da seguinte forma: nós criamos um grupo, nesse grupo tinham 5 pessoas e dentro desse grupo a gente se organizava para criar os conteúdos. Então, a gente escolhia um tema e dentro desse tema a gente montava o conteúdo para passar no WhatsApp. Essas cinco pessoas, cada uma ficava responsável por uma coisa. Um ficava pela arte, outro pelo texto e aí a gente se organizava, mandava esse material que a gente organizava para o nosso grupo particular pra um monitor que aprovava, pra saber se estava tudo certo, tudo ok, sem nenhuma *fake news*. Tinha toda uma checagem, meu amor, todo um processo. Aí, se ele desse o ok, a gente transmitia para essas 250 pessoas que tinham na nossa lista de transmissão. E conversava com essas pessoas, tirava as dúvidas que tinham que tirar.

A escolha pelo WhatsApp para o *Projeto Jovens Comunicadores* enquanto aplicativo para disseminação informações não foi arbitrária, surgiu, conforme relatado por Paula, a partir de uma constatação importante sobre a circulação de informações entre os jovens das classes D e E, especialmente aqueles que dependem de pacotes de dados limitados. Segundo Paula explicou durante entrevista, o acesso a informações mais amplas, como sites de jornais ou revistas, ficava restrito para aqueles que utilizavam pacotes de dados básicos, uma vez que esses pacotes, geralmente, permitem uso apenas de aplicativos como WhatsApp, Facebook e Instagram.

[Paula, coordenadora geral]: O Whats, o Face e o Instagram têm parceria com as grandes corporações de telefonia e eles fazem uma venda casada. Quando você vê um anúncio assim: “ah, acesso à internet grátis!” Isso significa que você bota um crédito e esses aplicativos que eu falei funcionam bem, mas se você quiser acessar o site da Fiocruz, da Organização Mundial de Saúde, você não vai ter dados para entrar, então acaba que isso leva muitas pessoas das classes D e E, pessoas mais pobres, a pensar que internet é só esses aplicativos, porque é o que elas veem funcionando e o que têm acesso. Então, a gente começou a reunir no Whats e transmitir, porque a gente sabia que as pessoas iam conseguir acessar, mesmo com um pré-pago.

O termo técnico utilizado para essa “venda casada” para a qual minha interlocutora chama a atenção é *zero-rating*, prática comum de provedores de serviços de internet, especialmente operadoras de telecomunicações, de isentar certos tipos de tráfego de dados da contagem no pacote de dados do usuário, ou seja, a utilização de dados para acessar determinados serviços ou aplicativos não é cobrada ou é cobrada a um custo reduzido. Em outras palavras, as pessoas podem usar serviços como redes sociais, aplicativos de mensagens, sites específicos ou plataformas de *streaming* sem que isso consuma o seu limite de dados mensais ou com um custo significativamente menor do que o tráfego de dados regular (SILVA; MARQUES, 2018).

O tema do *zero-rating* tem sido objeto de debate ao longo dos anos, principalmente por sua tendência a favorecer determinadas plataformas em detrimento de outras. Durante o processo de aprovação do Marco Civil da Internet, entre 2012 e 2013, a prática foi discutida como uma possível violação das normas que asseguram a neutralidade da rede. O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) iniciou uma investigação sobre o *zero-rating* em 2017 após uma denúncia do Ministério Público Federal (MPF). Na ocasião, o Cade concluiu que a oferta de acesso ilimitado a aplicativos não resultava em efeitos anticompetitivos no mercado brasileiro, contrariando assim a posição do MPF, que argumentava que tal prática prejudicava a neutralidade da rede, conforme estabelecido pelo Marco Civil da Internet (BARBOSA, 2024).

Para Hermann Garcia e Silva e Rodrigo Moreno Marques (2018) a coexistência do *zero-rating* com a proposta de neutralidade de rede cria um paradoxo: enquanto a neutralidade visa a garantir uma internet aberta, democrática e não discriminatória, o *zero-rating* privilegia conteúdos pré-selecionados pelos provedores, limitando a autonomia de escolha dos usuários e o livre fluxo de informações. Embora ofereça a ilusão de gratuidade, tal prática atende principalmente aos interesses econômicos das empresas de telefonia e plataformas digitais, que buscam ampliar sua base de clientes, aumentar a participação no mercado e gerar mais receita por meio de parcerias com fornecimento de conteúdo. Sem esses benefícios financeiros, não haveria justificativa econômica para que as empresas subsidiassem os custos da infraestrutura de telecomunicações (SILVA; MARQUES, 2018).

Além disso, para André Erhardt (2016), o modelo de negócios baseado em acesso patrocinado ou gratuito a determinados serviços ou aplicativos pode parecer, à primeira vista, um benefício ao consumidor, especialmente por viabilizar o uso da internet para populações mais pobres. No entanto, a prática tem um potencial problema a longo prazo, pois a limitação a um conjunto restrito de plataformas e conteúdos pode reforçar e ampliar as desigualdades

sociais. Isso ocorre porque os indivíduos de menor renda acabam tendo acesso reduzido a informações, ferramentas de comunicação e possibilidades de interação social em comparação com aqueles que podem pagar por um uso irrestrito. Assim, em vez de promover a inclusão digital plena, essa dinâmica pode reforçar uma internet segmentada, aprofundando a distância entre ricos e pobres no que diz respeito ao acesso e uso qualificado da rede (ERHARDT, 2016).

Entretanto, em 2024, as operadoras brasileiras Claro, TIM e Vivo assinaram um manifesto em defesa da criação de uma taxa para grandes empresas de tecnologia, conhecidas como *big techs*, pelo uso das redes de banda larga. A proposta é comumente chamada de *fair share* (ou “compartilhamento justo”) e busca redistribuir os custos da infraestrutura digital entre os principais atores do ecossistema digital. O documento reflete a posição da Global System for Mobile Communications Association (GSMA), uma associação internacional que reúne empresas de telecomunicações e conta com o apoio de diversas operadoras da América Latina e do Caribe.

Segundo enfatiza o manifesto, embora a demanda por conectividade esteja crescendo rapidamente, o futuro digital não é um destino garantido. O alerta está relacionado às dificuldades enfrentadas pelas operadoras para financiar os altos investimentos necessários em redes 5G e infraestrutura de fibra óptica. As empresas signatárias defendem que o peso desse financiamento não pode recair apenas sobre o setor de telecomunicações. Elas argumentam que as *big techs*, que lucram com o tráfego gerado nas redes, também deveriam contribuir financeiramente para sua manutenção e expansão.

Enquanto isso, as operadoras brasileiras estão adotando novas estratégias para limitar o uso das redes pelas gigantes da tecnologia. Uma das medidas em destaque é o abandono progressivo do *zero-rating*. Nesse movimento, a Claro e a TIM estão encerrando gradualmente suas ofertas relacionadas a esse tipo de benefício. A Vivo, por sua vez, mantém uma postura mais restritiva e atualmente não oferece planos com redes sociais ilimitadas, sendo o WhatsApp a única exceção. Essa transição reflete um esforço conjunto das operadoras para reavaliar as condições de acesso à rede e equilibrar custos e demandas do tráfego digital.²⁴

O *Projeto Jovens Comunicadores*, portanto, ciente das condições da população mais pobre quanto ao uso da internet, utilizava estrategicamente os dois principais recursos do WhatsApp: os grupos, que promoviam uma dinâmica interativa entre os jovens, e as listas de

²⁴ Para maiores informações, ver: SANTA ROSA, Giovani. Projeto de lei quer impedir teles de cobrarem fair share de big techs. **Tecnoblog**. Americana, 27 mar. 2024. Disponível em: <https://tecnoblog.net/noticias/projeto-de-lei-quer-impedir-teles-de-cobram-fair-share-de-big-techs/>. Acesso em: 20 jun. 2024.

transmissão, destinadas à disseminação de informações e ao compartilhamento de conteúdo produzidos. Embora sejam ferramentas da mesma plataforma, as listas de transmissão e os grupos do WhatsApp, diferem significativamente em termos de dinâmica de interação e podem simbolizar abordagens distintas de comunicação. Essas diferenças podem ser analisadas sob diversos aspectos, como a forma de engajamento, a natureza das relações estabelecidas e o controle sobre a mensagem compartilhada.

Em sua pesquisa, Lorena Mochel (2023) explora como grupos femininos evangélicos utilizam o WhatsApp para expandir suas práticas religiosas. A pesquisadora investiga como esses arranjos femininos se inserem e transformam o espaço público contemporâneo, articulando fluxos transnacionais e mídias digitais, especialmente o WhatsApp. Através de uma etnografia que incluiu observações participantes em grupos de oração no aplicativo, a autora demonstra como as interações digitais transcendem os limites físicos e temporais, ampliando o cotidiano devocional de mulheres evangélicas.

Com as listas de transmissão, a pessoa que envia a mensagem atinge diversos destinatários simultaneamente, mas as respostas são privadas, estabelecendo uma relação direta entre remetente e destinatário, sem que os outros membros da lista acessem interações diversas da sua. Esse formato permite que a mensagem circule com maior controle, garantindo que o conteúdo chegue ao público-alvo sem o risco de dispersão ou ruído característico de interações que acontecem nos grupos.

Os grupos de WhatsApp, por outro lado, promovem uma comunicação essencialmente interativa e coletiva, como exposto por Mochel (2023) em sua pesquisa. Sua análise mostrou haver um incentivo claro para que os membros dos grupos interagissem, ainda que de forma regulada por regras específicas sobre o que poderia ou não ser compartilhado. Esses espaços oferecem a todos os participantes a possibilidade de interação mútua, favorecendo uma construção mais participativa da comunicação. É uma característica que torna os grupos de WhatsApp ambientes propícios para o debate, o dissenso, a troca de ideias e a construção coletiva de significados, reforçando sua natureza colaborativa.

Nas listas de transmissão, o remetente ocupa lugar central na mediação da comunicação, o que pode simbolizar um maior controle sobre os fluxos de informação, numa dinâmica que pode ser vista como vantajosa em contextos cujo objetivo seja disparar conteúdo para uma grande quantidade de pessoas ou para garantir a fidelidade da mensagem. Assim, o projeto navegava no mesmo ambiente em que as *fakes news* também eram disseminadas, na mesma rede e por meio de mecanismos parecidos (listas e grupos), conforme discutido por Cesarino (2021). Porém, os sujeitos se articulavam de outra forma, com outro propósito e disputando

esse espaço. A centralização, entretanto, pode limitar a participação ativa dos destinatários, restringindo a comunicação a um modelo de consumo de informações.

Essa observação foi feita a partir da análise dos *prints* das listas de transmissão, nos quais as respostas às mensagens enviadas pelos jovens comunicadores eram predominantemente reduzidas, limitando-se a emojis, figurinhas ou expressões curtas, como “interessante! ”. Durante as entrevistas, indaguei aos jovens sobre a existência de conflitos ou debates relacionados às informações que compartilhavam. Eles relataram a ausência de discussões significativas e mencionaram que, com o tempo, o retorno de seus contatos às mensagens foi gradualmente diminuindo, tornando-se cada vez mais escasso.

Com isso, percebe-se que, enquanto os grupos de WhatsApp funcionam como espaços de construção de comunidades virtuais, em que os participantes podem interagir, trocar experiências e formar laços sociais (MOCHEL, 2023), as listas de transmissão tendem a focar na manutenção de uma rede de contatos para disseminação de informações. Isso não significa que não promovam engajamento, mas, ao analisar a interação nas listas, vê-se que sua capacidade de construir um senso de pertencimento comunitário é mais limitada em comparação aos grupos. É verdade que muitas pessoas incluídas nas listas de transmissão dos jovens eram conhecidas deles. Entretanto, outras foram alcançadas por meio da divulgação e compartilhamento do projeto, uma vez que nem todos os jovens tinham a quantidade mínima de contatos estipulada para as listas de transmissão.

3.3 Dos conteúdos

Meu objetivo, ao analisar os conteúdos produzidos pelos jovens, é compreender de que maneira essas produções se conectam com suas vivências individuais e coletivas. A análise não se limita à identificação dos temas explícitos ou ao conteúdo manifesto das listas, mas busca explorar também as camadas de subjetividade (CAMPOS, 2004) que permeiam as narrativas, expressões e escolhas dos participantes. Minha abordagem envolve uma atenção especial aos significados que os jovens comunicadores atribuíram às suas experiências e à forma como tais significações se refletiram nos conteúdos criados e compartilhados.

O processo de produção começava com a definição de um tema principal, a partir do qual os jovens desenvolviam materiais informativos que seriam compartilhados via listas de transmissão do WhatsApp. Cada membro do grupo assumia uma função específica: enquanto

uma pessoa era responsável pela criação das artes visuais, outra cuidava da redação dos textos, e assim por diante. Após a finalização do material, o grupo enviava os conteúdos para um monitor, que realizava uma revisão minuciosa e oferecia orientações sobre ajustes necessários. O papel do monitor era fundamental, pois ele era um elo direto entre os jovens e a equipe de coordenação, além de assegurar que o fluxo de produção e envio fosse respeitado.

Eram múltiplas as responsabilidades dos monitores, organizadas por meio de uma divisão de tarefas bem definida. Cada monitor reportava a um supervisor e era responsável por gerenciar os grupos regionais de jovens. Essa gestão seguia um cronograma estruturado, com etapas específicas: um dia era destinado à discussão de ideias, outro às aulas temáticas, e havia momentos reservados para a produção e revisão dos materiais. Os monitores mobilizavam os jovens para as atividades, revisavam os conteúdos produzidos, avaliavam a qualidade do material e decidiam sobre sua aprovação antes do envio para a etapa final.

Após a revisão pelos monitores, os materiais eram encaminhados para um grupo maior, vinculado à organização da BemTV. Nesse espaço, eram tomadas as decisões finais sobre a aprovação ou a necessidade de ajustes nos conteúdos. Assim, sua atuação era crucial nessa interlocução, garantindo que os critérios estabelecidos fossem atendidos e que o material fosse validado antes do compartilhamento nas listas de transmissão. Desse modo, além de coordenar os grupos de jovens, os monitores atuavam como mediadores entre os diferentes níveis do processo, consolidando a dinâmica coletiva de trabalho.

Os conteúdos desenvolvidos eram compartilhados nas listas de forma coordenada, respeitando dias e horários previamente definidos pelos jovens. Os temas abordados refletiam questões de relevância social para eles, inclusive os impactos da pandemia, orientações sobre práticas de higienização, modelos adequados de máscaras, informações sobre vacinas, locais de distribuição de cestas básicas e explicações sobre como identificar e combater notícias falsas, entre outros tópicos. Dessa maneira, assegurava-se que o material produzido fosse relevante, acessível e adaptado às necessidades da comunidade.

Para isso, os jovens discutiam coletivamente, dentro do tema proposto, aspectos que fossem diretamente relacionados à sua realidade cotidiana. A escolha dos conteúdos era guiada pela vivência e pelas percepções dos próprios participantes sobre o que poderia gerar maior impacto nas listas de transmissão, compostas principalmente por pessoas de suas comunidades. O enfoque permitia que os materiais produzidos fossem não somente informativos, mas também adaptados às necessidades locais. Ou seja, que considerassem as particularidades dos territórios. Segundo os jovens, se fossem conduzidos dessa forma, aumentariam a eficácia das mensagens,

pois os conteúdos dialogavam com as experiências e os desafios enfrentados pelas pessoas de seu entorno e até a deles mesmos.

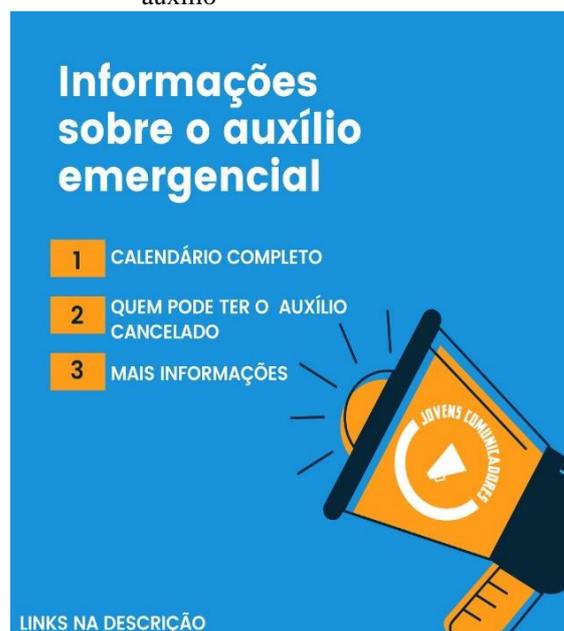
Foi recorrente, nas discussões dos grupos para a produção de conteúdos, a presença de desabafos que revelavam múltiplas camadas de vulnerabilidade enfrentadas pelos jovens comunicadores durante a pandemia. A partir de suas próprias vivências com a tragédia pandêmica, eles selecionavam os temas e questões que consideravam mais relevantes para os seus territórios, em escolhas enraizadas na identificação com a realidade local, frequentemente expressa por declarações como: "Acho que isso que estou vivendo é uma realidade aqui de onde eu moro." Falas do tipo mostram uma dimensão coletiva das experiências individuais. Dessa forma, as narrativas dos jovens se conectavam diretamente às demandas e urgências de suas comunidades, transformando suas histórias pessoais em reflexões mais amplas sobre o impacto da pandemia nos territórios que habitam.

Figura 10 – Conteúdo sobre pandemia e precariedade nas favelas e periferias



Fonte: JOVENS COMUNICADORES, 2020.

Figura 11 – Conteúdo com informações sobre o auxílio



Fonte: JOVENS COMUNICADORES, 2020.

Os conteúdos produzidos refletiram uma resposta direta aos desafios surgidos com a chegada da pandemia, evidenciando uma preocupação em informar a população para lidar com uma crise sanitária cuja proporção que tomaria não era conhecida. Por isso, o principal tema compartilhado em 2020 e 2021 foi sobre o combate à desinformação e às *fake news*, principal foco no projeto, que, como visto ao longo desta dissertação, preocupou de modo crescente no contexto da pandemia de covid-19. Os conteúdos compartilhados tinham como principal

objetivo capacitar as comunidades a identificarem e combater notícias falsas, que se disseminavam rapidamente e tinham o potencial de agravar os impactos da crise sanitária. A desinformação confundia a população e minava sua confiança nas recomendações científicas e nas medidas preventivas de saúde pública (OLIVEIRA, 2020; RECUERO; SOARES, 2020).

Por isso, produziram-se materiais que destacavam estratégias práticas para lidar com o fenômeno, como, por exemplo, orientações sobre a importância de verificar a fonte de uma informação antes de compartilhá-la, especialmente em redes sociais e aplicativos de mensagens, nos quais a velocidade de disseminação era mais elevada. Exemplos de perguntas orientadoras incluíam: "Essa notícia foi publicada por um veículo confiável?", "O autor é identificado e tem credibilidade?" e "A informação foi confirmada por mais de uma fonte?".

Além disso, os conteúdos sobre como identificar uma *fake news* incentivavam a população a desconfiar de manchetes sensacionalistas e informações que apelassem ao medo ou às emoções sem apresentar evidências concretas. Tais conteúdos propõem uma pedagogia crítica no campo da informação, destacando que o ato de se informar ultrapassa a mera recepção de notícias. Ele exige engajamento ativo, envolvendo a atenção minuciosa aos detalhes, verificação criteriosa das fontes, identificação de possíveis incongruências, exercício da desconfiança reflexiva, realização de pesquisas complementares e cautela no compartilhamento de informações. Nesse contexto, busca-se promover competências críticas indispensáveis para se navegar em um ambiente marcado por sobrecarga informacional, proliferação de desinformação e circulação de *fake news*.

Essa diretriz pedagógica conecta-se diretamente à interlocução entre plataformas digitais e a formação da opinião pública, tema central em investigações como as conduzidas pela CPI da pandemia, instalada pelo Senado Federal em abril de 2021. A capacidade de analisar detalhadamente o conteúdo, verificar suas origens, identificar inconsistências e exercer cautela na disseminação de informações é essencial para compreender a lógica de propagação de narrativas desinformativas e as estratégias para combatê-las. Ademais, essa pedagogia crítica está alinhada ao objetivo mais amplo de construir uma cidadania informacional ativa e reflexiva, elemento indispensável para iniciativas que investigam as interseções entre comunicação, sociedade e saúde.

Figura 12 – Card sobre como checar desinformação



Fonte: JOVENS COMUNICADORES, 2020.

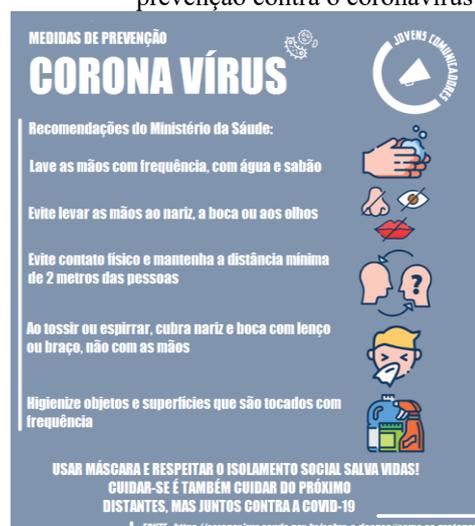
Figura 13 – Card sobre como checar desinformação



Fonte: JOVENS COMUNICADORES, 2020.

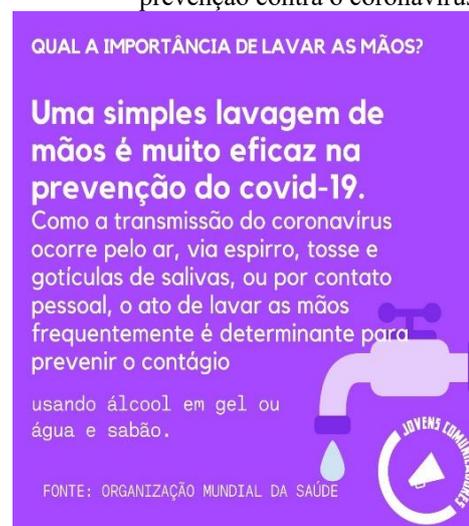
Outro tema bastante compartilhado eram os conteúdos sobre a prevenção contra o coronavírus, inclusive orientações detalhadas sobre o uso adequado de máscaras, desde a importância de cobrir completamente o nariz e a boca até a necessidade de trocá-las regularmente, evitando reutilizações inadequadas. Além disso, exploraram-se práticas essenciais de higiene, como lavar as mãos corretamente com água e sabão e o uso de álcool em gel em situações em que a lavagem das mãos não fosse possível.

Figura 14 – Conteúdo produzido pelos jovens comunicadores sobre medidas de prevenção contra o coronavírus



Fonte: JOVENS COMUNICADORES, 2020.

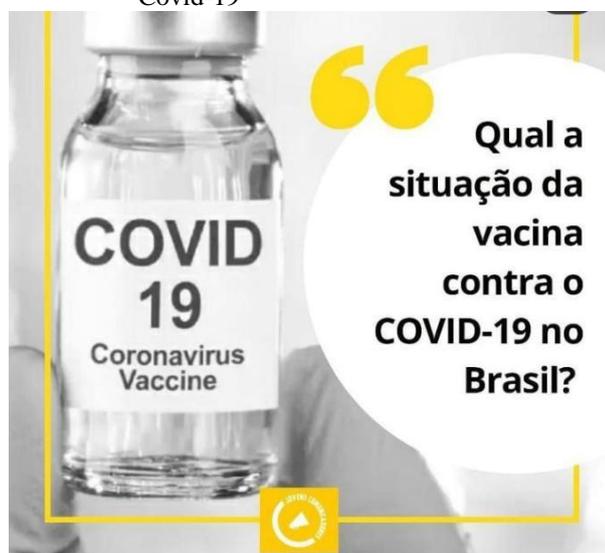
Figura 15 – Conteúdo produzido pelos jovens comunicadores sobre medidas de prevenção contra o coronavírus



Fonte: JOVENS COMUNICADORES, 2020.

Diversos outros temas também se destacaram nas ações de disseminação de informações, em que o tema da vacina ocupou espaço central. Mensagens relacionadas à vacina não se restringiam apenas ao momento em que as primeiras negociações para sua produção foram anunciadas, abrangiam uma narrativa contínua, que evoluía conforme o cenário da pandemia se desenrolava. Desde o início das discussões científicas e políticas sobre a viabilidade das vacinas, até a celebração de avanços nas fases de testes clínicos e a chegada das primeiras doses, o material produzido explicitava a importância dessa ferramenta de saúde pública como um marco na luta contra a covid-19.

Figura 16 – Card – conteúdo sobre produção da vacina de Covid-19



Fonte: JOVENS COMUNICADORES, 2020.

A vacina que todos estão esperando! A universidade de Oxford fechou uma parceria com a Fiocruz para o desenvolvimento da pesquisa da vacina contra a covid-19 no Brasil. Ainda em fase de testes, mas os resultados se mostram promissores. 553 voluntários já tomaram a vacina e receberam um resultado positivo com 91% obtendo anticorpos imediatamente. Ao fim da pesquisa, as vacinas serão produzidas no Brasil e distribuídas GRATUITAMENTE através do SUS. Serão 100 milhões de doses iniciais distribuídas nos postos de saúde (JOVENS COMUNICADORES, 2020).

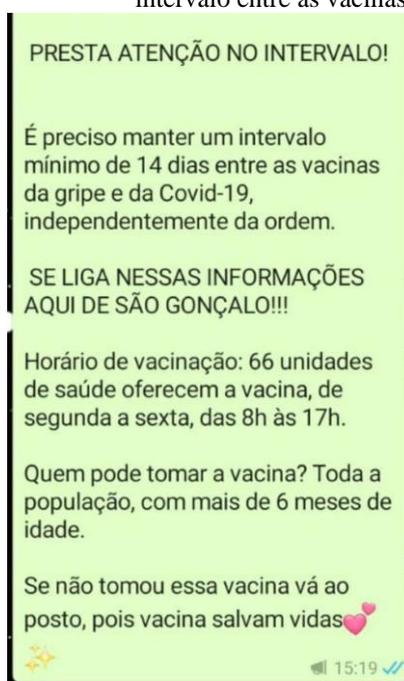
Além disso, o esforço para manter a população informada sobre os prazos e as condições para a aplicação das doses, por meio de lembretes e atualizações regulares, foi significativo. Tais informações tinham o objetivo de esclarecer os diferentes estágios do processo de imunização, como a primeira e a segunda doses, intervalos entre elas e a importância de completar o ciclo de vacinação para garantir a eficácia do imunizante. Em um contexto de grandes incertezas, a informação constante ajudava a combater as dúvidas e a ansiedade de muitos.

Em paralelo, uma parte crucial da produção de conteúdo envolvia a desmistificação das numerosas *fake news* que circulavam, especialmente em relação às vacinas e às instituições

científicas responsáveis por sua pesquisa e desenvolvimento. As vacinas, sendo um dos principais alvos de campanhas desinformativas, foram associadas a inúmeras teorias conspiratórias, que questionavam sua segurança, eficácia e até mesmo os interesses políticos e econômicos por trás de sua distribuição. Para combater a onda de desinformação, os materiais produzidos nas plataformas digitais além de esclarecerem fatos científicos com base em dados e evidências, explicavam ainda o funcionamento das instituições de pesquisa, destacando seu papel fundamental na busca por soluções para a crise sanitária.

Nem sempre os *cards* eram compartilhados de forma isolada. Em várias ocasiões, eram acompanhados por pequenos textos que contextualizavam ou complementavam a informação visual. Neles, reforçava-se a mensagem transmitida pelo *card*, proporcionando uma explicação mais detalhada ou inserindo o conteúdo dentro de uma narrativa específica. Em alguns momentos ainda, o compartilhamento de conteúdo era feito exclusivamente por meio de textos, que, por sua vez, além de trazerem dados ou informações, apresentavam reflexões ou posicionamentos sobre temas pertinentes à comunidade. Vejamos o exemplo abaixo, de um texto compartilhado sobre o intervalo necessário entre as vacinas da gripe e da covid-19 e com informações sobre pontos e os horários de funcionamento para vacinação.

Figura 17 – Informação sobre o intervalo entre as vacinas



Fonte: JOVENS COMUNICADORES, 2024.

Em outras situações, o uso de vídeos também eram uma estratégia importante de comunicação. Produzidos e editados pelos próprios jovens comunicadores, os vídeos eram uma opção visual e sonora envolvente. Dessa maneira, além de se expressarem criativamente, os

jovens se apropriaram de ferramentas digitais para comunicar algo de interesse coletivo. Os vídeos, por vezes, eram combinados com outros formatos de conteúdo, como entrevistas, depoimentos ou até encenações. Com esse processo de produção e compartilhamento, ampliava-se a disseminação de informações e também se fortalecia o senso de agência dos jovens na construção de uma narrativa própria, visibilizando suas perspectivas e demandas.

Esses conteúdos nos mostram que, ao ser apropriado enquanto ferramenta principal de compartilhamento sobre a pandemia pelos jovens comunicadores, buscando oferecer informações verídicas e de qualidade, o WhatsApp se torna um campo de disputas informacionais. Dessa forma, o projeto pode ser entendido como uma alternativa comunicacional, a partir do desenvolvimento de estratégias que buscavam descentralizar a produção e compartilhamento de informações, por meio da apropriação de narrativas e técnicas das mais diferentes plataformas digitais e aplicativos. Além de ser tecido um fluxo de envio e recebimento de mensagens entre os jovens comunicadores e sua rede construída a partir das listas de transmissão, o WhatsApp também foi mobilizado como recurso que possibilitou a manutenção da relação entre os envolvidos no projeto e a interação para a construção dos conteúdos, posto que todas as demandas eram discutidas no aplicativo, considerando o contexto pandêmico.

Nesse sentido, segundo Denis de Moraes (2007), as mídias sociais são um espaço de lutas e conflitos ideológicos e podem funcionar importante meio de questionamento da ordem vigente e de ativismo social, possibilitando que diferentes grupos produzam e compartilhem informações num sentido contra-hegemônico. Ainda em conformidade com o autor, esse modo de utilizar as mídias sociais só é possível em diálogo com a ideia de “comunicação alternativa”, entendida como aquela que atua como comunicação no campo popular, juntamente com a militância social, para democratizar a informação, com vistas a uma transformação social com capacidade de “[...] ‘difundir, coproduzir, organizar, articular, capacitar e reconstruir a memória, a identidade e a unidade na ação’” (MORAES, 2007, p. 4).

Entretanto, ao longo do desenvolvimento do projeto, emergiram questões que tensionaram a dinâmica entre engajamento e protagonismo dos jovens e das organizações comunitárias. Embora o envolvimento desses sujeitos tenha sido fundamental para a execução das ações, é importante reconhecer que o protagonismo efetivo foi relativizado, tanto pela própria estrutura dos projetos quanto por desigualdades estruturais que atravessaram o processo. Esses desafios precisam ser analisados à luz das iniquidades no acesso à infraestrutura digital e às condições materiais que impactam a vida cotidiana nas favelas.

Há de se considerar, perante essas questões, que as iniquidades presentes no acesso à tecnologia também influenciaram diretamente a dinâmica do projeto. Por exemplo, a ausência de aparelhos adequados, conexão estável de internet e infraestrutura de suporte impactaram a execução das atividades e o envolvimento nas oficinas. Tal condição evidencia que o projeto, embora tenha sido concebido para responder às necessidades da população das favelas, foi constringido pelas mesmas precariedades que buscava mitigar.

Um exemplo emblemático dessa tensão é a tentativa de disseminar informações seguras e confiáveis utilizando links enviados por aplicativos como o WhatsApp. Apesar de a estratégia ter surgido como resposta à circulação de desinformação, ela enfrentou limitações práticas. Como esperar que as pessoas cliquem em links se o acesso à rede de dados é limitado ou intermitente? É um paradoxo que evidencia uma série de desafios entre a formulação do projeto e a realidade material vivida pelos moradores das favelas.

Ainda assim, o *Projeto Jovens Comunicadores* contribuiu para o fortalecimento de uma agência comunitária que desafia narrativas hegemônicas e promove vozes historicamente silenciadas. Ao mesmo tempo que iluminou as barreiras estruturais, também apontou para a potência de iniciativas coletivas que, mesmo em contextos de escassez, buscam transformar a comunicação em uma ferramenta de emancipação e mobilização social. Por isso, a análise das dificuldades enfrentadas não deve ser entendida apenas como um relato de limitações, mas como um convite à reflexão crítica sobre a necessidade de políticas públicas e parcerias que assegurem as condições materiais e simbólicas para que iniciativas como essa possam prosperar.

CONCLUSÃO

Antes mesmo da pandemia, a internet e as plataformas digitais já eram muito utilizadas como ferramentas indispensáveis na produção, compartilhamento e promoção de conteúdos relacionados à saúde. Nessa direção, durante o período pandêmico, elas, além de propiciarem a manutenção das interações sociais, também foram amplamente utilizadas para a disseminação e consumo de informações sobre o vírus, suas possíveis origens e estratégias de prevenção. Contudo, o cenário também favoreceu a intensificação do fenômeno da infodemia, caracterizado pela sobrecarga de informações, muitas vezes conflitantes ou imprecisas, que dificultaram a distinção entre fatos confiáveis e desinformação.

Assim sendo, boa parte da quantidade excessiva de conteúdos em circulação sobre a pandemia nas plataformas digitais era imprecisa ou falsa, frequentemente apresentando discursos que mitigavam a gravidade da crise sanitária, negavam os índices de internações e mortes ou ignoravam os profundos impactos sociais ocasionados no período. Conforme exposto, a desinformação propagada nas plataformas digitais foi fortemente influenciada por narrativas políticas e motivada por interesses econômicos, em que se negligenciou frequentemente os riscos à saúde e à vida das pessoas (CALIL, 2021; RECUERO, 2019; SOARES, 2020).

Nesse ínterim, a plataforma do WhatsApp foi a que mais cresceu e, devido à sua popularização e seu poder informacional, foi amplamente utilizada e mobilizada como recurso por diferentes atores políticos e grupos sociais para o compartilhamento de conteúdo referente à pandemia. A evolução da tragédia da pandêmica no Brasil foi marcada pela omissão do governo Bolsonaro, mas não somente isso. O ex-presidente também estimulou práticas consideradas facilitadoras do, além de ter colaborado para a divulgação de informações falsas em suas plataformas digitais. Assim, Bolsonaro e seus apoiadores mantiveram as estratégias que o elegeram em 2018, utilizando o WhatsApp como um dos principais meios de dialogar com seu eleitorado e compartilhar conteúdos falsos.

Esse posicionamento refletiu o que pode ser descrito como “populismo sanitário” (LASCO; CURATO, 2019) por parte do ex-presidente Jair Bolsonaro. Desde o início da pandemia, ele introduziu uma postura que desprezava a gravidade da covid-19, referindo-se à doença como uma “gripezinha” e se opondo a medidas recomendadas por especialistas, como o uso de máscaras e o distanciamento social. Dono de uma retórica simplista e agressiva,

Bolsonaro fortaleceu um discurso que desafiava as evidências científicas, enquanto promovia a desinformação e enfraquecia os esforços de controle social diante da crise.

Desse modo, como discutido no primeiro capítulo desta dissertação, a relação entre saúde e cidadania biológica na era digital (ROSE, 2013) não se desenvolve em um vazio político. Por um lado, a internet e as plataformas digitais têm o potencial de democratizar a informação, permitindo que indivíduos historicamente distantes de discussões especializadas possam participar, questionar e fazer escolhas informadas. Por outro lado, contudo, o ambiente digital é igualmente caracterizado por desigualdades de poder, disseminação de informações falsas e dinâmicas de opacidade (CESARINO, 2022).

Além disso, as plataformas digitais, enquanto intervêm nesse processo, operam por meio de algoritmos que frequentemente priorizam conteúdos sensacionalistas, negacionistas, baseados em conspirações ou pseudociências. Assim, as decisões que as pessoas tomam em relação aos seus corpos e à saúde são moldadas por narrativas de autoridade, confiança e reconhecimento social, as quais têm sido reconfiguradas pelo universo digital

Ademais, o advento da covid-19 revelou que, para além do vírus, outros fatores se tornaram constituintes da pandemia, inclusive a desinformação, que pode causar impactos profundos na saúde das pessoas. Ao refletir sobre a forma com que a pandemia aconteceu no Brasil, constatei, em diálogo com a literatura, que ela parece não combinar com o modo de produção e a forma societária capitalista, visto que todas as exigências existentes para a combater pareciam inadequadas e incompatíveis com as necessidades inerentes ao processo de acumulação capitalista. Na realidade, o que ocorreu foi a radicalização da precarização já existente que se somou à crise sanitária impulsionada pela pandemia.

Desse modo, no capítulo dois, analisei a relação entre a pandemia de Covid-19 e as favelas, enfatizando como as desigualdades socioespaciais e econômicas agravaram os impactos da crise sanitária nesses territórios. A partir dessa análise, foi possível evidenciar como fatores estruturantes, profundamente enraizados em dinâmicas históricas de marginalização e exclusão, moldaram tanto os desafios enfrentados por populações periféricas ao longo do tempo, os quais se intensificaram durante a pandemia, quanto as respostas desenvolvidas, seja em âmbito comunitário, seja em nível institucional, para amenizar os efeitos dessa crise.

Diante dos interesses que moldaram a utilização das plataformas digitais como meio de propagação de informação, considerando-as como parte da vida, eu me propus investigar as estratégias de mobilização comunicacional protagonizadas por jovens de favelas da região metropolitana do Rio de Janeiro durante a pandemia de covid-19 a partir da atuação do projeto

Jovens Comunicadores – Edição Covid-19 pelo aplicativo WhatsApp. A iniciativa da ONG BemTV funcionou como uma das respostas às preocupações que emergiram sobre os impactos da crise sanitária decorrente da covid-19 nas favelas e periferias. Minha análise dessa iniciativa refletiu sobre o papel das diversas formas de associativismo em favelas, examinando suas dinâmicas, tensões e contradições. Dessa forma, o capítulo contribui para ampliar a compreensão sobre a atuação das ONGs que têm a juventude como público-alvo e que atuam por meio de projetos sociais em territórios marginalizados.

Assim, discuti como os jovens, frequentemente situados em condições de vulnerabilidades múltiplas, também podem atuar como agentes transformadores das condições locais, especialmente em contextos de crise. Ao mesmo tempo, problematizei a centralidade conferida à juventude em projetos sociais promovidos por ONGs no Rio de Janeiro, destacando como esse posicionamento exemplifica e reproduz concepções consolidadas sobre a juventude, que, historicamente, tem sido abordada no campo público e acadêmico predominantemente sob a ótica do problema social e vulnerabilidade.

Como explorado ao longo desta dissertação, ferramentas digitais como o WhatsApp se inserem em redes intrincadas de poder social e econômico. Assim, sustento que analisar o fenômeno da desinformação sobre saúde exige compreender não apenas os conteúdos compartilhados, mas também as dinâmicas sociais que sustentam sua circulação. Além disso, as plataformas digitais estão interconectadas, ampliando a repercussão de conteúdos compartilhados inicialmente em outras redes. Desse modo, analisar o WhatsApp em contexto implica tanto considerar as dinâmicas sociais que o configuram tecnologia quanto compreender o ecossistema de plataformas no qual ele se insere. Isso significa situá-lo em uma rede de interdependências tecnológicas e discursivas. O fluxo de informações que circula no aplicativo não é isolado, mas atravessa outras plataformas, como Facebook, Instagram, YouTube, gerando dinâmicas de amplificação e, até mesmo, de ressignificação dos conteúdos. Essa interconexão evidencia que o WhatsApp não pode ser ~~desenvolvido~~ compreendido de maneira isolada, pois sua funcionalidade e impacto estão profundamente imbricados em outras infraestruturas digitais que moldam as formas de produção e consumo de informação.

Nesse cenário, como argumentei no capítulo três, as plataformas digitais também funcionaram como ferramentas estratégicas contra-hegemônicas. Apesar de estarem condicionadas por algoritmos e dinâmicas mercadológicas (CESARINO, 2022; PARREIRAS, 2024), o *Projeto Jovens Comunicadores – Edição Covid-19* buscou promover a apropriação crítica dessas tecnologias pela juventude periférica. Nesse contexto, o WhatsApp foi utilizado

de forma estratégica para disseminar informações confiáveis, respondendo às necessidades informativas desses territórios.

Contudo, sua execução revelou um dos principais paradoxos enfrentados por projetos sociais em contextos marcados por desigualdades estruturais: as mesmas barreiras que o projeto buscava mitigar se apresentaram como desafios significativos para sua implementação, sobretudo no que diz respeito às desigualdades de acesso à internet.

A precariedade da infraestrutura digital nas periferias brasileiras é reflexo das desigualdades estruturais que permeiam esses locais. Muitos jovens envolvidos no projeto enfrentam dificuldades concretas, como a falta de dispositivos adequados, conexão estável com a internet e custo dos dados móveis. Tais obstáculos impactam diretamente a possibilidade de participação plena nas atividades propostas, comprometendo o engajamento contínuo e a qualidade da contribuição dos participantes.

Embora a pandemia tenha terminado, a desinformação gerada e disseminada nas plataformas digitais continua a exigir atenção crítica. O relaxamento das políticas de moderação nas plataformas não pode ser compreendido de maneira isolada, pois reflete um alinhamento tácito com as dinâmicas globais de poder, por meio das quais a extrema-direita tem se apropriado dessas plataformas como ferramentas estratégicas para consolidar seus discursos e mobilizar apoiadores. Assim, o alastramento de desinformação, especialmente em temas sensíveis como saúde, ciência e democracia, tornou-se uma tática recorrente para deslegitimar governos progressistas, desacreditar instituições científicas e alimentar teorias conspiratórias que aprofundam a polarização social.

Nesse contexto, o alinhamento das grandes empresas de tecnologia com governos de extrema direita, assim como sua conivência ou inação diante de discursos de ódio e desinformação, evidenciam uma convergência perigosa entre interesses corporativos e políticos. Essa relação, além de prejudicar esforços globais de saúde pública, contribui para a normalização de discursos anticientíficos e autoritários, que minam as bases da governança democrática e das políticas públicas fundamentadas em evidências.

Mesmo diante disso, ainda que a pandemia do COVID-19 tenha intensificado desigualdades preexistentes, não deixou de revelar novas formas de resistência e associativismo, as quais se apresentaram em resposta à crise sanitária, econômica e social. As plataformas digitais nas favelas e periferias não foram utilizadas meramente para a disseminação passiva de conteúdos desinformativos, mas serviram como ferramentas para organizar campanhas de ajuda mútua, divulgar informações sobre saúde e movimentos articulares de protesto contra as diversas injustiças sociais e raciais. Essas práticas,

desenvolvidas em um contexto de isolamento social e restrições físicas, explicitaram um uso estratégico e contra-hegemônico das plataformas digitais, mesmo com todas as limitações, o que merece ser investigado de forma mais aprofundada.

Quanto aos estudos existentes sobre plataformas digitais e pandemia, observa-se que tendem a se concentrar em temas amplos, por exemplo impactos da desinformação, implicações na saúde mental e mudanças nos padrões de comunicação. Contudo, há uma lacuna significativa quando se trata de investigar como grupos marginalizados, especialmente jovens de favelas e periferias, utilizam plataformas digitais para fortalecer suas comunidades e promover transformações sociais. Embora tais estudos sejam de relevância indiscutível — principalmente ao se considerar a infraestrutura das plataformas e os interesses econômicos das grandes empresas de tecnologia, além das desigualdades digitais que permeiam o campo —, é fundamental expandir o olhar sobre as dinâmicas de resistência e agência no contexto digital.

Nesse sentido, a descentralização da comunicação fornecida pela internet, ao transformar os internautas em produtores de conteúdo e não meros consumidores, contribui para a construção de ações participativas. Nesse cenário, o aplicativo WhatsApp, por exemplo, se configurou como um campo de disputas informacionais, em que diferentes narrativas e vozes marginalizadas pudessem se manifestar, mesmo que, talvez, com repercussões desiguais. A apropriação desse espaço digital pelo *Projeto Jovens Comunicadores - Edição Covid-19*, especialmente, possibilitou a construção de outras narrativas que desafiaram as versões predominantes e muitas vezes distorcidas sobre a pandemia. Nesse processo, a comunicação deixou de ser uma prática unidirecional e se tornou um meio para questionar discursos dominantes.

Assim, frente ao período tenebroso ocasionado pela pandemia, que assombrou o Brasil e o mundo, tornaram-se urgentes as ações realizadas por e para a população, a fim de salvaguardar a vida dos que foram lançados à sua própria sorte.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Helena Wendel. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 5-6, p. 25-36, maio/dez. 1997. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/rbedu/n05-06/n05-06a04.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2024.
- ALBUQUERQUE, Mariana Vercesi de; RIBEIRO, Luis Henrique Leandro. Desigualdade, situação geográfica e sentidos da ação na pandemia da COVID-19 no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 12, p. 1-14, 2020. DOI: 10.1590/0102-311X00208720. Disponível em: <http://cadernos.ensp.fiocruz.br/static//arquivo/1678-4464-csp-36-12-e00208720.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2024.
- ANTUNES, Ricardo. **Capitalismo pandêmico**. São Paulo: Boitempo, 2022.
- AQUINO, Estela M. L. *et al.* Medidas de distanciamento social no controle da pandemia de COVID-19: potenciais impactos e desafios no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, p. 2423-2446, 2020. Supl. 1. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020256.1.10502020>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/4BHTCFF4bDqq4qT7WtPhvYr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 jan. 2024.
- ASSUMPÇÃO, Leilah Landim. **A invenção das ONG'S**: do serviço invisível à profissão sem nome. 1993. 410f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) –Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/72/teses/187004.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2024.
- BAPTISTA, Erica Anita *et al.* A circulação da (des)informação política no WhatsApp e no Facebook. **Lumina**, Juiz de Fora, v. 13, n. 3, p. 29-46, set./dez. 2019. DOI: <https://doi.org/10.34019/1981-4070.2019.v13.28667>. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/lumina/article/view/28667/20039>. Acesso em: 20 jan. 2024.
- BARBOSA, Rafael. Fim do Zero Rating? Saiba por que novos planos têm acabado com apps ilimitados: Detetive TC. **Tudo Celular**. [S. l.], 12 mar. 2024. Disponível em: <https://www.tudocelular.com/curiosidade/noticias/n218817/fim-zero-raing-novos-planos-sem-appsilimitados.html#:~:text=A%20Vivo%20deixou%20de%20comercializar,ilimitado%20para%20as%20redes%20sociais.&text=Android%2011%20Mar%20Mudan%C3%A7a%20vai,h%C3%A1%20impactos%20para%20clientes..> Acesso em: 24 maio 2024.
- BOLETIM OBSERVATÓRIO COVID-19. Rio de Janeiro: Fiocruz, Boletim extraordinário, 16 mar. 2021. Boletim extraordinário. Disponível em: https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/boletim_extraordinario_2021-marco-16-red-red-red.pdf. Acesso em: 14 fev. 2024.
- BRANDÃO, Pedro Paulo Souza; GOMES, Maria Rosilene Maués; BORGES, Carlos Nazareno Ferreira. Ensino remoto na perspectiva Freireana: limites e possibilidades para prática crítico-libertadora. **Filosofia e Educação**, Campinas, v. 13, n. 2, p. 2296-2322, maio/ago. 2021. DOI: <https://doi.org/10.20396/rfe.v13i2.8665509>. Disponível em: <https://>

periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rfe/article/view/8665509/27441. Acesso em: 20 jul. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 158, n. 27, p. 1. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=07/02/2020&jornal=515&pagina=1&totalArquivos=77>. Acesso em: 20 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. COVID-19 no Brasil. **Ministério da Saúde**. Brasília, DF, 2024. Disponível em: https://infoms.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html. Acesso em: 13 jan. 2024.

BRASIL tem 254 mil infectados e já é o 3º país com mais casos de covid-19 no mundo. **Brasil de Fato**. São Paulo, 18 maio, 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/05/18/brasil-tem-254-mil-infectados-e-ja-e-o-3-pais-com-mais-casos-de-covid-19-no-mundo>. Acesso em: 14 fev. 2024.

BRISOLA, Anna; BEZERRA, Arthur Coelho. Desinformação e circulação de “fake news”: distinções, diagnóstico e reação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2018, Londrina. **Anais....** Marília: UNESP, 2018. p. 3316-3330. Disponível em: http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XIX_ENANCIB/xixenancib/paper/view/1219/1636. Acesso em: 14 maio 2024.

BURGOS, Marcelo Tadeu Baumann. Dos parques proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. *In*: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (org.). **Um Século de favela**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003. p. 25-60.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2024.

BUTLER, Judith. **Que mundo é este?**: uma fenomenologia pandêmica. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

CALIL, Gilberto Grassi. A negação da pandemia: reflexões sobre a estratégia bolsonarista. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 140, p. 30-47, jan./abr. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.236>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/ZPF6DGX5n4xhfJNTypm87qS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 fev. 2024.

CAMBRICOLI, Fabiana. Brasil lidera aumento das pesquisas por temas de saúde no Google. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 10 fev. 2019. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/saude/brasil-lidera-aumento-das-pesquisas-por-temas-de-saude-no-google/>. Acesso em: 13 jan. 2024.

CAMPOS, Claudinei José Gomes. Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, DF, v. 57, n. 5, p. 611-614, set./out. 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-71672004000500019>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/wBbjs9fZBDrM3c3x4bDd3rc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 fev. 2024.

CAVALCANTE, Ricardo Bezerra; CALIXTO, Pedro; PINHEIRO, Marta Macedo Kerr. Análise de conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, 24, n.1, p. 13-18, jan./abr. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/10000/10871>. Acesso em: 12 fev. 2024.

CESARINO, Letícia. **O mundo do avesso: verdade e política na era digital**. São Paulo: Ubu, 2022.

CESARINO, Letícia. Pós-verdade e a crise do sistema de peritos: uma explicação cibernética. **Ilha – Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 73-96, 2021. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-8034.2021.e75630>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/75630/45501>. Acesso em: 20 fev. 2024.

CETIC.BR. **TIC domicílios**: 2018. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://cetic.br/pt/tics/domicilios/2018/domicilios/>. Acesso em: 20 abr. 2024.

COUTO, Marlen. YouTube já removeu 33 vídeos do canal de Bolsonaro desde abril. **O Globo**, Rio de Janeiro, 26 out. 2021. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/sonar-a-escuta-das-redes/post/youtube-ja-removeu-33-videos-do-canal-de-bolsonaro-desde-abril.html>. Acesso em: 10 mar. 2024.

COVID-19 barometer: consumer attitudes, media habits and expectations. **Kantar**, London, 3 Apr. 2020. Disponível em: <https://www.kantar.com/Inspiration/Coronavirus/COVID-19-Barometer-Consumer-attitudes-media-habits-and-expectations>. Acesso em: 14 fev. 2024.

COVID-19: POLÍTICAS PÚBLICAS E AS RESPOSTAS DA SOCIEDADE. [S. l.]: Rede de Pesquisa Solidária em Políticas Públicas e Sociedade, n. 34, 20 set. 2021. Disponível em: <https://redepesquisasolidaria.org/wp-content/uploads/2021/09/boletimpps-34-20set2021-1.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2024.

CPI da pandemia: Entenda os principais pontos do relatório. **Agência Senado**. Brasília, DF, 20 out. 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/10/20/cpi-da-pandemia-principais-pontos-do-relatorio>. Acesso em: 20 maio 2024.

CUSTÓDIO, Leonardo. O caráter decolonial da comunicação popular: midiativismo de favela contra o Covid-19. **Revista de Comunicação Dialógica**, Rio de Janeiro, n. 5, p. 31-47, jan./jun. 2021. DOI: <https://doi.org/10.12957/rcd.2021.59663>. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/rcd/article/view/59663/38678>. Acesso em: 25 abr. 2024.

D'ANDREA, Tiaraju. Contribuições para a definição dos conceitos *periferia* e *sujeitas e sujeitos periféricos*. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 19-36, abr. 2020. DOI: <https://doi.org/10.25091/S01013300202000010005>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/whJqBpqmD6Zx6BY54mMjqXQ/?format=pdf>. Acesso em: 15 abr. 2024.

DAROS, Gabriel; NAÍSA, Letícia. Hackers acessaram nuvem do Ministério da Saúde com senha; entenda o ataque. **Tilt UOL**. São Paulo, 14 jan. 2022. Disponível em: <https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2022/01/14/hackers-do-ministerio-da-saude-acessaram-sistema-com-senha-diz-secretario.htm>. Acesso em: 5 maio 2024.

DUARTE, Daniel Edler; BENETTI, Pedro Rolo. Pela Ciência, contra os cientistas? Negacionismo e as disputas em torno das políticas de saúde durante a pandemia. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 24, n. 60, p. 98-138, maio/ago. 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/18070337-120336>. Disponível em <https://www.scielo.br/j/soc/a/CJmdspZCg7KyFc47gKcjcxx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 jun. 2024.

É FALSA postagem que aponta menos mortes por doenças respiratórias em 2020 em relação ao ano passado. **Ceará**, Fortaleza, 12 maio 2020. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2020/05/12/e-falsa-postagem-que-aponta-menos-mortes-por-doencas-respiratorias-em-2020-em-relacao-ao-ano-passado/>. Acesso em: 14 fev. 2024.

EVANGELISTA, Ana Paula. Negros são os que mais morrem por covid-19 e os que menos recebem vacinas no Brasil. **Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio**. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/podcast/negros-sao-os-que-mais-morrem-por-covid-19-e-os-que-menos-recebem-vacinas-no-brasil>. Acesso em: 10 mar. 2024.

FALCÃO, Hully Guedes; OLIVEIRA, Thaianie; ARAÚJO, Ronaldo Ferreira. Perspectivas multidisciplinares sobre ‘desinformação’ em ciência e saúde. **Reciis – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 209-214, abr./jun. 2022. DOI: <https://doi.org/10.29397/reciis.v16i2.3361>. Disponível em: <https://www.recis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/3361/2513>. Acesso em: 24 jun. 2024

FLEURY, Sonia; MENEZES, Palloma. Pandemia nas favelas: entre carências e potências. **Saúde em debate**, Rio de Janeiro, v. 44, p. 267-280, dez. 2020. Número especial 4. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-11042020E418>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/xSgrb6jrj3tLnGszjZ4QcWt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 fev. 2024.

FLEURY, Sonia; MENEZES, Palloma; MAGALHÃES, Alexandre. Deslocando enquadramentos: coletivos de favelas em ação na pandemia. **Revista Brasileira de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9, n. 23, p. 256-279, set./dez. 2021. DOI: <https://doi.org/10.20336/rbs.839>. Disponível em: <https://rbs.sbsociologia.com.br/index.php/rbs/article/view/839/406>. Acesso em: 24 fev. 2024.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 34. ed. rev. e atual. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 43 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

GAGLIONI, Cesar. O que as redes sociais fazem para coibir fake news em meio à pandemia. **Nexo**, São Paulo, 16 mar. 2020. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2020/03/16/O-que-as-redes-sociais-fazem-para-coibir-fake-news-em-meio-%C3%A0-pandemia>. Acesso em: 10 mar. 2024.

GALHARDI, Cláudia Pereira *et al.* Fato ou fake?: uma análise da desinformação frente à pandemia da Covid-19 no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, p. 4201-4210, 2020. Supl. 2. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-812320202510.2.28922020>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/XnfpYRR45Z4nXskC3PTnp8z/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 mar. 2024.

GARBIN, Helena Beatriz da Rocha; PEREIRA NETO, André de Faria; GUILAM, Maria Cristina Rodrigues. A internet, o paciente expert e a prática médica: uma análise bibliográfica. **Interface: Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 12, n. 26, p. 579-588. jul./set. 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-32832008000300010>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/TPC5B5678dnn9YXbfd3KkrK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 fev. 2024.

GIDDENS, Anthony. A constituição da sociedade: Esboço da teoria da estruturação. **Polity**, 1984.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. Rio de Janeiro: Record, 1997.

GÓMEZ CRUZ, Edgar; HARINDRANATH, Ramaswami. WhatsApp as “technology of life”: reframing research agendas. **First Monday**, Bridgman, v. 25, n. 1, Jan. 2020. DOI: <https://doi.org/10.5210/fm.v25i12.10405>. Disponível em: <https://firstmonday.org/ojs/index.php/fm/article/download/10405/8318>. Acesso em: 20 mar. 2024.

GOOGLE. Google Classroom: ensino e aprendizagem mais integrados. **Google for Education**. Mountain View, [202-]. Disponível em: https://edu.google.com/intl/ALL_br/workspace-for-education/products/classroom/. Acesso em: 25 abr. 2024.

GOOGLE Meet, ferramenta de videochamadas, amplia reuniões ilimitadas gratuitas até março de 2021. **G1**. Rio de Janeiro, 29 set. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2020/09/29/google-meet-ferramenta-de-videochamadas-amplia-reunioes-ilimitadas-gratuitas-ate-marco-de-2021.ghtml>. Acesso em: 25 maio 2024.

GOVERNO reforça que não abre mão de soberania e exige que mudanças da Meta se enquadrem às leis nacionais. **BRASIL**. Presidência da República. Brasília, DF, 10 jan. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2025/01/governo-reforca-que-nao-abre-mao-de-soberania-e-exige-que-mudancas-da-meta-se-enquadrem-as-leis-nacionais>. Acesso em: 15 jan. 2025

HINE, Christine; PARREIRAS, Carolina; LINS, Beatriz Accioly. A internet 3E: uma internet incorporada, corporificada e cotidiana. **Cadernos de Campo**, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 1-42, 2020. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v29i2pe181370>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/181370/168259>. Acesso em: 16 jul. 2024.

HORST, Heather A; MILLER, Daniel. **The cell phone**: an anthropology of communication. Oxford, UK; New York: Berg, 2006.

IFEX-ALC condena obstrução do direito à informação e da atividade jornalística no Brasil. **Abraji**. São Paulo, 8 jun. 2020. Disponível em: <https://www.abraji.org.br/noticias/ifex-alc-condena-obstrucao-do-direito-a-informacao-e-da-atividade-jornalistica-no-brasil>. Acesso em: 20 maio 2024.

INSTAGRAM classifica como fake news postagem sobre coronavírus compartilhada por Bolsonaro. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 12 maio 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br>

folha.uol.com.br/poder/2020/05/instagram-classifica-como-fake-news-postagem-sobre-coronavirus-compartilhada-por-bolsonaro.shtml. Acesso em: 12 jun. 2024.

JUSTINO, Anderson. Exclusivo! Tráfico corta cabos de operadoras e impõe sua internet em São Gonçalo. **O Dia**. Rio de Janeiro, 16 out. 2019. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2019/10/5811315-traffic-corta-cabos-de-operadoras-e-impoe-sua-internet-em-sao-goncalo.html>. Acesso em: 21 nov. 2024

KAUFMANN, Jean-Claude. **A entrevista compreensiva**: um guia para pesquisa de campo. Petrópolis: Vozes; Maceió: EdUFAL, 2013.

KRAUS, Lalita; MEIRA, Alan; BARBOSA, Matheus. O poder técnico-informacional do WhatsApp em tempos de Covid-19. **Comunicação & Inovação**, São Caetano do Sul, v. 23, n. 51, p. 57-73, 2022. DOI: <https://doi.org/10.13037/ci.vol23n51.8299>. Disponível em: https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_comunicacao_inovacao/article/view/8299/3622. Acesso em: 14 mar. 2024.

LACERDA, Caroline Dutra; CHAIMOVICH, Hernan. O que é imunidade de rebanho e quais as implicações? **Jornal da USP**. São Paulo, 6 ago. 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/o-que-e-imunidade-de-rebanho-e-quais-as-implicacoes/>. Acesso em: 5 maio 2024.

LEITÃO, Débora Krischke; GOMES, Laura Graziela. Etnografia em ambientes digitais: perambulações, acompanhamentos e imersões. **Antropolítica**, Niterói, n. 42, p. 41-65, 1. sem. 2017. DOI: <https://doi.org/10.22409/antropolitica2017.1i42.a41884>. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/41884>. Acesso em: 23 jan. 2024.

LEITÃO, Débora Krischke; GOMES, Laura Graziela. Gênero, sexualidade e experimentação de si em plataformas digitais *on-line*. **Civitas: Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 171-186, jan./abr. 2018. DOI: <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2018.1.28444>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/civitas/a/nwXnqygKyxd4rsns5YRjvLP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 fev. 2024.

LEITE, Márcia Pereira *et al.* **Militarização no Rio de Janeiro**: da pacificação à intervenção. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2018.

LEITE, Márcia Pereira. Violência, risco e sociabilidade nas margens da cidade: percepções e formas de ação de moradores de favelas cariocas. In: SILVA Luiz Antonio Machado da (org.). **Vida sob cerco**: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/FAPERJ, 2008. p 115-141.

LEMOS, André. Cidade e mobilidade: telefones celulares, funções pós-massivas e territórios informacionais. **MATRIZES**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 121-137, out. 2007. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v1i1p121-137>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/38180/40911>. Acesso em: 12 abr. 2024.

LINS, Beatriz Accioly; PARREIRAS, Carolina; FREITAS, Eliane Tânia de. Estratégias para pensar o digital. **Cadernos de Campo**, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 1-10, 2020. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v29i2pe181821>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/181821/168729>. Acesso em: 10 fev. 2024.

MADEIRO, Carlos. Com covid-19, maio se torna o mês com mais mortes na história do Brasil. **UOL**. São Paulo, 25 jun. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/06/25/com-covid-19-maio-se-torna-o-mes-com-mais-mortes-na-historia-do-brasil.htm>. Acesso em: 15 jul. 2024.

MAGALHÃES, Alexandre. As periferias na pandemia: explicitação da *política de precarização* e de exposição à morte. **Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia**, Pelotas, v. 8, n. 1, p. 79-86, jan./jun. 2020. DOI: <https://doi.org/10.15210/tes.v8i0.18909>. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/tessituras/article/view/18909>. Acesso em: 16 mar. 2024.

MAGALHÃES, David; CASARÕES, Guilherme. Populismo sanitário. In: SZWAKO, José; RATTON, José Luiz. **Dicionário dos negacionismos no Brasil**. Recife: Cepe, 2022. p. 268-271

MARICATO, Glaucia; RICHTER, Vitor Simonis. O que fazem os números?: produções, usos e efeitos da quantificação da vida cotidiana. **Mediações: Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 26, n. 2, p. 241-255, maio/ago. 2021. DOI: 10.5433/2176-6665.2021v26n2p241. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/44048/32462>. Acesso em: 10 mar. 2024.

MATTA, Gustavo Corrêa *et al.* (org.). **Os impactos sociais da Covid-19 no Brasil: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia**. 2021. Rio de Janeiro: Observatório Covid 19; Ed. FIOCRUZ, 2021. DOI: <https://doi.org/10.7476/9786557080320>. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/r3hc2/pdf/matta-9786557080320.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2024.

MATTAR, Viviane. **Emergências sanitárias: fome, violências e resistências entre moradoras de uma favela do Rio de Janeiro no contexto pandêmico**. 2023. 220f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/bitstream/1/21093/2/Tese%20-%20Viviane%20Mattar%20-%202023%20-%20Completa.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2024.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & ensaios**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 122-151, 2016. DOI: <https://doi.org/10.60001/ae.n32.p122%20-%20151>. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169>. Acesso em: 25 abr. 2024.

MELO, Karen. UPP em 10 anos: fracasso ou progresso? **Voz das Comunidades**, Rio de Janeiro, 28 nov. 2020. Disponível em: <https://vozascomunidades.com.br/favelas/upp-em-10-anos-fracasso-ou-progresso/>. Acesso em: 10 abr. 2024.

MILLER, Daniel *et al.* **Como o mundo mudou as mídias sociais**. Londres: UCL Press, 2019. Disponível em: <https://discovery.ucl.ac.uk/id/eprint/10079762/1/Como-o-Mundo-Mudou-as-M%C3%ADdias-Sociais.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2020.

MILLER, Daniel; SLATER, Don. Etnografia on e off-line: cibercafés em Trinidad. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, v. 10, n. 21, p. 41-65, jan./jun. 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832004000100003>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/byXgK3hjvRs4snhb8MSbGy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 abr. 2024.

MINTZ, André Goes. Miatização e plataformação: aproximações. **Novos Olhares**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 98-109, 2019. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2238-7714.no.2019.150347>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/novosolhares/article/view/150347/158025>. Acesso: 15 jun. 2024

MOCHEL, Lorena. **A fluidez da unção**: raça, gênero e erotismos evangélicos nas materialidades de um Ministério digital. 2023. 375f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/72/teses/941636.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2024.

MORAES, Dênis de. Comunicação alternativa, redes virtuais e ativismo: avanços e dilemas. **Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação da Cultura**, São Cristóvão, SE, v. 9, n. 2, maio/ago. 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/epic/article/view/226/224>. Acesso em: 18 jan. 2024.

NEMER, David. **Tecnologia do oprimido**: desigualdade e o mundano digital nas favelas do Brasil. Vitória: Milfontes, 2021.

NEPOMUCENO, Marco Lourenço. Manter-se desperto na cidade-dormitório: São Gonçalo-RJ e a cristalização de representações. **GEOUSP**, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 1-25, jan./abr. 2023. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2023.195629.pt>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/geo/a/YhtXfSGyDdLdxgdgz7vd9y3n/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 4 jan. 2024.

NOTA: AGU recebe manifestação da Meta. Disponível em: <https://www.gov.br/agu/pt-br/nota-agu-recebe-manifestacao-da-meta>. **BRASIL**. Governo Federal. Brasília, DF, 14 jan. 2025 [atualizado em 15 jan. 2025]. Acesso em: 20 jan. 2025.

NÚCLEO DE INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PONTO BR. **TIC domicílios**: pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros: 2018. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2019. Disponível em: https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/12225320191028-tic_dom_2018_livro_eletronico.pdf. Acesso em: 20 abr. 2024.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Entenda a infodemia e a desinformação na luta contra a COVID-19**. Washington, D.C.: OPAS, 2020. Disponível em: https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/52054/Factsheet-Infodemic_por.pdf. Acesso em: 19 jan. 2024.

PANDOLFI, Dulce; GRYNZSPAN, Mario (org.). **A favela fala**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.

PARREIRAS, Carolina. Etnografia e uso de plataformas digitais: aprendendo com o WhatsApp. **Novos Debates**, Brasília, DF, v. 10, n. 1, p. 1-18, 2024. DOI: <https://doi.org/10.48006/2358-0097/V10N1.E101011>. Disponível em: <https://novosdebates.abant.org.br/revista/index.php/novosdebates/article/view/421/333>. Acesso em: 23 set. 2024.

PEREIRA NETO, André de Faria *et al.* Avaliação participativa da qualidade da informação de saúde na internet: o caso de sites de dengue. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.

22, n. 6, p. 1955-1968, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232017226.04412016>. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/csc/2017.v22n6/1955-1968/pt>. Acesso em: 17 mar. 2024.

PEREIRA NETO, André de Faria *et al.* O paciente informado e os saberes médicos: um estudo de etnografia virtual em comunidades de doentes no Facebook. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 22, p. 1653-1671, dez. 2015. Supl. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702015000500007>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/NMrcHvYypNG3sFQmvYwv4vR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 5 jan. 2024.

PEREIRA NETO, André; PAOLUCCI, Rodolfo. **Qualidade da informação em sites de dengue**: análise de uma experiência inovadora. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, 2014. Disponível em: <https://laiss.ensp.fiocruz.br/public/nossa-producao/Livro-qualidade-da-informacao-de-dengue.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2024.

RECUERO, Raquel. Mídia social, plataforma digital, site de rede social ou rede social? Não é tudo a mesma coisa? **Medium.com**. [S. l.], 2019. Disponível em: <https://medium.com/@raquelrecuero/m%C3%ADdia-social-plataforma-digital-site-de-rede-social-ou-rede-social-n%C3%A3o-%C3%A9-tudo-a-mesma-coisa-d7b54591a9ec>. Acesso em: 15 jun. 2024

ROCHA, Lia de Mattos. Associativismo de moradores de favelas cariocas e criminalização. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 65, p. 475-494, set./dez. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/S2178-14942018000300009>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/t75Yx3LXZpkkDbXfmRMZSQw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 8 mar. 2024.

ROCHA, Lia de Mattos. Representações e autorrepresentações: nota sobre a juventude carioca moradora de favelas e os projetos de audiovisual. In: SANTOS, Angela Moulin S. Penalva; MARAFON, Glauco José; SANT'ANNA, Maria Josefina Gabriel (org.). **Rio de Janeiro: um território em mutação**. Rio de Janeiro: Gramma: Faperj, 2012. p. 133-154.

ROSE, Nikolas. Cidadãos biológicos. In: ROSE, Nikolas. **A política da própria vida: biomedicina, poder e subjetividade no século XXI**. São Paulo: Paulus, 2013. p. 188-220.

RIBEIRO, Ana Elisa. Educação e tecnologias digitais na pandemia: ciclos da precariedade. **Cadernos de Linguística**, Campinas, v. 2, n. 1, p. 1-16, 2021. DOI: <https://doi.org/10.25189/2675-4916.2021.v2.n1.id270>. Disponível em: <https://cadernos.abralin.org/index.php/cadernos/article/view/270/308>. Acesso em: 18 ago. 2024.

SALDANHA, Luis Cláudio Dallier. O discurso do ensino remoto durante a pandemia de COVID-19. **Revista educação e cultura contemporânea**, v. 17, n. 50, p. 124-144, 2020.

SANTA ROSA, Giovani. Projeto de lei quer impedir teles de cobrarem fair share de big techs. **Tecnoblog**. Americana, 27 mar. 2024. Disponível em: <https://tecnoblog.net/noticias/projeto-de-lei-quer-impedir-teles-de-cobragem-fair-share-de-big-techs/>. Acesso em: 20 jun. 2024.

SANTOS, Jamilly Rosa; ZABOROSKI, Elisângela. Ensino Remoto e Pandemia de CoViD-19: Desafios e oportunidades de alunos e professores. **Revista Interações**, Santarém (Portugal), v. 16, n. 55, p. 41-57, 2020. DOI: <https://doi.org/10.25755/int.20865>. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/20865>. Acesso em: 20 set. 2024.

SARTI, Cynthia. Corpo e doença no trânsito de saberes. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 25, n. 74, p. 77-90, out. 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092010000300005>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/gynNTjZQvN3vfn7r6HXSRVD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 ago. 2024.

SÃO GONÇALO: Rio de Janeiro. In: DICIONÁRIO de Favela Marielle Franco. Rio de Janeiro: WikiFavelas, 2024. Disponível em: https://wikifavelas.com.br/index.php/S%C3%A3o_Gon%C3%A7alo_-_Rio_de_Janeiro. Acesso em: 13 jan. 2024.

SCAFFO, Daniela. São Gonçalo é um dos municípios com pior investimento em saúde pública na região metropolitana. **O São Gonçalo**. São Gonçalo, 22 jan. 2019. Disponível em: <https://www.osaogoncalo.com.br/geral/56879/sao-goncalo-e-um-dos-municipios-com-pior-investimento-em-saude-publica-na-regiao-metropolitana>. Acesso em: 30 maio 2024.

SEGATA, Jean. A pandemia e o digital. **Revista Todavia**, Porto Alegre, v. 7, n. 1, ed. 8, p. 7-15, dez. 2020. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/218973/001123389.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 14 jan. 2024.

SILVA, Hermann Bergmann Garcia e; MARQUES, Rodrigo Moreno. Restrições ao acesso informacional: a neutralidade de rede e a prática do zero-rating na governança da Internet. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 28, n. 3, p. 169-182, set./dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/42514/21823>. Acesso em: 15 jun. 2024.

SILVA, Letícia Tereza Barbosa da. **Saúde, internet e empoderamento: uma análise bibliográfica**. 2017. Dissertação (Mestrado em Informação e Comunicação em Saúde) – Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/37779/leticia_silva_icict_mest_2017.pdf?sequence=2&isAllowed=y. Acesso em: 20 abr. 2024.

SMIDERLE, Leandro; TARTAROTTI, Ester. Estratégias didáticas no ensino remoto e vivência com o google sala de aula na pandemia. **Revista Edutec: Educação, Tecnologias Digitais e Formação Docente**, Campo Grande, MS, v. 1, n. 1, p. 30-30, 2021. DOI: <https://doi.org/10.55028/edutec.v1i1.13256>. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/EduTec/article/view/13256/10120>. Acesso em: 16 abr. 2024.

SOARES, Felipe Bonow *et al.* Desinformação sobre o Covid-19 no WhatsApp: a pandemia enquadrada como debate político. **Ciência da Informação em Revista**, Maceió, v. 8, n. 1, pág. 74-94, jan./abr. 2021. DOI: <https://doi.org/10.28998/cirev.2021v8n1e>. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/cir/article/view/11246/8561>. Acesso em: 3 maio 2024.

SOUZA, Patrícia Lânes Araujo de. “Um projeto chama outro”: trajetórias, relações pessoais e engajamento militante em contexto de projetos sociais para jovens moradores de favela. **Revista TOMO**, São Cristóvão, SE, n. 27, p. 205-235, jul./dez. 2015. DOI: <https://doi.org/10.21669/tomo.v0i0.4647>. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/tomo/article/view/4647/3873>. Acesso em: 12 mar. 2024.

TWITTER sinaliza post de Bolsonaro com mentira sobre vacina da Covid e Aids, mas mantém link no ar. **G1**. Rio de Janeiro, 25 out. 2021. Disponível em:

<https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2021/10/25/twitter-post-bolsonaro-vacina-covid-aids.ghtml>. Acesso em: 20 jul. 2024.

UBES cria site DENUNCIA ENEM para receber e encaminhar relatos. **UBES**. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://www.ubes.org.br/2021/denuncia-enem-ubes-abre-canal-para-receber-e-encaminhar-relatos/>. Acesso em: 20 maio 2025.

VIANNA, Lucas Oliveira; MENDONÇA, Matheus Thiago Carvalho. O problema das fake news e a crise da democracia liberal na era da pós-verdade. **Simbiótica: Revista Eletrônica**, Vitória, v. 9, n. 1, p. 59-87, jan./abr. 2022. DOI: <https://doi.org/10.47456/simbitica.v9i1.38301>. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/simbiotica/article/view/38301/25133>. Acesso em: 30 jan. 2024.

YOUTUBE remove live de Bolsonaro com mentira sobre vacina da Covid e Aids e suspende canal por uma semana. **G1**, Rio de Janeiro, 25 out. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2021/10/25/youtube-live-bolsonaro.ghtml>. Acesso em: 26 mar. 2024